UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

JOICE CANDIDA DO CARMO

Análise da qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente no Brasil: um estudo da implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade

São Paulo
2019

Prof. Dr. Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fabio Frezatti
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Lucas Ayres Barreira de Campos Barros
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

JOICE CANDIDA DO CARMO

Análise da qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente no Brasil: um estudo da implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Controladoria e Contabilidade

Orientador: Prof. Dr. Fernando Dal-Ri Murcia

Versão Corrigida

(versão original disponível na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica
Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)

Carmo, Joice Candida do.
Análise da qualidade do novo relatório do auditor independente no Brasil: um estudo da implementação das novas normas brasileiras de contabilidade / Joice Candida do Carmo. - São Paulo, 2019.
178 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2019.
Orientador: Prof. Dr. Fernando Dal-Ri Murcia.

1. Auditoria externa. 2. Relatórios. 3. Normas técnicas. 4. Qualidade total. 5. Mercado aberto. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

Nome: Joice Candida do Carmo

Título: Análise da qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente no Brasil: um estudo da implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo suporte durante toda vida, por me oferecer todas as oportunidades possíveis e me fazer e permitir ser quem sou hoje, em toda formação e caráter. Pelo apoio nas decisões e em cada jornada e por me ajudar de todas as formas possíveis, em qualquer esfera.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Murcia, pelos ensinamentos e apoio durante a graduação e mestrado, por aceitar me dar suporte nesse desafio de desenvolver essa dissertação, pelo tempo empregado em nossas discussões e na leitura do trabalho e pela paciência e compreensão durante todo o processo.

Aos professores componentes da banca examinadora desta pesquisa, Profª. Drª. Cecília Geron, Prof Dr. Guillermo Oscar Braunbeck e Prof. Dr. Edilson Paulo, pelo tempo disponibilizado para leitura e discussões sobre o tema e pelas excelentes contribuições que permitiram o direcionamento e melhoria deste estudo, inclusive servindo de referência teórica para a composição do tema tratado na pesquisa.

À FEA, todos os seus professores, colaboradores e entidades, que fizeram parte de muitos momentos da minha vida e foram essenciais para minha formação acadêmica, profissional e pessoal, me proporcionando oportunidades que fizeram e fazem toda a diferença na minha vida.

À CAPES, pelo subsídio ao longo de todo o mestrado (o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001).

Muito obrigada!

“Não entendo. Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender. Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. [...] Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo.” (Lispector, 1984, p. 178)

RESUMO

Carmo, J. C. (2019). *Análise da qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente no Brasil: um estudo da implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

As recentes discussões a respeito da relevância das informações apresentadas no relatório do auditor independente e do valor e credibilidade da profissão de auditoria culminaram em propostas de alteração no relatório do auditor, em uma das mais relevantes mudanças recentes para o ramo, passando de um formato padronizado para uma tentativa de individualização, caracterizada pela obrigatoriedade de comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). As Normas Brasileiras de Contabilidade que regem o tema foram implementadas para períodos findos em ou após 31 de dezembro de 2016. Com o objetivo de analisar o processo de implementação dessas novas regras e verificar o nível de qualidade observado nos novos relatórios, foi desenvolvido um indicador (o Índice de Qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente – IQNRA), considerando requisitos normativos e expectativas dos usuários das informações financeiras. Essa métrica foi aplicada para uma amostra de 189 empresas de capital aberto, em seus dois primeiros relatórios anuais emitidos. Os resultados observados demonstram um bom nível médio de qualidade e, em um processo de adaptação e aprendizado, melhorias do primeiro para o segundo ano de publicação do relatório em seu novo formato. Destaca-se, em linhas gerais, que ainda há melhorias a serem feitas, tanto em itens normativos (forma e conteúdo de apresentação), como em tópicos de divulgação voluntária, requeridos e apontados pelos participantes de mercado como desejáveis (informações sobre materialidade e escopo de auditoria, possíveis valores e impactos financeiros para cada tema relevante reportado, e comparativo das alterações nos principais assuntos relevantes para a auditoria a cada ano). Nota-se, ainda, que as maiores empresas de auditoria tendem a apresentar maior nível de qualidade nos reportes; enquanto o setor econômico a que pertencem as companhias auditadas parece não influenciar o nível de qualidade ou quantidade de assuntos reportados como relevantes (PAAs). Como primeiro trabalho de análise qualitativa do Novo Relatório do Auditor Independente no Brasil, este estudo pode trazer foco ao tema, iniciar discussões e motivar estudos adicionais, mostrando novas direções a seguir na contabilidade e auditoria; além de trazer evidências empíricas sobre a experiência até então observada aos diferentes participantes do mercado, contribuindo e dando insumos quanto aos pontos positivos e possíveis caminhos para a melhoria e evolução. Os resultados foram encorajadores em seu início, porém, talvez ainda seja cedo para se falar em consequências e implicações na literatura e mercado, dada a incipiência do tema. Entende-se que ainda é necessário mais tempo e experiência para uma maior absorção e consequente impacto sobre o comportamento dos produtores e usuários das informações financeiras, bem como desenvolvimento de novas pesquisas, oferecendo mais informações e conclusões sobre os efeitos e consequências da implantação do novo reporte e atendimento aos objetivos traçados pelos órgãos reguladores, de oferecimento de informações mais relevantes aos usuários e reforço do valor e importância da auditoria.

Palavras-chave: Auditoria Externa; Relatórios; Normas Técnicas; Principais Assuntos de Auditoria; Novo Relatório do Auditor Independente.

ABSTRACT

Carmo, J. C. (2019). *Quality analysis of the New Independent Auditor's Report in Brazil: a study of the implementation of the new Brazilian Accounting Standards* (Master's Dissertation). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The recent discussions on the relevance of the information presented in the independent auditor's report and on the value and credibility of the audit profession have culminated in proposed changes in the auditor's report, in one of the most relevant recent changes to the industry, from a standardized format for an attempt of individualization, characterized by the obligation of communication of the Key Audit Matters (KAMs). The Brazilian Accounting Standards governing the theme were implemented for periods ending on or after December 31, 2016. In order to analyze the process of implementing these new rules and verify the level of quality observed in the new reports, an indicator was developed (the New Independent Auditor's Report Quality Index - IQNRA), considering the regulatory requirements and expectations of users of financial information. This metric was applied to a sample of 189 publicly held companies in their first two annual reports. The observed results demonstrate a good average level of quality and, in a process of adaptation and learning, improvements from the first to the second year of publication of the report in its new format. It should be noted, in general terms, that there are still improvements to be made, in normative items (form and content of presentation) and in topics of voluntary disclosure, required and pointed out by market participants as desirable (information on materiality and audit scope, possible values and financial impacts for each relevant subject reported, and comparative changes in the main issues relevant to the audit each year). It is also noted that the largest auditing companies tend to present a higher level of quality in the reports; while the economic sector to which the audited companies belong does not appear to influence the level of quality or quantity of subjects reported as relevant (PAAs). As the first qualitative analysis of the New Independent Auditor's Report in Brazil, this study can bring focus to the topic, start discussions and motivate additional studies, showing new directions to follow in accounting and auditing; in addition to providing empirical evidence on the experience previously observed to the different market participants, contributing and giving input on the positive points and possible ways for improvement and evolution. The results were encouraging at the outset, but perhaps it is too early to talk about consequences and implications in the literature and market, given the incipience of the subject. More time and experience are needed for a greater absorption and consequent impact on the behavior of producers and users of financial information, as well as the development of new research, offering more information and conclusions on the effects and consequences of the implantation of the new reporting and meeting the objectives set by regulatory bodies, offering more relevant information to users and reinforcing the value and importance of the audit.

Keywords: External Audit; Reports; Technical Standards; Key Audit Matters; New Independent Auditor's Report.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – IQNRA médio para as empresas do grupo “Big 4” e do grupo “Outros” no primeiro e segundo anos em análise 94
Figura 2 – Boxplot e medidas resumo: IQNRA para os grupos “Total”, “Big 4” e “Outros” 96
Figura 3 – Gráfico de frequência: IQNRA para os grupos “Total”, “Big 4” e “Outros” 97
Figura 4 - Boxplot e medidas resumo: Quantidade de PAAs para os grupos “Total”, “Big 4” e “Outros”..... 110
Figura 5 - Gráfico de frequência: Quantidade de PAAs para os grupos “Total”, “Big 4” e “Outros” 111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais alterações apresentadas pelas novas e revisadas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente 33
Tabela 2 – Quantidade média de assuntos relevantes reportados por relatório (estudos internacionais) 79
Tabela 3 - Empresas componentes de índices da B3 selecionadas para a amostra 87
Tabela 4 - Empresas em situação diferente de fase operacional selecionadas para a amostra 87
Tabela 5 - Representatividade da amostra 88
Tabela 6 - IQNRA médio, mínimo e máximo por empresa de auditoria 92
Tabela 7 - Distribuição das auditorias, por diferentes grupos de empresa, e tamanho da entidade auditora 93
Tabela 8 - IQNRA médio, mínimo e máximo por setor econômico 99
Tabela 9 - Avaliação das diferentes questões/requisitos do IQNRA (somatório) 101
Tabela 10 - Avaliação da questão/requisito 10 do IQNRA (somatório) 106
Tabela 11 - Quantidade média, mínima e máxima de PAAs reportados, por auditor 108
Tabela 12 - Quantidade média, mínima e máxima de PAAs reportados, por setor econômico 113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCA – *The Association of Chartered Certified Accountants*

AOB – *Audit Oversight Board*

ACRA – *The Accounting and Corporate Regulatory Authority*

B3[1] – Brasil, Bolsa, Balcão

CAMs – *Critical Audit Matters*

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EAR – *Extended Audit Report / Enhanced Auditor's Report*

EC – *European Commission*

EY – Ernst & Young

FMA – *Financial Markets Authority*

FRC – *Financial Reporting Council*

GEM – *Growth Enterprise Market*

HKICPA – *The Hong Kong Institute of Certified Public Accountants*

HSCI – *Hang Seng Composite Index*

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

Ibovespa – Índice Bovespa

IBrA – Índice Brasil Amplo BM&F Bovespa

Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IBrX 50 – Índice Brasil 50

IBrX 100 – Índice Brasil 100

IMA – *Investment Management Association's* ou, atualmente, *Investment Association*

IQNRA – Índice de Qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente

IQUA – Índice de Qualidade das Auditorias

ISA – *International Standards on Auditing*

ISCA – *The Institute of Singapore Chartered Accountants*

---

[1] Em 2017, a BM&F Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F) fundiu com a CETIP formando a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Neste estudo, será mantida a nomenclatura B3 como referência à bolsa de valores de São Paulo (embora em algumas informações tenham sido colhidas no site da BM&F quando esta ainda utilizava esta nomenclatura).

JOA – *Justification of Assessment*

KAMs – *Key Audit Matters*

MIA – *Malaysian Institute of Accountants*

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

NBC TA – Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica

NRA – Novo Relatório do Auditor Independente

NTU – *Nanyang Technological University*

PAAs – Principais Assuntos de Auditoria

PAS – Processo Administrativo Sancionador

PCAOB – *Public Company Accounting Oversight Board*

PwC – PricewaterhouseCoopers

SC – *The Securities Commission Malaysia*

SCA – *Securities Commission Act*

Scielo - *Scientific Electronic Library Online*

SEC – *Securities and Exchange Commission*

Spell - S*cientific Periodicals Eletronic Library*

UK – *United Kingdom* ou Reino Unido

XRB – *External Reporting Board*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 19
1.1. Contextualização e problema de pesquisa 19
1.2. Importância e contribuição 21
1.3. Objetivo geral 23
1.4. Objetivos específicos 23
2. REFERENCIAL TEÓRICO 25
2.1. O surgimento e objetivo da contabilidade 25
2.1.1. Problemas informacionais e Governança Corporativa 26
2.1.1.1.Teoria de agência 26
2.1.1.2.Assimetria informacional 27
2.1.1.3.Governança Corporativa 28
2.2. Auditoria: competência e independência 29
2.3. O relatório do auditor independentes e as mudanças nas normas de contabilidade de auditoria independente 31
2.3.1. Nova norma: Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) 33
2.3.1.1.ISA 701: *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report* 34
2.3.1.2.NBC TA 701: Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente 35
2.3.1.3.PCAOB: Proposta de Novas Normas – *Critical Audit Matters* (CAMs) 37
2.4. Literatura desenvolvida 38
2.4.1. Literatura internacional 38
2.4.1.1.*Key Audit Matters* (KAMs) 39
2.4.1.2.*Critical Audit Matters* (CAMs) 41
2.4.2. Literatura brasileira 42
2.5. Estudos sobre a implementação do Novo Relatório do Auditor Independente e os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) 42
2.5.1. Reino Unido 43
2.5.1.1.Uma revisão da experiência do primeiro ano 43
2.5.1.2.Uma revisão adicional da experiência 46
2.5.2. Cingapura 48

2.5.3. Hong Kong 51
2.5.3.1.Primeiro ano de revisão da experiência 51
2.5.3.2.Segundo ano de revisão do relatório aprimorado do auditor 54
2.5.4. Nova Zelândia 56
2.5.5. Malásia 59
2.5.6. Diversos países 63
2.6. Índice de Qualidade das Auditorias – IQUA 68
3. METODOLOGIA 73
3.1. IQNRA – Índice de Qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente 73
3.1.1. Protocolo de pesquisa 82
3.2. Definição da amostra e coleta de dados 82
4. RESULTADOS 91
4.1. Nível de Qualidade 91
4.1.1. Tamanho da empresa de auditoria 91
4.1.1.1.Dados estatísticos: gráficos e boxplot 95
4.1.2. Setor econômico da entidade auditada 98
4.2. Pontos positivos, detratores e melhorias 100
4.2.1. Requisitos dos normativos 100
4.2.2. Divulgação voluntária: efeitos financeiros e resultados dos procedimentos 102
4.2.3. Tamanho dos reportes e quantidade e conteúdo dos Principais Assuntos de Auditoria (risco padrão de auditoria) 103
4.2.4. Divulgação voluntária: materialidade e escopo 105
4.2.5. Linguagem utilizada 105
4.2.6. Alterações em PAAs do primeiro para o segundo ano 106
4.3. Quantidade de PAAs reportados 107
4.3.1. Tamanho da empresa de auditoria 107
4.3.1.1.Dados estatísticos: gráficos e boxplot 110
4.3.2. Setor econômico da entidade auditada 112
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 115
REFERÊNCIAS 123
APÊNDICES 129
ANEXOS 171

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização e Problema de Pesquisa

Não se sabe ao certo quando a contabilidade surgiu. Sua origem pode ser relacionada às primeiras noções de contas (controle do número de instrumentos de caça e pesca, contagem de rebanho e ânforas de bebida, entre outros), em época tão antiga quanto a origem do *Homo sapiens*; passando por marcos históricos como a publicação do livro intitulado *Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá*, por volta de 1494, do frei franciscano italiano Irmão Luca Pacioli; a utilização dos primeiros sistemas de escrituração por partidas dobradas nos diversos centros de comércio do norte da Itália; e o descobrimento do Novo Mundo e a abertura de novas rotas de comércio, permitindo a disseminação desses primeiros conhecimentos contábeis, ainda com objetivo de fornecer informações aos administradores, para fins de gestão (Iudícibus, 2000; Hendriksen & Van Breda, 1999).

Com a Revolução Industrial, as empresas passaram por algumas modificações relevantes: o aumento da população e da demanda passou a exigir mais equipamentos e capital, providos por financiadores (bancos) e proprietários ausentes (investidores). Nesse contexto de segregação entre propriedade e administração (que relaciona-se à teoria de agência, conflito de agência e assimetria informacional), um dos principais objetivos da contabilidade passou, então, a ser a *elaboração de relatórios a proprietários ausentes e outros interessados* (acionistas, investidores, credores e governo), conduzindo, mais tarde, a necessidade de auditorias obrigatórias (uma estrutura externa (independente) da empresa, com objetivo de verificação das demonstrações financeiras elaboradas pela sociedade, atestando se os relatórios disponibilizados refletem adequadamente sua efetiva realidade) (Hendriksen & Van Breda, 1999; Lopes & Martins, 2005; Assaf Neto, 2014).

Esse processo de verificação e certificação das informações por parte dos auditores, bem como de reporte de exceções e problemas identificados, está diretamente relacionado à competência (em identificar os tópicos) e independência (não cedendo às pressões de seus clientes para não reportar os problemas existentes) do auditor, conforme mencionado por Watts & Zimmerman (1986); e DeAngelo (1981a, 1981b). Ainda no tema, há teorias e estudos que afirmam que as maiores empresas de auditoria têm maiores incentivos para serem mais competentes e independentes, bem como, quase por consequência, a qualidade de auditoria destas empresas é maior que a de empresas de auditoria menores (DeAngelo, 1981b) – nesse sentido, uma primeira suposição feita para este estudo é a de que a qualidade de reporte do

relatório do auditor independente para as maiores empresas de auditoria também tende a ser maior que aquela apresentada pelas companhias menores.

O reporte de auditoria, que é o produto final de todo o trabalho realizado, apresentado aos usuários das informações contábeis e financeiras das empresas, passou por revisão e reformulação pelos órgãos responsáveis pela emissão de normas de contabilidade, em especial, após a crise financeira de 2008, com os principais motivadores sendo (i) o desejo imediato por mais informações, pois o reporte com opinião binária "aprovada/desaprovada" tinha sua importância, mas poderia ser mais informativo; e (ii) a importância em reforçar o valor da auditoria e demonstrar sua relevância (FRC, 2015; Ibracon, 2016b; Ibracon, 2016a).

Dentre as alterações mais relevantes, destaca-se a inclusão da seção "Principais Assuntos de Auditoria", em que o auditor deve citar os temas relevantes tratados na auditoria da empresa em questão, explicando os motivos para o assunto ser importante na companhia e como o risco foi tratado, entre outras informações (IAASB, 2015; CFC, 2016).

Além dos itens obrigatórios definidos em norma, características e requisitos adicionais foram apontados como boas práticas / desejáveis por usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente, em pesquisas realizadas internacionalmente, após os primeiros anos de implementação das novas normas relacionadas ao Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) (FRC, 2015; FRC, 2016; ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017; HKICPA, 2017; HKICPA, 2018; XRB & FMA, 2017; OAB, MIA & ACCA, 2018; ACCA, 2018). Dentre esses requisitos, destacam-se: (i) a divulgação voluntária (a) dos possíveis efeitos financeiros e valores relacionados a cada assunto relevante; (b) do resultado dos procedimentos realizados; (c) de detalhes sobre a materialidade e escopo de auditoria; (ii) o uso de linguagem simples e livre de termos excessivamente técnicos, desnecessariamente; (iii) a publicação de relatórios contendo informações e descrições de forma sucinta e balanceada (não tornando o relatório extenso demasiadamente); e (iv) uma quantidade média esperada de temas relevantes; além (v) de comentar as alterações nos assuntos reportados de um ano para outro.

Devido à recente implementação das novas normas que regem a publicação do relatório do auditor independente, a literatura desenvolvida no tema ainda é incipiente. Adicionalmente, os autores que trataram o tema no Brasil tiveram como finalidade primordial identificar a quantidade e principais assuntos reportados pelos auditores, não focando em questões de qualidade e atendimento aos requisitos das normas, alinhado aos objetivos de oferecer aos usuários informações relevantes (tendo estes entes como foco principal e buscando atender às

suas exigências e necessidades) e reforçar o valor da auditoria (o que apenas poderá ser feito se os usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente reconhecerem valor no produto final da auditoria).

Este, então, é o problema de pesquisa abordado neste estudo: **Qual o nível de qualidade observado para o Novo Relatório do Auditor Independente nas companhias de capital aberto no Brasil?**

Para tanto, foi desenvolvido um indicador de qualidade (o IQNRA – Índice de Qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente), a exemplo do constructo apresentado por Braunbeck (2010), o IQUA – Índice de Qualidade das Auditorias; composto por questões binárias que tratam de requerimentos observáveis, aplicados no nível e frequência de emissão dos relatórios, sob uma amostra que contempla diferentes firmas de auditoria responsáveis pelos trabalhos e companhias abertas e auditadas de diferentes setores econômicos.

De acordo com o exposto até este ponto, esta foi uma análise exploratória para fins verificação qualitativa quanto ao atendimento de requerimentos normativos e características indicadas como desejáveis por usuários de demonstrações financeiras e relatório de auditoria (em pesquisas internacionais sobre o processo de implementação dos normativos contábeis de auditoria, similares às regras adotadas no Brasil). Foram propostas e realizadas também análises quanto a agrupamentos e influência na qualidade de reporte e quantidade de assuntos mencionados, considerando o tamanho da empresa de auditoria (entre as maiores do ramo ou não) e setor de atuação das companhias auditadas.

1.2. Importância e contribuição

As novas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independentes, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (correlatas às normas internacionais, emitidas pelos órgãos responsáveis), referentes ao Novo Relatório do Auditor Independente, implicam em uma das mais relevantes alterações para o ramo de auditoria, dado que modifica seu principal produto: o relatório do auditor, que é apresentado e analisado pelo mercado, em que são expressas a opinião e observações gerais do auditor a respeito de seu trabalho na empresa em questão.

Em pesquisa bibliográfica (i) nos sites de alguns dos principais periódicos em contabilidade no Brasil (como Revista Contabilidade & Finanças (FEA/USP), Contabilidade

Vista & Revista (UFMG/MG), Revista Universo Contábil (FURB/SC) e Revista Brasileira de Gestão de Negócios – RBGN (FECAP/SP)), (ii) na Spell (S*cientific Periodicals Electronic Library)* - uma biblioteca eletrônica, repositório e artigos científicos que proporciona acesso à informação técnico-científica - e (iii) na Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) – uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, foi identificada uma quantidade razoável de trabalhos com os temas auditor (cerca de 300 referências) e auditoria (por volta de 600 trabalhos). Pesquisando sobre o Novo Relatório do Auditor Independente, os Principais Assuntos de Auditoria e temas correlatos, porém, nota-se que a temática é ainda bastante modesta no Brasil, dada a incipiência do tema (foram identificados menos de 10 trabalhos publicados nestas fontes).

Como procedimento adicional, buscando mais publicações e estudos sobre o tema das novas normas e relatório do auditor, foi utilizada a plataforma Google Acadêmico[2], que apresenta literatura acadêmica e pesquisas identificadas. Como resultado dessa pesquisa, ao utilizar o termo "Principais Assuntos de Auditoria", foram identificadas cerca de 50 fontes, ainda demonstrando a escassez de trabalhos sobre o tema. Buscando também fontes internacionais, foram feitas buscas pelos termos "*Key Audit Matters*" (quase 150 referências) e "*Critical Audit Matters*" (cerca de 250 trabalhos).

Como mencionado acima, foram identificadas poucas referências e estudos tratando do Novo Relatório do Auditor Independente e suas alterações. Além disso, dentre esses materiais não foram identificados estudos nacionais com foco na análise qualitativa do Novo Relatório do Auditor Independente, sendo este, portanto, o primeiro trabalho a fazê-lo no Brasil.

Essa pesquisa, portanto, pode trazer foco ao tema, iniciar possíveis discussões e motivar estudos e análises adicionais sobre o assunto, mostrando novas direções a seguir na contabilidade e auditoria.

Além disso, essa pesquisa pode suportar as primeiras análises sobre o novo relatório do auditor e as alterações impostas pelas novas normas e, trazendo evidências empíricas sobre a experiência até então observada aos diferentes participantes do mercado (como órgãos reguladores, empresas de auditoria, companhias abertas, investidores, governo e qualquer outro usuário das informações contábeis publicadas) contribuir e dar insumo para esses participantes quanto aos pontos positivos e de atenção (a desenvolver) e possíveis caminhos para a melhoria

[2] Disponível em https://scholar.google.com.br/.

e evolução; bem como demonstrar o grau de atendimento às expectativas levantadas (considerando o padrão internacional verificado).

1.3. Objetivo geral

O objetivo geral do presente estudo é identificar o nível de qualidade observado para o Novo Relatório do Auditor Independente, levando-se em consideração os requisitos das novas e revisadas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente e expectativas dos usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente, e usando como amostra empresas de capital aberto do Brasil, com relatórios publicados nos dois primeiros anos de implementação.

1.4. Objetivos específicos

Para o alcance do objetivo geral, foi desenvolvido um indicador de qualidade (o IQNRA – Índice de Qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente), composto por questões binárias que tratam de requerimentos observáveis, aplicados no nível e frequência de emissão dos relatórios, sob uma amostra que contempla diferentes firmas de auditoria responsáveis pelos trabalhos e companhias abertas e auditadas de diferentes setores econômicos.

Essa análise de qualidade utilizando o mencionado índice também atenderá aos objetivos específicos de:

a) identificar se há algum indício de influência ou concentração (quanto a qualidade de reporte e quantidade de assuntos reportados como relevantes) por:
    i. tamanho das empresas responsáveis pela auditoria (segregadas entre as maiores representantes do ramo, classificadas no grupo “Big 4”, composto por Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), PricewaterhouceCoopers (PwC), KPMG e Ernst & Young (EY)); ou
    ii. setor ou segmento de atuação da empresa auditada;
b) verificar se houve melhora de qualidade do primeiro para o segundo ano de implementação do novo modelo de relatório do auditor independente; e
c) identificar os principais pontos positivos e detratores de qualidade dos relatórios atuais (portanto, itens que ainda precisam de melhorias), também observado a possível influência/concentração por:
    i. tamanho das empresas responsáveis pela auditoria; ou
    ii. setor ou segmento de atuação da empresa auditada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O surgimento e objetivo da contabilidade

Iudícibus (2000, p. 30), versando sobre a origem da contabilidade, afirma que "não é descabido afirmar-se que a noção de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do *Homo sapiens* [...] ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas". Segundo Hendriksen & Van Breda (1999), não sabemos quem inventou a contabilidade; sabemos, porém, que sistemas de escrituração por partidas dobradas começaram a surgir gradativamente nos séculos XIII e XIV em diversos centros de comércio do norte da Itália, com o livro do frei franciscano chamado Irmão Luca Pacioli, intitulado *Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá*, por volta de 1494, sendo um marco nessa história.

O conjunto de antecedentes ao nascimento da contabilidade incluía a capacidade de expressão (a arte da escrita, o desenvolvimento da aritmética, e o uso generalizado da moeda como denominador comum), o conceito de propriedade privada, o desenvolvimento do crédito e a acumulação de capital (com o empreendimento em conjunto e a empresa em sociedade representando instituições para facilitar a acumulação e uso do capital), este último, a influência mais forte quanto à criação da necessidade do conceito de entidade contábil e cálculo do lucro (Hendriksen & Van Breda, 1999). O controle dos valores envolvidos nas empresas em conjunto e oferecimento destas *informações aos "administradores", para fins de gestão*, pode ser considerado o principal objetivo da contabilidade em seu início ("os indivíduos reuniam-se para financiar um empreendimento, cada um recebendo direitos de participação proporcionais a seus investimentos. No final do empreendimento, os investidores eram reembolsados pelo total dos resultados" (Hendriksen & Van Breda, 1999, p. 46)).

Com o passar do tempo, o descobrimento do Novo Mundo e a abertura de novas rotas de comércio, os centros comerciais deslocaram-se pelo mundo e, de forma conjunta, o sistema italiano de partidas dobradas. (Hendriksen & Van Breda, 1999).

Por muito tempo, o contexto do mercado mundial não apresentou grande modificação, bem como não houve desenvolvimento de novas teorias contábeis para registros e controles. O advento da Revolução Industrial, na Inglaterra, porém, trouxe transformações para o mundo e para a contabilidade. Hendriksen & Van Breda (1999) mencionam que, nesta época, elevaram-se a população e a demanda de alimentos, exigindo mais equipamentos e mais capital – para o suprimento de capital, destaca-se o surgimento dos bancos e bolsas de valores, representando,

respectivamente, financiadores e proprietários ausentes (ao longo do tempo, segundo Assaf Neto (2014), a diluição do controle acionário foi influenciada, entre outros fatores, pela maior oferta de instrumentos financeiros no mercado de capitais, crescimento da quantidade de investidores no mercado de ações, e operações de fusões e aquisições). Nesse contexto, de separação entre investidor e gestor (ou propriedade e administração, como define Assaf Neto (2014)), um dos principais objetivos da contabilidade passou, então, a ser a *elaboração de relatórios a proprietários ausentes e outros interessados* (acionistas, investidores, credores e governo), conduzindo, mais tarde, a necessidade de auditorias obrigatórias.

Em linha com a ideia de apresentação das informações aos proprietários ausentes e outros interessados, Iudícibus (2000, p. 19), ao falar sobre os objetivos da contabilidade, menciona a "construção de um 'arquivo básico de informação contábil', que possa ser utilizado, de forma flexível, por vários usuários, cada um com ênfases diferentes neste ou naquele tipo de informação, [...] princípio de avaliação".

2.1.1. Problemas informacionais e Governança Corporativa

2.1.1.1.Teoria de agência

A teoria da agência é um conceito que surgiu do rompimento do paradigma até então existente e utilizado na economia, em seus modelos teóricos clássicos, com firmas com um único dono e gestor (situação distante da realidade), portanto, sem conflitos de interesse na gestão da empresa (Lopes & Martins, 2005, p. 28): "o surgimento da corporação moderna com propriedade separada da gestão criou a possibilidade para que conflitos de interesse pudessem surgir entre acionistas e administradores e mesmo entre os próprios administradores de diferentes níveis".

Hendriksen & Van Breda (1999) esclarecem essa estrutura com divisão entre acionistas (principal) e gestores contratados para administrar as empresas (agentes), explicando seus papéis e reponsabilidades: enquanto os agentes, "tomadores de decisões", comprometem-se a realizar certas tarefas para o principal; o principal, "avaliador de informação", compromete-se a remunerar o agente. Nesse contexto, "as ações são as dos agentes, enquanto a função utilidade que importa, em última instância, é a do principal" (p. 139).

Assaf Neto (2014) afirma que a separação entre propriedade e administração traz algumas vantagens para a sociedade, como a conciliação do poder de decisão dos acionistas

com a gestão do dia a dia e a manutenção de profissionais de alta competência, orientando suas decisões em busca de objetivos delineados.

Por outro lado, a questão torna-se complexa com a necessidade de considerar, nas tomadas de decisão, também a função utilidade do agente, dado que isto determina suas ações (Hendriksen & Van Breda, 1999) - em especial, por que os interesses das partes podem ser contrastantes (e os administradores, seguindo seus interesses, podem optar por situações não desejadas e lesivas ao principal).

Como exemplo, Assaf Neto (2014) menciona que os acionistas podem desejar que as decisões da empresa levem sempre à maximização de sua riqueza, do valor de mercado de suas ações, enquanto os administradores podem não concordar, sugerindo outras metas como maior liquidez, segurança, maior retenção de dividendos, e assim por diante. Algumas vezes, os gestores podem dar prioridade aos seus objetivos em detrimentos àqueles indicados pelos acionistas – gerando um problema ao principal.

2.1.1.2.Assimetria informacional

Ainda sob o conceito da firma clássica dos primeiros estudos em economia (um único dono e gestor), não existiam problemas de informação, com todos os agentes envolvidos com a empresa tendo o mesmo conteúdo informativo, sem distinção e sem custos adicionais. No mundo real, porém, esta situação diverge, com a existência de diferentes agentes (Lopes & Martins, 2005) e diferentes níveis de informação, o que "limita a capacidade dos agentes econômicos de tomarem as melhores decisões" (Assaf Neto, 2014, p. 39).

Um dos exemplos mais importantes utilizado para a assimetria informacional foi apresentado por Ackerlof (1970), em sua pesquisa desenvolvida na década de 60 e apresentada no artigo *The market for lemmons: quality uncertainty and the market machanism* (estudo abordado em diversas obras posteriores, como Lopes & Martins, 2005). Neste estudo, Ackerlof demonstra como a assimetria informacional entre os agentes econômicos pode comprometer o volume de negócios realizados, ilustrando o mercado de carro usados. Neste cenário, existiriam dois tipos de carros, os do tipo A, bons, com valor $10; e os do tipo B, ruins, com valor $5. Em um cenário de assimetria informacional, em que os agentes tivessem informações diferentes sobre as características dos carros, o comprador não poderia diferenciar adequadamente os carros bons dos ruins, e sua única ação possível seria oferecer um dado preço pelos carros, gerando o seguinte problema: se o comprador oferece o preço de $10, tanto os vendedores de

carros do tipo A como os vendedores dos carros do tipo B ofereceriam seus carros e o comprador não conseguiria diferenciá-los; se o comprador oferece o preço de $5, apenas os vendedores dos carros ruins aceitariam negociar o bem. Com isso, nenhuma negociação seria realizada. No caso de um comprador sem qualquer conhecimento de mecânica, ele poderia procurar um mecânico para tentar fornecer uma medida não viesada do real estado do veículo – o mecânico, nesta situação, poderia ser considerado um intermediário informacional.

No mercado financeiro, de forma similar, investidores e administradores possuem informações assimétricas, e os auditores são os responsáveis na tentativa de fornecer "atestados" de fidedignidade das demonstrações da empresa para os investidores. Outros intermediários informacionais, que buscam reduzir as assimetrias entre administradores e acionistas, são as agências de *rating*, analistas de mercado, entre outros (Lopes & Martins, 2005).

2.1.1.3.Governança Corporativa

Lopes & Martins (2005) afirmam que, no mundo real, os investidores se cercam de inúmeros mecanismos para se proteger contra as ações dos administradores, buscando coordenar os interesses diversos das pessoas e convergir as ações para a consecução dos objetivos maiores. Essa linha de estudos em finanças ficou conhecida como Governança Corporativa, conceituada por Assaf Neto (2014, p. 43) como "um conjunto de procedimentos que governam o relacionamento entre os administradores e os acionistas", que "visa minimizar os conflitos de agência".

Como parte dos mecanismos para evitar que os chamados conflitos de agência levem a resultados lesivos aos investidores, há a imposição de cláusulas restritivas às ações dos administradores da empresa em contratos (*covenants* e outras restrições); e utilização de incentivos específicos, em geral econômicos, para que os gestores adotem determinado comportamento (sistemas de remuneração, em especial, a remuneração variável - os administradores têm parte de sua remuneração atrelada ao sucesso da empresa, motivando-os a agir como "donos" da empresa) (Lopes & Martins, 2005).

Ainda de acordo com Lopes & Martins (2005, p. 46), "a contabilidade surge para contribuir com os mecanismos de governança, reduzindo o impacto dos conflitos de agência". Hendriksen & Van Breda (1999, p. 139), de forma similar, afirmam que "a informação é uma

das maneiras de reduzir a incerteza, dando aos contadores papel importante na divisão de riscos entre administradores e proprietários".

Dentre os principais grupos de agentes envolvidos em um sistema de governança corporativa, são destacados por Assaf Neto (2014) os sócios/acionistas, o Conselho de Administração, os gestores/executivos, a auditoria independente e o conselho fiscal.

A auditoria independente (foco deste estudo e tema do próximo tópico), "é uma estrutura externa (independente) da empresa, e tem por objetivo principal a verificação das demonstrações financeiras elaboradas pela sociedade, atestando se os relatórios disponibilizados refletem adequadamente sua efetiva realidade" (Assaf Neto, 2014, p. 45).

2.2. Auditoria: Competência e independência

Como mencionado anteriormente, a demanda por contabilidade e auditoria surge da necessidade de reduzir os custos/problemas relacionados ao conflito de agência e assimetria informacional.

Watts & Zimmerman (1986), ao falar sobre a auditoria e sua importância para as partes interessadas, mencionam que não haverá valor para os usuários, a menos que esses considerem que a probabilidade do auditor reportar uma violação, caso ocorra, seja diferente de zero, ou seja, requer que o mercado acredite que o auditor reportará exceções.

Ainda segundo Watts & Zimmerman (1986), a probabilidade de o auditor reportar as violações das empresas auditadas depende diretamente de dois itens condicionais:

1. competência (a probabilidade de o auditor descobrir a violação/exceção); e

2. independência (a probabilidade de o auditor reportar a exceção descoberta, não cedendo às pressões de seu cliente para que os problemas não sejam reportados. Uma forma de pressão das empresas auditadas normalmente verificada é a troca de auditor).

DeAngelo (1981a e 1981b), em suas pesquisas sobre (a) a independência da auditoria nos primeiros anos em novos clientes (ligada ao conceito de *low balling*[3]) e (b) a relação entre

[3] *low balling*: os custos de auditoria nos primeiros anos em novos clientes tendem ser maiores, dado o custo de aprendizado e adaptação; apesar disso, é prática comum que as empresas cobrem preços menores do que aqueles que seriam devidos nos anos iniciais, "diferindo" esses valores ao longo dos anos. Como consequência, a pesquisa de DeAngelo (1981a) avalia o risco das empresas de auditoria terem sua independência afetada, não reportando todos os temas devidos, com o objetivo de permanecer com o cliente em carteira por um prazo maior, recebendo,

o tamanho das empresas de auditoria e a qualidade da auditoria, também apresenta a relação competência e independência ao falar sobre a probabilidade dos auditores de reportar exceções.

Vale ressaltar que a probabilidade de o auditor reportar exceções verificadas, baseada nos quesitos competência e independência, é uma relação de resultado multiplicativo, em que, se qualquer um dos dois fatores tiver probabilidade zero, a probabilidade do auditor apresentar os problemas aos usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente também torna-se zero (em resumo, se o auditor for competente para identificar as exceções mas não for independente, não reportará os casos identificados; de forma similar, caso não tenha capacidade técnica para analisar e descobrir os problemas existentes, ainda que seja independente, não haverá nada a reportar aos investidores e partes interessadas).

Em uma análise quanto aos incentivos para que as empresas de auditoria sejam independentes, Watts & Zimmerman (1986) citam:

a) a reputação do auditor: é custoso estabelecer um histórico e reputação de descobrimento e reporte de exceções e violações das empresas auditadas; mas, uma vez feito, isso aumenta a demanda por seus serviços, bem como valor – dado que oferece maior credibilidade ao mercado. Em sentido oposto, caso exista alguma indicação de que o auditor foi/está sendo menos independente que o esperado, sua reputação é afetada, assim como os valores de seus serviços;
b) sociedades profissionais: estabelecer a reputação individualmente é uma tarefa muito árdua, assim, a participação/credenciamento em sociedades profissionais torna-se um mecanismo para reduzir esses custos. As sociedades profissionais desenvolvem seus nomes e determinam que seus membros devem atender a um nível mínimo de competência – por meio de provas e treinamentos periódicos - e independência – pela manutenção de comitês de ética. A perda do credenciamento dos auditores pode levar a reduções nos preços cobrados por seus serviços;
c) a forma de organização das firmas de auditoria: em que os sócios são responsáveis por passivo ilimitados, ainda que relacionados a trabalhos de outros sócios; com isso, há maior credibilidade quanto à sua independência, por parte do mercado, e há um incentivo para o monitoramento entre os sócios, para evitar ações que os prejudiquem;

---

portanto, os valores que seriam necessários para cobrir os custos de início dos trabalhos que antes não foram cobrados.

o que tende a aumentar a competência e diminuir a probabilidade de ceder à pressão da administração das empresas auditadas; e

d) o tamanho das firmas de auditoria: as grandes empresas de auditoria possuem algumas vantagens com relação a auditores independentes, no que diz respeito a marca: as grandes firmas têm monitoramento mútuo entre seus sócios; e provêm maior credibilidade que auditores individuais, por serem menos suscetíveis a ceder às pressões dos clientes para não reportar exceções (e, portanto, serem independentes) – o risco de não reportar um problema, ser questionado e ter sua reputação atingida é maior que o risco e efeito de perder um cliente.

Além da questão de independência, o tamanho das firmas de auditoria é também visto como determinante para a qualidade da auditoria. Um estudo feito por DeAngelo (1981b) confirma essa teoria.

2.3. O relatório do auditor independentes e as mudanças nas normas de contabilidade de auditoria independente

Como mencionado anteriormente, a principal função da auditoria contábil é prover informações aos usuários das demonstrações financeiras, reduzindo a assimetria informacional e oferecendo maior confiabilidade em relação aos resultados apresentados, sendo um importante mecanismo para minimizar os efeitos do conflito de agência. "A auditoria é avaliada por sua capacidade de fornecer garantia independente da credibilidade das informações contábeis" (DeFond & Zhang, 2014, p. 275, tradução nossa).

As atividades de auditoria resultam em uma opinião de auditoria, expressa no relatório do auditor que é, de acordo com Carringtion (2014) (citado por Dogan & Arefaine, 2017, p. 1), "um importante documento para a sociedade" (tradução nossa) e, de acordo com Libby (1979) (citado por Dogan & Arefaine, 2017, p. 1), "também a essência da comunicação entre auditores e usuários, e na maioria dos casos o único contato que os usuários têm com o auditor" (tradução nossa).

A crise financeira de 2008 aumentou significativamente a intensidade do foco na eficácia da administração das empresas e adequação das comunicações ao mercado feitas pelos Comitês de Auditoria e auditores (FRC, 2015). Alguns dos principais motivadores para as mudanças eram (i) o desejo imediato por mais informações (o reporte com opinião binária "aprovada/desaprovada" tinha sua importância, mas poderia ser mais informativo); e (ii) a

importância em reforçar o valor da auditoria e demonstrar sua relevância (Ibracon, 2016a; e Ibracon, 2016b).

Objetivando melhorias e o atendimento à responsabilidade social de trazer mais transparência ao relatório anual, diferentes organizações ligadas à normas de auditoria e contabilidade (em especial, *Financial Reporting Council* (FRC), *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), *European Commission* (EC) e *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB)) iniciaram interações entre auditores, reguladores e usuários ao redor do mundo para discutir possíveis mudanças no processo de reporte do auditor.

No contexto global, alguns eventos importantes foram: (i) o *Audit Quality Forum* (no Reino Unido), em 2007, em que discutiu-se como o relatório do auditor poderia desenvolver a sua forma corrente para incluir mais elementos (o FRC publicou uma pesquisa intitulada "*The auditor's report: A time for change?*", ou "Relatório do auditor: um momento de mudança? (FRC, 2015); e (ii) a emissão, pelo IAASB, órgão regulador das Normas Internacionais de Auditoria (*International Standards on Auditing* - ISAs), de algumas consultas e cartas para interação com participantes do mercado em geral, como: (a) em 2011, o documento de consulta "*Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change*" ("Aumentando o Valor do Relatório do Auditor: Explorando Opções para Mudança", tradução nossa); (b) em 2012, o convite para comentar "*Improving the Auditor's Report*" ("Melhorando o Relatório do Auditor", tradução nossa); e (c) em 2013, o convite para comentar com o título "*Proposed New and Revised International Standards on Auditing. An invitation to comment*" ("Novas e Revisadas Normas Internacionais de Auditoria Propostas. Um convite para comentar", tradução nossa) (Cordos & Fulop, 2015).

O processo de discussão culminou com a emissão de novas e revisadas normas internacionais, propondo modificações (em geral, a serem implementadas por todas as empresas de capital aberto, ao final de 2016; mas com alguns casos de implementação antecipada, como no Reino Unido e Holanda). No Brasil, as normas internacionais são traduzidas e adaptadas (se necessário) e, então, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Assim, inicialmente, foram publicadas pelo CFC seis normas novas ou revisadas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente (NBC TA[4]):

- NBC TA 260 (R2) – Comunicação com os Responsáveis pela Governança;
- NBC TA 570 – Continuidade Operacional;

[4] Disponíveis no site do CFC: https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/

- NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis;
- NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente;
- NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente; e
- NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente;

todas correlatas às normas internacionais (ISAs) publicadas pelo IAASB, que trouxeram as seguintes alterações principais ao Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) (Tabela 1):

Tabela 1 – Principais alterações apresentadas pelas novas e revisadas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente

Alteração	NBC TA	Entidades listadas	Entidades não listadas
Reordenação do relatório do auditor (opinião passa a ser a primeira seção do relatório)	700	✓	✓
Descrição alterada das responsabilidades da Administração e do auditor	700	✓	✓
Conclusão sobre a adequada aplicação da continuidade operacional e se há ou não dúvidas significativas em relação à capacidade da companhia continuar em operação	570	✓	✓
Declaração explícita de independência do auditor em relação aos princípios éticos relevantes e de cumprimento dos demais requisitos aplicáveis do Código de Ética	700	✓	✓
Descrição do trabalho executado pelo auditor sobre as outras informações e as respectivas conclusões	720	✓	✓
Descrição dos principais assuntos de auditoria (PAAs)	701	✓	✗
Divulgação do nome do sócio do trabalho*	700	✓	✗

* Já obrigatório no Brasil mesmo para empresas não listadas

Fonte: (Ibracon, 2016b, p. 4)

2.3.1. Nova norma: Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs)

Com relação ao papel informacional, transparência e *accountability*, a NBC TA 701, que determina a comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) (na norma internacional, ISA 701, denominados *Key Audit Matters* (KAMs)), foi a que determinou a mudança mais significativa para o Novo Relatório do Auditor Independente e, para alguns autores, como Emami & Motahary (2016), representa uma tentativa institucional de recuperar

a confiança da profissão de auditoria e é provável que seja a mudança de jogo para os participantes do mercado e a profissão de auditoria.

Os argumentos iniciais a favor da apresentação dos PAAs/KAMs suportam que os relatórios de auditoria serão individualizados e mais informativos (IAASB, 2013, citado em Dogan & Arefaine, 2017), rebatendo as críticas recebidas quanto ao uso de linguagem e forma padronizados.

Aqui vale ressaltar que a publicação dos Principais Assuntos de Auditoria também pode ser relacionada aos conceitos (apresentados no item 2.2.) de (i) competência (para identificar esses temas relevantes) e (ii) independência (para reportá-los aos usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente).

Para diferentes países foram emitidas normas específicas sobre o tema, por cada órgão responsável, mas todas com essência bastante similar.

2.3.1.1.ISA 701: *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*

Depois de iniciar, em 2009, uma revisão sob o processo e o reporte de auditoria ("*Clarity Project*"), com a revisão de todas as normas de auditoria para melhorar a clareza e a qualidade, o IAASB emitiu artigos de consulta em maio de 2011 ("*Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change*"), junho de 2012 (um convite para comentar "*Improving the Auditor's Report*") e em julho de 2013 (um convite para comentar com o título "*Proposed New and Revised International Standards on Auditing. An invitation to comment*"), buscando entender as principais necessidades de mudanças, de acordo com as opiniões dos participantes de mercado (Cordos & Fulop, 2015). As respostas indicaram uma demanda por informações mais relevantes, em oposição ao reporte padronizado, que apresenta apenas um tipo de relatório de opinião sim/não ou aprovação/falha.

Para atender essa requisição, o IAASB esboçou, em 2013, uma nova norma: a ISA 701 - "*Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report"* ("Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente", tradução nossa). A tradução e adaptação (se necessárias) das normas, aprovação e publicação, bem como data de implementação variam de acordo com cada país que adota as normas internacionais definidas pelo IAASB (cerca de 120 países já adotam ou estão comprometidos a adotar em um futuro próximo as ISAs), mas, em geral, o primeiro período aplicável foi aquele relacionado a

auditorias de demonstrações financeiras para períodos terminados em ou após dezembro de 2016 (para empresas listadas em bolsa).

A norma oferece uma simples mas precisa definição do conceito de KAMs: "Principais assuntos de auditoria são os assuntos que, no julgamento profissional do auditor, foram de maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período atual. Os principais assuntos de auditoria são selecionados de assuntos comunicados com os responsáveis pela governança" (IAASB, 2015, p. 5, tradução nossa).

A ISA 701 também define que o auditor deve levar em consideração o seguinte na determinação dos KAMs:

> (a) áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, de acordo com a ISA 315 (Revisada) (Ref: parágrafos A19-A22);
> (b) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações financeiras que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alto grau de incerteza na estimativa (Ref: parágrafos A23-A24);
> (c) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período (Ref: parágrafos A25-A26). (IAASB, 2015, p. 9, tradução nossa).

Na descrição de cada um dos KAMs, o relatório deve incluir:

> referência à(s) correspondente(s) divulgação(ões), se houver, nas demonstrações financeiras e abordar (Ref: parágrafos A34-A41):
>
> (a) o motivo pelo qual o assunto foi considerado como um dos mais significativos na auditoria e, portanto, determinado como um principal assunto de auditoria (Ref: parágrafos A42-A45); e
>
> (b) como o assunto foi tratado na auditoria (Ref: parágrafos A46-A51). (IAASB, 2015, p. 13, tradução nossa)

Finalmente, com relação ao número de KAMs a ser incluído no relatório do auditor, a norma não define um número e menciona que isso "pode ser afetado pelo tamanho e complexidade da entidade, a natureza do seu negócio e ambiente e os fatos e circunstâncias da empresa/do trabalho de auditoria." (IAASB, 2015, p. A.30, tradução nossa).

2.3.1.2. NBC TA 701: Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente

O Brasil é um dos países que seguem as normas internacionais de auditoria emitidas pelo IAASB. Para tanto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emite versões traduzidas para o português das normas internacionais (e adaptadas, quando necessário).

Assim, a "Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil – NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do

Auditor Independente" (com conteúdo similar à ISA 701) foi aprovada e emitida em 17 de junho de 2016, com vigência para as auditorias de demonstrações contábeis de períodos findos em ou após 31 de dezembro de 2016. Na versão brasileira, os KAMs tornaram-se "Principais Assuntos de Auditoria" (PAAs).

A norma salienta que "a comunicação dos principais assuntos de auditoria visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada" (CFC, 2016, p. 2), o que relaciona-se diretamente aos objetivos de prover informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, podendo resultar no resgate da confiabilidade e credibilidade da profissão.

Quanto à apresentação dos PAAs, destaca-se que "o auditor deve descrever cada um dos principais assuntos de auditoria, utilizando um subtítulo adequado para cada um deles" (CFC, 2016, p. 3).

Adicionalmente, a comunicação deve conter um texto de introdução da seção do relatório, em que deve-se afirmar que (CFC, 2016, p. 3):

> (a) os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente; e
>
> (b) esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos (ver A31 a A33).

Com relação a descrição individualizada dos PAAs, a norma define (CFC, 2016, p. 4):

> A descrição de cada um dos principais assuntos de auditoria na seção "Principais assuntos de auditoria" do relatório do auditor deve fazer referência às correspondentes divulgações, se houver, nas demonstrações contábeis e abordar o seguinte (ver A34 a A41):
>
> (a) o motivo pelo qual o assunto foi considerado como um dos mais significativos na auditoria e, portanto, determinado como principal assunto de auditoria (ver A42 a A45);
>
> (b) como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis (ver A46 a A51).

Caso, por outro lado, o auditor determine que não há assuntos para reportar como PAA, este "deve incluir uma declaração nesse sentido em seção separada do seu relatório, sob o título 'Principais assuntos de auditoria'" (CFC, 2016, p. 5).

2.3.1.3.PCAOB: Proposta de Novas Normas – *Critical Audit Matters* (CAMs)

Em uma proposta similar à da ISA 701 e com conceitos muito próximos ao dos KAMs, o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), órgão responsável pela emissão de normas e supervisão de cumprimento destas pelas empresas que possuem capital aberto no mercado norte-americano (*Securities and Exchange Commission* – SEC), iniciou discussões sobre o tema (relatório do auditor independente e apresentação dos principais assuntos de auditoria, então nomeados "*Critical Audit Matters*" (CAMs)) em 2010, com a participação de investidores, auditores, preparadores de demonstrações financeiras, membros de comitês de auditoria e outras partes interessadas; emitiu um documento com os primeiros conceitos para discussão e comentários públicos sobre as possíveis mudanças em junho de 2011; e, em agosto de 2013, publicou a proposta para a nova norma, seguida por uma reunião pública de dois dias (PCAOB, 2017).

O documento, de 2013, nomeado "*Proposed Auditing Standards – The Auditor's Report on an Audit of Financial Statements when the Auditor Expresses an Unqualified Opinion; The Auditor's Responsibilities Regarding Other Information in Certain Documents Containing Audited Financial Statements and the Related Auditor's Report; and Related Amendments to PCAOB Standards*" ("Normas de Auditoria Propostas – O Relatório do Auditor sobre uma Auditoria de Demonstrações Financeiras quando o Auditor Exprime uma Opinião Não Qualificada; As Responsabilidades do Auditor em Relação a Outras Informações em Determinados Documentos Contendo Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Auditor relacionado; e alterações relacionadas às normas PCAOB", tradução nossa), destaca que "exigir que os auditores comuniquem assuntos críticos de auditoria poderia ajudar os investidores e outros usuários de demonstrações financeiras a focar em aspectos das demonstrações financeiras da empresa que o auditor também considerou desafiadores" (PCAOB, 2013, p. 6, tradução nossa), mencionando a possibilidade de atenuar a assimetria informacional e o aumento da relevância do relatório do auditor.

O documento define que:

> Os assuntos críticos de auditoria são os assuntos abordados durante a auditoria que (1) envolveram os julgamentos de auditoria mais difíceis, subjetivos ou complexos; (2) colocaram a maior dificuldade para o auditor na obtenção de provas adequadas suficientes; ou (3) colocaram a maior dificuldade para o auditor em formar a opinião sobre as demonstrações financeiras. (PCAOB, 2013, p. 15).

Adicionalmente, na descrição do CAM, similar ao que é requerido na comunicação dos KAMs, o PCAOB (2013, p. 16) define que:

> A descrição dos assuntos críticos de auditoria no relatório do auditor deveria:
>
> a) identificar o assunto crítico de auditoria;
> b) descrever as considerações que levaram o auditor a determinar que o assunto é um assunto crítico de auditoria; e
> c) referenciar as contas das demonstrações financeiras e as divulgações relevantes relacionadas ao assunto crítico de auditoria, quando aplicável.

Em maio de 2016, após receber respostas diversas dos participantes de mercado, o PCAOB publicou uma nova proposta de norma, refinando e incluindo alguns itens, em alterações como (i) limitação da fonte de potenciais assuntos críticos de auditoria a assuntos comunicados ou que devem ser comunicados ao comitê de auditoria; (ii) adição de um componente de materialidade à definição de um assunto crítico de auditoria; (iii) restrição a definição apenas para assuntos que envolvam julgamento especialmente desafiador, subjetivo ou complexo do auditor; (iv) revisão do requisito de documentação requerida; e (v) expansão do requisito de comunicação dos CAMs, incluindo a descrição de como o assunto foi abordado na auditoria (PCAOB, 2016).

A norma final foi adotada em 1º de junho de 2017, com implementação faseada - início das comunicações dos CAMs (i) para parte das empresas, para as auditorias de período encerrados a partir de 30 junho de 2019; e (ii) para todas as empresas, para os períodos encerrados a partir de 15 de dezembro de 2020 (PCAOB, 2017).

2.4. Literatura desenvolvida

2.4.1. Literatura internacional

A análise da literatura internacional foi dividida entre os estudos que abordam os *Critical Audit Matters* (CAMs) – norte americanos – e os que tratam dos *Key Audit Matters* (KAMs) – restante dos países, em especial, europeus.

O tema é relativamente novo, bem como a aplicação e apresentação desta inovação nos relatórios do auditor, de modo que estão sendo desenvolvidas novas discussões e estudos relevantes, confrontando e demonstrando diferentes argumentos, visões e opiniões. Alguns dos estudos mais importantes estão relacionados ao processo de implementação (os custos,

benefícios e consequências da divulgação, a opinião dos auditores e investidores sobre o tema); à questão da confidencialidade, que é um pré-requisito para poder realizar uma auditoria (e debater se a comunicação desses tópicos pode contradizer este dever), e os riscos de litígio relacionados a isso; a capacidade real de reduzir a assimetria informacional e afetar o processo de tomada de decisão dos participantes do mercado; e a possibilidade de criação de novos padrões para os relatórios e/ou uma lista de risco divulgados de forma redundante.

2.4.1.1.*Key Audit Matters* (KAMs)

Apesar do limitado número de estudos produzidos tratando dos KAMs, é interessante notar a diversidade desses: há artigos, dissertações de mestrado e outros tipos de estudos divulgados; produzidos em diferentes países (França, Romênia, Suécia, África do Sul); antes e depois da implementação da norma; com diferentes focos e metodologias (estudos quantitativos e qualitativos; com análise documental, entrevistas, experimentos, entre outros métodos); abordando e focando em diferentes participantes do mercado (auditores, investidores, reguladores, além da própria norma); e discutindo diferentes questões e teorias.

Cordos & Fulop, em trabalho discutido em conferência (2014) e artigo publicado (2015), apresentam conclusões positivas quanto aos efeitos potenciais das alterações dos relatórios dos auditores. Examinando as 47 cartas de comentários (respostas dos usuários da União Europeia) que o IAASB recebeu para o documento "*Proposed New and Revised International Standards on Auditing*", de 2013, concluem que os usuários consideram que os KAMs são um conceito importante e que sua introdução e aplicabilidade podem ter um efeito positivo no processo de reporte de auditoria, fornecendo informações mais relevantes aos usuários.

Outros estudos, anteriores e posteriores, porém, trazem conclusões diferentes e diversos possíveis riscos e efeitos da implantação da ISA 701.

Da França, três estudos foram identificados. Os dois primeiros, ambos de Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, foram produzidos em 2014, antes mesmo da implementação da ISA 701 no país, e mencionam um importante conceito: *Justification of Assessment* (JOA), princípio muito próximo ao KAM, que deveria ser comunicado nos reportes de auditoria no país, com o objetivo de "permitir ao usuário do relatório obter uma melhor compreensão das razões por trás da opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras" (*Haut Conseil des*

Commissaires aux Comptes 2006, citado em Bédard, Gonthier -Besacier & Schatt, 2014b, p. 3, tradução nossa). Segundo as normas francesas, os JOAs deveriam ser divulgado desde 2003, em uma seção separada após o relatório do auditor. Os dois estudos (Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, 2014a e 2014b) tratam dos custos e os benefícios da introdução do JOA na França (supondo ser similares na introdução da comunicação dos KAMs), focando na forma como foram afetados os investidores (reação do mercado), bem como a qualidade da auditoria, seu custo e eficiência. Como resultado, afirmam que esses efeitos foram quase inexistentes. O terceiro estudo, mais recente, é um experimento: manipulando a presença de KAMs, seu número (um ou três KAMs) e seu formato (incluindo ou não uma visão geral dos procedimentos de auditoria para abordar cada KAM), Sirois, Bédard & Bera (2017) buscam analisar os efeitos sobre os usuários das demonstrações financeiras, concluindo que há consequências sob o nível de atenção dedicado às partes indicadas com KAMs ou não.

Na Suécia, duas dissertações de mestrados produzidas na Universidade de Uppsala utilizaram entrevistas com especialistas em auditoria (contadores e auditores das grandes empresas no país e reguladores) para discutir os potenciais resultados da implementação da ISA 701. Emami & Motahari (2016), em estudo anterior a implementação da norma, destacam o receio dos auditores em ferir a confidencialidade dos clientes, aumentando o risco de acionamentos jurídicos por este motivo. Como consequência, acreditam que pode haver a criação de novos padrões para os relatórios (*boilerplate reports*) e/ou uma lista de riscos reportados, tornando os relatórios mais específicos por indústria do que por companhia. Dogan & Arefaine (2017), com entrevistas pós implementação da comunicação, mencionam resultados semelhantes ao estudo mencionado anteriormente, com ceticismo dos auditores quanto a emissão de relatórios específicos para cada entidade e transparentes, como esperado pelo IAASB. Os entrevistados deste estudo também acreditam que (i) os relatórios do primeiro ano serão percebidos como mais específicos do que nos anos seguintes (porque as áreas de risco não mudam rapidamente nas empresas ao longo dos anos); (ii) o relatório do auditor não inclui informações que não foram descritas pela empresa (informações similares devem ser apresentadas nas demonstrações financeiras - caso contrário, isso pode resultar em um relatório de auditoria qualificado); e (iii) os auditores devem ter diálogo com a empresa e estar de acordo quanto às áreas definidas como KAMs (melhorando o relacionamento com os clientes).

Alinhado com as conclusões dos trabalhos franceses e suecos citados anteriormente, o artigo de Segal (2017) usa a análise de literatura acadêmica e profissional para explorar possíveis consequências, incertezas e riscos da implementação da comunicação dos KAMs no

contexto da África do Sul. Como resultado, cita o risco de divulgação de informações confidenciais e aumento do risco jurídico para os auditores, bem como a criação de novos padrões para os relatórios. Além disso, menciona a possibilidade de aumento dos questionamentos sobre os auditores (com relação ao KAM divulgado, afetando a discricionariedade do auditor) e uma potencial diminuição no nível de confiança (e não a melhoria da profissão, atitude ou satisfação na prestação de serviços profissionais, levando a um ambiente negativo que tem o potencial de danificar o já frágil relacionamento de confiança entre o auditor e o cliente).

2.4.1.2.*Critical Audit Matters* (CAMs)

No contexto norte-americano, que segue as indicações do PCAOB, o que inclui a comunicação dos *Critical Audit Matters* (CAMs), foram identificados alguns artigos publicados em periódicos especializados.

Brant, Steven & Christopher (2014) realizaram um experimento com investidores não profissionais para examinar como eles reagem ao reporte de CAM no relatório de auditoria (neste caso específico, relacionado a estimativas de valor justo). A análise demonstra que os investidores que recebem um parágrafo de CAM são mais propensos a mudar sua decisão de investimento do que os investidores que recebem um relatório padrão ou investidores que recebem a mesma informação do parágrafo CAM, porém, nas notas de rodapé da administração, indicando relevância do instrumento e capacidade de influenciar investidores. Cita ainda que, no entanto, quando a comunicação do CAM é seguida por um parágrafo que oferece a resolução do assunto crítico de auditoria, o efeito é revertido.

Gimbar, Hansen & Ozlanski (2016) e Kelsey, Marcus, Jonathan & Andrew (2016) focam no risco jurídico para os auditores. O primeiro revisa cinco estudos que investigam os efeitos das divulgações do CAM sobre o risco jurídico para os auditores e resumem as conclusões e as implicações desses estudos (com resultados indicando a possibilidade de aumento do risco). O segundo também examina o impacto dos CAMs sob o risco jurídico, porém, enfocando os casos de negligência do auditor (quando os auditores não conseguem detectar distorções e não indicam determinadas situações críticas em seus reportes). Neste artigo, os resultados indicam que a divulgação de qualquer CAM pode fornecer proteção de litígio em casos de fraude não detectada (uma conclusão diferente em comparação a outros estudos).

2.4.2. Literatura brasileira

Devido à recente implementação da NBC TA 701 no Brasil, a literatura local relacionada à comunicação dos PAAs ou similares (KAMs ou CAMs) ainda é limitada (com desenvolvimento a partir de 2017).

Há estudos que observam os reportes publicados para identificar os principais assuntos tratados, como Monteiro (2017), que identifica os PAAs abordados nas empresas listadas no índice IBrX 100 da BM&F Bovespa (atual B3), enquanto Tavares (2017) seleciona uma amostra de 50 empresas listadas na mesma bolsa de valores acima citada, e Costa, Freire & Araújo (2017) foca em empresas do ramo de construção civil.

Outra vertente é a de estudos qualitativos focados na análise das mudanças das normas contábeis e do relatório do auditor, revisando as normas específicas relacionadas (Roxo & Bonotto (2017)) e os estudos históricos que abordam o tema (Manoel & Quel (2017)), citando, em geral, que as mudanças são substanciais e significativas.

Já Matos & Cardoso (2017) produziram um experimento que examina o efeito que os KAMs têm sobre a análise das demonstrações financeiras, sobre a percepção da qualidade das demonstrações financeiras e do trabalho do auditor (concluindo que há percepção de aumento da qualidade e valorização do trabalho do auditor), bem como sobre a propensão a investir na empresa (manipulando a existência dos KAMs e a forma como o auditor os reporta) - não havendo diferença significativa na propensão a investir.

2.5. Estudos sobre a implementação do Novo Relatório do Auditor Independente e os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs)

Após a implementação do Novo Relatório do Auditor Independente (NRA), com a inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) representando sua maior modificação, diversos estudos (não acadêmicos) foram desenvolvidos por diferentes entidades e órgãos, visando verificar os temas mencionados mais corriqueiramente, bem como a *qualidade dos relatórios apresentados e pontos de melhoria*, através da análise dos relatórios e entrevistas e reuniões com auditores, investidores, integrantes de comitês de auditoria, entre outros indivíduos interessados nos referidos relatórios.

Foram identificados oito estudos, realizados em diferentes países, apresentando a análise e opinião sobre a implantação das novas normas referentes aos relatórios, os pontos positivos até então observados e diversos apontamentos sobre possíveis melhorias a realizar.

2.5.1. Reino Unido

Primeiro país a adotar regras que determinam a inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria (ou "riscos", como determina a normativa local – ISA (Reino Unido e Irlanda) 701) nos relatórios preparados pelos auditores independentes, o Reino Unido foi também o primeiro a apresentar estudos sobre a implementação das alterações, pontos positivos e de melhoria para o processo, realizados pelo *Financial Reporting Council* (FRC).

O FRC:

> [...] é responsável por promover governança corporativa e relatórios de alta qualidade para promover o investimento. Estabelece os Códigos de Governança e Governança Corporativa do Reino Unido, bem como os padrões do Reino Unido para contabilidade, auditoria e trabalho atuarial. Representa os interesses do Reino Unido na definição de padrões internacionais. Também monitora e age para promover a qualidade dos relatórios e auditorias corporativas. Opera acordos disciplinares independentes para contadores e atuários; e supervisiona as atividades regulatórias dos órgãos contábeis e profissionais atuariais.[5]

Foram realizadas análises nos dois primeiros anos do novo relatório (ou EAR – *Extended Audit Report*) no Reino Unido, publicados em (1) março de 2015 ("*Extended Audit Report – A review of experience in the first year"*) (FRC, 2015) e (2) janeiro de 2016 ("*Extended Audit Report – A further review of experience"*) (FRC, 2016).

2.5.1.1. Uma revisão da experiência do primeiro ano

Entre julho e setembro de 2014, o FRC fez análises sobre 153 relatórios publicados, sendo a maior parte (147) emitida por uma das quatro maiores empresas de auditoria no mercado atual (o grupo chamado de "*Big four*", composto por Deloitte, EY - Ernst & Young, KPMG e PwC – PricewaterhouseCoopers). Essas análises incluíram a leitura do relatório do auditor independente e do relatório do comitê de auditoria, respondendo a diversas perguntas sobre o que cada um apresentava, sendo parte dos questionamentos de caráter objetivo (quantidade de riscos apresentados) e parte subjetivo (se as descrições apresentadas continham termos e situações específicas para a empresa em questão ou eram genéricas).

Outra fonte utilizada para as análises e comentários sobre a qualidade dos relatórios foi o resultado do prêmio do IMA (*Investment Management Association's* ou, como conhecida

---

[5] "*The FRC is responsible for promoting high quality corporate governance and reporting to foster investment. We set the UK Corporate Governance and Stewardship Codes as well as UK standards for accounting, auditing and actuarial work. We represent UK interests in international standard-setting. We also monitor and take action to promote the quality of corporate reporting and auditing. We operate independent disciplinary arrangements for accountants and actuaries; and oversee the regulatory activities of the accountancy and actuarial professional bodies*." (FRC, 2015, p. 3).

atualmente, *Investment Association*[6]) sobre os relatórios dos auditores, apresentado em novembro de 2014, que trouxe a visão e opinião dos investidores em relação aos reportes. A cerimônia de premiação reconheceu o progresso feito nos relatórios, premiando e elogiando os reportes (e os auditores responsáveis) em duas diferentes categorias: aqueles com maior nível de (i) inovação (relatórios que realmente pensaram de forma diferente sobre como apresentar os resultados, de maneira mais envolvente e legível) e (ii) esclarecimento (relatórios mais específicos e esclarecedores, dando aos investidores a oportunidade de se envolver ainda mais com os temas).

Após a conclusão das análises, o FRC realizou reuniões (entre outubro de 2014 e janeiro de 2015) com investidores e empresas de auditoria para discutir as descobertas e buscar opiniões sobre o primeiro ano de implantação dos novos relatórios e as aspirações de melhorias para os anos seguintes.

De maneira geral, os investidores receberam bem as respostas e alterações dos novos relatórios, porém, foram levantadas duas preocupações/riscos:

- o risco de que os auditores e membros do Comitê de Auditoria possam se convencer de que é aceitável relatar um assunto como um risco no relatório, em vez de relatar uma ênfase ou expressar uma opinião modificada. Salientaram que se tal falha ocorrer, isso enfraquecerá claramente a confiança no relatório do auditor; e
- as implicações do rodízio do sócio ou firma de auditoria, dado que o novo auditor pode ter uma visão diferente do que pode constituir um risco e como o resultado pode mudar significativamente o escopo a auditoria (para um dos investidores, o auditor deve fornecer explicações no relatório quando essas mudanças ocorrerem).

O resultado das análises dos relatórios demonstrou e confirmou que os auditores pareciam não apenas ter cumprido as novas exigências (com destaque para a apresentação dos principais riscos e temas da auditoria - item requerido em basicamente todos os países que adotaram as normas internacionais - e explicações sobre a materialidade e escopo utilizados – dentre todos os países analisados, item mandatório apenas no Reino Unido e Irlanda), mas em muitos casos haviam feito algumas mudanças adicionais (com cada empresa de auditoria adotando diferentes abordagens para o relatório e, portanto, sendo inovadora de uma maneira distinta).

---

[6] A *Investment Association* é o órgão comercial que representa os gerentes de investimentos do Reino Unido ("*The Investment Association is the trade body that represents UK investment managers*" (The Investment Association, 2018, p. 9).

Dentre as inovações mencionadas pelo estudo, foram destacados alguns pontos que não eram mandatórios pelas ISAs (Reino Unido e Irlanda) 700 e 701, mas que foram incluídos na revisão das normativas e na implementação nos outros países, posteriormente, como:

- a reconfiguração voluntária na ordem das seções do relatório, com apresentação da opinião de auditoria como primeiro item do reporte; e
- roteiro ou referências cruzadas para notas explicativas das demonstrações financeiras ou seções do reporte do comitê de auditoria e revisão financeira.

Itens adicionais mencionados como inovações positivas aos relatórios e que agradaram aos investidores foram:

- quantificação dos riscos individuais apresentados no relatório;
- divulgação da magnitude das diferenças não ajustadas reportadas ao Comitê de Auditoria;
- apresentação das conclusões de auditoria detalhadas com relação aos riscos identificados;
- discussões sobre as conclusões de auditoria, se a abordagem da empresa era satisfatória ou se questionamentos da auditoria sobre o julgamento da administração foram feitos;
- melhor apresentação dos relatórios através do uso de diagramas e gráficos; e
- endereçamento de preocupações relacionadas a continuidade das empresas.

Por outro lado, como pontos de melhoria, levantou-se:

- aumentar a granularidade das descrições dos riscos (encorajando os auditores a fornecer explicações que possam ser relacionadas diretamente às circunstâncias específicas da entidade auditada, em vez de explicações genéricas ou abstratas expressas em linguagem padronizada);
- mais divulgação de informações comparativas e explicações de mudanças de um período para outro;
- melhorar a discussão sobre a aplicação da materialidade pelo auditor e abordar outros aspectos da materialidade; e
- fazer uma ligação mais clara entre as discussões de riscos e materialidade e a descrição de como elas influenciaram o escopo da auditoria.

Por fim, o estudo salienta que os auditores abraçaram os desafios dos novos requisitos de relatórios, apresentando uma série de abordagens inovadoras e, encorajados pelo interesse dos investidores - o que foi demonstrado através do programa de prêmios do IMA, estão procurando por mais diálogo e *feedback* para ajudá-los a desenvolver suas respostas e inovações nos próximos relatórios.

2.5.1.2.Uma revisão adicional da experiência

Após o primeiro estudo realizado pelo FRC, no Reino Unido, publicado em 2015, destacar que os auditores responderam aos novos requisitos e apresentaram inovações consideráveis, que os investidores valorizaram as mudanças, e que os indivíduos e órgãos envolvidos e interessados nos relatórios dos auditores independentes encorajaram a adoção de maior transparência, particularmente em relação aos julgamentos do auditor e suas conclusões, uma segunda revisão foi realizada, com publicação em janeiro de 2016.

Esta segunda revisão tinha como objetivo destacar as novas tendências, inovações e boas práticas (relacionadas aos itens mandatórios, como o reporte de riscos e descrição e informações sobre a materialidade e escopo de auditoria, e itens de divulgação voluntária, como a apresentação da seção de opinião como primeiro item do relatório, e a inclusão de gráficos e diagramas que facilitam a observação e compreensão dos riscos) e destacar como o relatório do auditor continuou a se desenvolver, através da análise de aspectos quantitativos e qualitativos de 278 relatórios de auditoria das maiores empresas do Reino Unido, contato com os investidores (reuniões e análise do resultado do prêmio promovido pela *Investment Association* sobre os relatórios dos auditores e suas inovações e melhores apresentações), revisão de publicações relevantes sobre a perspectiva dos investidores/analistas e os impactos do novo relatório (produzidas e emitidas pelo Citi Research, PwC e KPMG), análises acadêmicas e discussão com as principais empresas de auditoria.

O estudo destaca que foram feitas inovações significativas no primeiro ano do novo relatório e que, para o segundo ano, essas alterações foram mantidas e, em algumas áreas, aprimoradas, embora em ritmo menor (como esperado), em um período de consolidação. Eram esperados e incentivados desenvolvimentos quanto a descrições mais granulares/específicas (mas ainda concisas) dos riscos, a comunicação mais transparente e acessível das conclusões da auditoria e mais divulgação sobre a materialidade.

As principais conclusões incluíam as seguintes afirmações:

- os investidores receberam bem o novo relatório do auditor e valorizaram as informações adicionais que ele fornece (particularmente importante para as entidades com menos fontes de outras informações, incluindo empresas menores);
- os relatórios que mereceram maiores elogios dos investidores foram cuidadosamente estruturados com o usuário final em mente e sinalizando informações importantes. Eles também incluíam divulgações claras, concisas e transparentes sobre risco, escopo e materialidade, bem como as áreas críticas onde os julgamentos e suposições profissionais foram abordados;
- a linguagem usada nos relatórios dos auditores continuava a evoluir, com mudanças de descrições e linguagem genéricas de risco para detalhamentos e termos mais específicos;
- os investidores sentiam que ainda era possível fazer mais para aprimorar os relatórios do auditor, incluindo: fornecer informações mais completas sobre os intervalos de sensibilidade usados nos testes; a avaliação do auditor quanto a qualidade dos controles internos da entidade; e a opinião do auditor sobre a adequação das estimativas da administração, trazendo maior transparência sobre as suposições feitas pela administração e referências usadas pelos auditores. No entanto, isso teria que ser equilibrado com as exigências potencialmente concorrentes de clareza e concisão, bem como preservação da importância de ler uma opinião verdadeira e justa;
- um aspecto decepcionante para muitos investidores (e por isso um ponto de melhoria) foi a ampla ausência de explicações pelos auditores sobre mudanças em sua abordagem de auditoria, no nível de materialidade que eles usaram ou nos riscos avaliados relatados de um ano para outro;
- em 2014, um pequeno número de relatórios de auditoria incluiu as conclusões do auditor quanto aos riscos de distorção relevante (requisito não obrigatório, mas desejado pelos investidores). O número de relatórios com esse tipo de observação aumentou no segundo ano de relatório, mas não na medida que poderia ser esperada;
- continuava a haver um alinhamento estreito entre os relatórios do comitê de auditoria e os relatórios do auditor;
- as informações sobre a materialidade ainda eram limitadas, bem como as menções e explicações sobre a “materialidade de desempenho”;
- o FRC estava revisando as alterações das normas de auditoria (em especial, as ISAs 700 e 701) do Reino Unido e da Irlanda, incluindo tópicos e revisões indicadas nos padrões

internacionais de auditoria, com data de implantação em 17 de junho de 2016 (enquanto, internacionalmente, as alterações seriam aplicadas para períodos encerrados em ou após 15 de dezembro de 2016), visando um interesse contínuo e significativo por inovação e transparência.

2.5.2. Cingapura

O estudo realizado em Cingapura foi conduzido por um conjunto de quatro entidades:

- *The Accounting and Corporate Regulatory Authority* (ACRA): regulador nacional de entidades empresariais, contadores públicos e prestadores de serviços corporativos em Cingapura, também facilita o desenvolvimento de entidades de negócios e a profissão de contabilidade pública. Como regulador e facilitador, se esforça constantemente para fornecer um ambiente regulatório ágil e confiável para empresas, contadores públicos e provedores de serviços corporativos e fazer de Cingapura o melhor e mais confiável local para fazer negócios[7];
- *The Association of Chartered Certified Accountants* (ACCA): órgão global para contadores profissionais, com objetivo de oferecer qualificações relevantes para os negócios, habilidade e ambição em todo o mundo para aqueles que buscam uma carreira recompensadora em contabilidade, finanças e administração[8];
- *The Institute of Singapore Chartered Accountants* (ISCA): órgão de contabilidade nacional de Cingapura, com a visão de ser um corpo de contabilidade profissional globalmente reconhecido, trazendo valor aos seus membros, a profissão e a comunidade em geral[9]; e
- *Nanyang Technological University* (NTU): universidade pública intensiva em pesquisa, com 33.500 estudantes de graduação e pós-graduação nas faculdades de Engenharia,

---

[7] *"The Accounting and Corporate Regulatory Authority (ACRA) is the national regulator of business entities, public accountants and corporate service providers in Singapore. ACRA also facilitates the development of business entities and the public accountancy profession. As a regulator and facilitator, ACRA constantly strives to provide a responsive and trusted regulatory environment for businesses, public accountants and corporate service providers and make Singapore the best and trusted place for doing business."* (ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017, p. 37)

[8] *"The Association of Chartered Certified Accountants (ACCA) is the global body for professional accountants. We aim to offer business-relevant, first-choice qualifications to people of application, ability and ambition around the world who seek a rewarding career in accountancy, finance and management."* (ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017, p. 37)

[9] "*The Institute of Singapore Chartered Accountants (ISCA) is the national accountancy body of Singapore. ISCA's vision is to be a globally recognised professional accountancy body, bringing value to our members, the profession and wider community*." (ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017, p. 37).

Negócios, Ciências, Humanidades, Artes e Ciências Sociais e sua Escola Interdisciplinar de Pós-Graduação[10].

Antes de entrar em questões específicas sobre o estudo realizado, a pesquisa salienta que os relatórios anuais auxiliam os investidores a decidir onde alocar seu dinheiro e que divulgações mais perspicazes podem, portanto, melhorar a transparência corporativa e melhorar a tomada de decisões, aumentando a confiança dos investidores e outras partes interessadas no mercado de capitais.

Menciona que em 2015, em resposta a fortes apelos de investidores e outros usuários de demonstrações financeiras, o IAASB emitiu as normas de auditoria novas e revisadas (resultado de oito anos de desenvolvimento e consultas) a respeito dos relatórios aprimorados do auditor (EARs – *Enhanced Auditor's Report*), com a inclusão de mais informações, particularmente, na forma de questões-chave / assuntos mais significativos de auditoria (KAMs – *Key Audit Matters*).

O relatório do auditor aprimorado (EAR), trazendo a mudança mais significativa para a profissão de auditoria em mais de 50 anos, através da troca do relatório de opinião binária (aprovação/reprovação) por um com o relato dos auditores sobre os assuntos mais significativos com os quais lidaram durante cada auditoria, e explicação de como eles abordaram esses assuntos, representam, aos olhos dos autores do estudo, grandes esperanças aos usuários das demonstrações financeiras.

Em Cingapura, a adoção das novas normas foi aprovada em 30 de julho de 2015, com implementação para as auditorias das demonstrações financeiras do exercício findo em ou após 15 de dezembro de 2016 – ou seja, com 17 meses de antecedência, dando aos interessados tempo suficiente para se prepararem. Durante este período, muitos eventos e iniciativas de divulgação foram realizados (em janeiro de 2016, por exemplo, um diretor executivo do FRC foi convidado a compartilhar sua experiência de implementação das normas no Reino Unido, em um seminário com mais de 400 comitês de auditoria e alta administração); as entidades de Cingapura firmaram um compromisso de incentivar a adoção antecipada das normas e executar

[10] "*A research-intensive public university, Nanyang Technological University, Singapore (NTU Singapore) has 33,500 undergraduate and postgraduate students in the colleges of Engineering, Business, Science, Humanities, Arts, & Social Sciences, and its Interdisciplinary Graduate School.*" (ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017, p. 37)

os testes de desempenho para as auditorias das entidades listadas; e ainda emitiram, em março de 2017, um guia sobre o novo relatório para ajudar os investidores a entender as novas regras.

Após a efetiva implementação das novas regras definidas pelas normas internacionais, foi proposta a pesquisa para avaliar a utilidade do novo relatório, através de análises sobre os relatórios emitidos pelos auditores pela primeira vez seguindo as novas regras, e também reunindo os pontos de vista de comitês de auditoria e investidores por meio de pesquisas online e discussões em grupos focais.

A amostra da pesquisa contemplou os relatórios anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de 180 empresas listadas na bolsa de Cingapura (selecionadas de um universo de 445 entidades listadas ao final do período em questão, levando-se em consideração a distribuição em diferentes setores, o tipo de firmas de auditoria e o tamanho da capitalização de mercado), além de pesquisas online com mais de 240 comitês de auditoria e investidores, e discussões em grupo com mais de 30 comitês de auditoria e investidores, a respeito da primeira experiência com os novos relatórios, o valor percebido e as áreas propostas de melhoria.

Como resultados da pesquisa e afirmações gerais, foram apresentados os seguintes pontos:

- o novo relatório trouxe revelações perspicazes pelos auditores, particularmente na forma de questões-chave de auditoria (KAMs), também impulsionando mudanças comportamentais positivas entre várias partes interessadas nos reportes financeiros;
- os comitês de auditoria tiveram deliberações mais sólidas sobre os KAMs;
- os investidores estavam usando os novos relatórios para identificar questões significativas contábeis e de auditoria antes de ler as demonstrações financeiras;
- os sócios de auditoria estavam passando mais tempo envolvendo os comitês de auditoria;
- tanto os comitês de auditoria quanto os investidores agora confiam mais na qualidade da auditoria;
- a maioria dos comitês de auditoria (76%) e investidores (65%) entrevistados consideraram que o novo relatório foi uma melhoria. No entanto, 19% dos comitês de auditoria e 30% dos investidores pesquisados não tinham preferência entre o antigo e o novo relatório, sinalizando uma necessidade contínua de reduzir a ambivalência sobre o valor da auditoria entre as partes interessadas que procura servir.

Assim, como conclusão geral, afirma-se que, embora os resultados do primeiro ano de implementação do novo relatório tenham sido encorajadores, ainda é necessário mais tempo e experiência para realizar todo o seu potencial. Mais tempo também é preciso para desenvolver as melhores práticas que possam atender melhor às necessidades dos investidores e outras partes interessadas, como a divulgação voluntária de informações de materialidade e escopo dos trabalhos, além dos resultados dos procedimentos de auditoria, e utilização de descrições concisas e com linguagem sem tantos jargões contábeis.

2.5.3. Hong Kong

Em Hong Kong, dois estudos referentes a análise da implementação das alterações aos reportes dos auditores independentes (sendo a mais relevante a apresentação das questões-chave, ou Principais Assuntos de Auditoria – na norma local chamadas de KAMs – *Key Audit Matters*) foram realizados pelo órgão local autorizado a registrar e conceder certificados de prática a contadores[11], *The Hong Kong Institute of Certified Public Accountants* (HKICPA); o primeiro publicado em outubro de 2017 (HKICPA, 2017) e o segundo, em novembro de 2018 (HKICPA, 2018).

2.5.3.1.Primeiro ano de revisão da experiência

Antes de falar efetivamente sobre o estudo realizado, vale ressaltar que o HKICPA, previamente à implementação das normas referentes aos novos relatórios e alterações (válida para as demonstrações financeiras com data-base em dezembro de 2016), realizou atividades para (i) informar os profissionais preparadores e outras partes interessadas quanto às mudanças no relatório do auditor, através de seminários e discussões em tópicos de conferências; e (ii) aumentar a conscientização sobre os novos requisitos e padrões de auditoria, incluindo peças educacionais sobre o tema em sua revista (em maio, outubro e dezembro de 2015), e organizando, conjuntamente com a Câmara das Empresas Listadas de Hong Kong (*The Chamber of Hong Kong Listed Companies*), eventos como uma mesa redonda e uma entrevista.

Após a implementação das alterações, foram, então, iniciados estudos sobre o tema. O estudo realizado após o primeiro ano de implementação das novas normas para os relatórios do auditor independente tinha como objetivo observar como os auditores fizeram tal

[11] "*The Hong Kong Institute of Certified Public Accountants (the Institute) is the only body authorized by law to register and grant practising certificates to certified public accountants in Hong Kong*" (HKICPA, 2019)

implementação, além de avaliar o impacto dos novos requisitos. O instituto responsável já deixava claro o planejamento para realizar uma análise semelhante no ano seguinte, podendo obter mais informações sobre os desafios e benefícios do relatório em novo formato.

Foram revisados, entre maio e julho de 2017, 456 relatórios de entidades listadas nas bolsas de valores de Hong Kong (423 listadas na *Main Board of The Stock Exchange of Hong Kong Limited* (*the Exchange*) e *Hang Seng Composite Index* (HSCI), e 33 na *Growth Enterprise Market* (GEM)), referentes à data-base de dezembro de 2016, além de conduzida uma pesquisa online com partes interessadas nos relatórios dos auditores independentes, buscando respostas das empresas e seus membros, preparadores e usuários das demonstrações financeiras, quanto aos benefícios e desafios do primeiro ano de revisão dos relatórios, podendo contribuir com o IAASB e o próprio HKICPA com a indicação e recomendação das normas que precisariam de esclarecimentos.

Dentre as observações e conclusões apresentadas no estudo, destacam-se:

- pelo menos um KAM foi apresentado nos relatórios, exceto para três empresas específicas e para os casos de abstenção de opinião, com a maioria deles, se não todos, incluindo detalhes e descrições sobre o assunto e a forma como foram tratados, sendo essas informações apresentadas em formato de tabela. Considerando a visão geral das empresas, a quantidade máxima de KAMs reportados por um único relatório foi oito;
- as médias de quantidade de KAMs para os 11 diferentes setores em que as 423 empresas do primeiro grupo foram divididas variaram entre 2,1 (setor de Energia) e 3,3 (Telecomunicação) – com média total de 2,5 - , enquanto a média para as 33 empresas do segundo grupo foi de 1,8;
- os principais assuntos tratados nos KAMs refletiam amplamente áreas que normalmente envolvem um julgamento significativo da administração e, portanto, exigem atenção dos auditores, como redução ao valor recuperável (*impairment*), ágio (*goodwill*) e avaliação de ativos;
- com relação às respostas da pesquisa realizada com profissionais, preparadores e usuários das demonstrações financeiras, quatro temas gerais foram indicados:
    - tempo adicional: para uma auditoria de boa qualidade, era esperado mais tempo para (a) planejamento e execução de protocolos de comunicação adicionais e relatórios de entrega com a administração e os responsáveis pela governança; e

(b) discussão com a alta administração e os responsáveis pela governança os riscos/questões-chave;

- dentro deste tópico, também tratou-se da tendência demonstrada nas respostas quanto à comparação, pela alta administração, com os pares e "negociação" com os auditores sobre o número de KAMs a serem reportados e quanto detalhe incluir no relatório, prática não apoiada pelo instituto que realizou a pesquisa, uma vez que não atende aos objetivos das novas regras de reporte – em que os auditores são responsáveis por determinar e reportar os KAMs como entenderem, independentemente da indústria ou prática de mercado;

- honorários: a pesquisa indicou uma grande variação na forma como os honorários de auditoria foram afetados no primeiro ano de implementação dos novos requisitos de auditoria;
- compreensão dos requisitos: os investidores em geral consideraram o novo relatório como um passo na direção certa para melhorar o trabalho de avaliação dos auditores; enquanto os auditores e preparadores das demonstrações financeiras, na mesma linha, acreditam que o novo relatório ajuda a administração e os investidores a terem discussões de maior qualidade, por exemplo, em relação aos riscos;
    - por outro lado, a pesquisa ainda indicou que os investidores, preparadores e profissionais ainda precisam ser instruídos sobre os objetivos dos novos requisitos, sendo necessária a educação continuada para tal entendimento, focando em itens como: (a) para os auditores - a compreensão de como aplicar o julgamento sobre o que poderia ser um KAM e o que poderia ser melhorado em sua comunicação através do relatório; (b) para os preparadores das demonstrações financeiras – o entendimento que, embora seja útil manter um diálogo entre os auditores e os responsáveis pela governança, a determinação dos KAMs é de responsabilidade exclusiva do auditor; e (c) para os investidores – entendimento de que os KAMs são baseados nos resultados da auditoria das demonstrações financeiras históricas e não tem a intenção de fornecer informações sobre outros assuntos, como governança corporativa ou informações prospectivas; e que a divulgação dos auditores não é sobre segredos da empresa (o auditor não deve ser o

provedor de informações originais sobre a empresa; e a natureza e extensão das informações devem ser equilibradas – fornecendo informações úteis de forma concisa e compreensível);

- apoio e cooperação de organismos relevantes: para assegurar que o novo relatório alcance os objetivos pretendidos.

2.5.3.2.Segundo ano de revisão do relatório aprimorado do auditor

Como previsto, foi efetuado um novo estudo sobre a implementação das alterações no relatório do auditor independente após o segundo ano de aplicação das novas regras, com o intuito de compreender os efeitos que a mudança teve sobre os usuários das demonstrações financeiras e determinar como os profissionais poderiam responder melhor às necessidades das partes interessadas em relação aos KAMs.

No novo estudo, foram analisados, a partir de maio de 2018, os relatórios dos auditores para 479 empresas listadas em bolsa com exercício encerrado em dezembro de 2017, sendo 429 empresas listadas na HSCI (*Hang Seng Composite Index*) e 50 do GEM (*Growth Enterprise Market*), com foco não somente na quantidade de KAMs e assuntos reportados, mas também análises do aspecto qualitativo dos reportes, com intuito de obter áreas de melhoria e benefícios do novo relatório do auditor. Foram, ainda, obtidas respostas dos reguladores de auditoria e da comunidade de investidores quanto ao aspecto qualitativo para um conjunto de KAMs selecionados.

As principais conclusões do estudo incluíam:

- os KAMs atuam como indicadores e orientam os usuários para as principais áreas de enfoque, por meio das quais informações adicionais podem ser obtidas a partir das demonstrações financeiras;
- os benefícios para os usuários podem ser aprimorados (a) com informações mais detalhadas sobre o assunto, o que melhoraria o nível de transparência no trabalho dos auditores; e (b) com mais ou informações mais específicas do setor;
- em geral, o reporte dos principais assuntos foi visto favoravelmente pelos usuários, por fornecer informações aprimoradas sobre questões contábeis e de auditoria significativas da empresa e como elas foram tratadas (sem passar pelos longos detalhes do relatório anual das empresas), além de melhorar a interação dos auditores com os preparadores das demonstrações financeiras, a administração e os responsáveis pela governança, e

permitir uma visão mais profunda sobre os relatórios e demonstrações das empresas, melhorando a divulgação dos relatórios anuais;

- de maneira similar ao ano anterior, três empresas não apresentaram KAMs em seus relatórios e a quantidade máxima apresentada em um único reporte de oito temas;
- com relação à quantidade média de KAMs reportados, as empresas listadas na HSCI tiveram 2,4 assuntos, enquanto as companhias do GEM, 1,8, sem que nenhum setor específico apresentasse diferenças significativas com relação ao estudo do ano anterior (considerando todas as 479 empresas, foram reportados 1.134 KAMs);
- estatisticamente, a maioria das empresas divulgou dois ou três KAMs (enquanto no ano anterior, eram dois assuntos);
- das empresas listadas na HSCI, 46% tiveram, no segundo ano, reportes com a mesma quantidade e natureza de KAMs, enquanto 43% tiveram KAMs parcial ou completamente diferentes do ano anterior;
- alguns dos principais assuntos reportados como significativos eram relacionados à julgamento da administração, como redução ao valor recuperável (*impairment*), ágio (*goodwill*) e avaliação de ativos;
- foi apontado que o uso de linguagem padronizada na descrição dos KAMs foi revisado (e foi ressaltado o desafio dos auditores em encontrar um equilíbrio entre a granularidade das descrições dos KAMs e procedimentos realizados e escrever os textos de forma clara e concisa); e
- os usuários das demonstrações financeiras indicaram ser, geralmente, a favor da inclusão dos resultados dos procedimentos de auditoria realizados em relação a cada KAM, proporcionando maior transparência e discernimento - embora estas descrições não sejam uma exigência da norma, podem ser fornecidas, desde que o auditor deixe claro que não está emitindo uma opinião separada sobre um tema individual.

Para uma revisão mais aprofundada, foram selecionados alguns relatórios de auditoria e KAMs. No total, foram escolhidos 73 KAMs, para os quais analisou-se os seguintes tópicos:

- números de procedimentos de auditoria reportados: em média, foram relatados 4,0 procedimentos de auditoria por KAM para empresas listadas na HSCI e 3,6 para companhias do GEM;

- estilo do reporte: na descrição dos trabalhos de auditoria, 76% dos relatórios da amostra foram estruturados usando tópicos, enquanto os 24% restantes aplicaram parágrafos, em geral sendo utilizado um tópico ou parágrafo por procedimento. Observou-se ainda uma firma de auditoria que, na maioria dos seus relatórios, descreveu todos os procedimentos realizados em um único parágrafo, sem subdivisão, dificultando a leitura do relatório;
- descrição do resultado dos procedimentos de auditoria: embora não exigido pela norma, algumas firmas de auditoria passaram a descrever o resultado dos procedimentos de auditoria realizados; e
- resposta dos usuários: o estudo foi complementado por respostas e análises de usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor, como investidores, reguladores, consultores e analistas, com capacidades diferentes e não necessariamente conhecedores dos requisitos das novas normas e padrões para o novo relatório do auditor. Cada usuário recebeu uma lista de amostras de KAMs reportados por diferentes empresas de auditoria para comentar sobre a qualidade da divulgação/suficiência da informação, em particular, quanto (a) ao motivo para o assunto a ser um KAM; (b) informações sobre o risco; (c) como o assunto foi tratado; (d) influência na visão/opinião dos usuários sobre a empresa reportada; e (e) informações úteis. De maneira geral, o retorno indicado foi de melhoria observada com o novo relatório, em relação ao modelo anterior. Alguns pontos a melhorar, como o uso de linguagem genérica e padronizada, não específica por empresa; e apresentação dos resultados dos procedimentos realizados também foram indicados.

2.5.4. Nova Zelândia

Na Nova Zelândia, o estudo com o objetivo de fornecer uma análise da experiência no primeiro ano de adoção do novo relatório do auditor, focando especificamente no relato dos principais assuntos de auditoria (*Key Audit Matters* – KAMs), foi feito através da análise de 179 reportes (de 168 entidades diferentes, sendo que 11 destas fizeram adoção antecipada e, por isso, tiveram relatórios de dois anos diferentes analisados) e da realização de entrevistas e pesquisas com investidores, analistas, auditores, diretores e componentes da administração de algumas empresas.

A pesquisa foi realizada por duas entidades: a *External Reporting Board* (XRB), entidade independente responsável pelo desenvolvimento, emissão e adoção das normas de

contabilidade e asseguração[12], e a *Financial Markets Authority* (FMA), agência do governo que desempenha um papel crítico na regulação dos mercados de capitais e serviços financeiros no país e visa promover e facilitar o desenvolvimento de mercados financeiros justos, eficientes e transparentes[13].

Dentre os principais pontos verificados e conclusões, destacam-se:

- os diretores entrevistados apresentaram respostas positivas quanto ao novo relatório, considerando que está promovendo transparência e tornando as discussões entre os auditores e o comitê de auditoria mais transparentes para o usuário, além de provocar discussões precoces e saudáveis sobre assuntos importantes e maior envolvimento do comitê de auditoria nesses tópicos;
- os preparadores das demonstrações financeiras mostraram-se satisfeitos com a maneira como seus auditores se envolveram no processo, fazendo-o de forma antecipada (e evitando atrasos ou impactos nos prazos de relatórios);
- foi mencionado que os auditores abraçaram a oportunidade de promover o valor e a relevância da auditoria e investiram uma grande quantidade de recursos e esforços no processo;
- houve variação na forma como os novos requisitos foram implementados e os auditores foram/são encorajados a promover inovação; como resultado, notou-se que alguns auditores excederam o que é exigido pelas normas do país, apresentando, por exemplo:
    - aspectos da materialidade utilizada nos trabalhos de auditoria (valor de referência utilizado no cálculo da materialidade e justificativa para tal escolha, valor de materialidade, percentual de materialidade e limite para relatar erros não corrigidos ao comitê de auditoria);
    - os resultados dos procedimentos realizados (detalhes sobre os resultados de cada procedimento, individualmente, ou uma única declaração sobre o resultado geral por KAM); e

---

[12] *"The External Reporting Board (XRB) is the independent Crown Entity responsible for accounting and assurance standards in New Zealand. The New Zealand Auditing and Assurance Standards Board (NZAuASB) has delegated authority from the XRB Board to develop or adopt, and issue auditing and assurance standards"* (XRB & FMA, 2017, p. 2).

[13] *"The Financial Markets Authority (FMA) plays a critical role in regulating capital markets and financial services in New Zealand. They are the New Zealand government agency responsible for enforcing securities, financial reporting and company law as they apply to financial services and securities markets. FMA also regulate securities exchanges, financial advisers and brokers, auditors, trustees and issuers − including issuers of KiwiSaver and superannuation schemes. Jointly, they oversee designated settlement systems in New Zealand, with the Reserve Bank of New Zealand (RBNZ). The FMA's vision is to promote and facilitate the development of fair, efficient and transparent financial markets"* (XRB & FMA, 2017, p. 2).

  - informações sobre o escopo de auditoria (em geral, explicações genéricas do escopo, porém, em alguns casos, descrição clara, incluindo associação dos KAMs e da materialidade e como estes fatores influenciaram o escopo de auditoria);
- os usuários estão começando a se envolver com o novo relatório, mas é cedo, e apenas o tempo dirá se as mudanças atingem os objetivos pretendidos. Mais informações sobre os KAMs são necessárias para fornecer maior compreensão aos usuários e dissipar alguns equívocos e há uma necessidade contínua de aumentar a conscientização sobre o valor da auditoria entre as partes interessadas a quem ela procura servir;
- com relação ao formato de apresentação, a maioria dos relatórios usou tabelas, contendo a descrição do KAM, o motivo pelo qual foi foco da auditoria e a forma como foi endereçado. Ainda espera-se evolução na apresentação do novo relatório. As respostas das pesquisas realizadas no Reino Unido, por exemplo, apontam que os investidores elogiam os relatórios bem estruturados, que indicam informações importantes e fazem uso inovador de gráficos, diagramas e cores;
- como estatísticas gerais, mostrou-se:
  - da amostra total de empresas, a grande maioria era auditada por empresas do chamado "Big 4" (o grupo das maiores empresas de auditoria, composto por Deloitte, Ernst & Young (EY), KPMG e PricewaterhouseCoopers (PwC), responsáveis, respectivamente, por 20, 22, 29 e 50 companhias da amostra);
  - o tamanho médio do relatório aumentou de 1 a 2 páginas (antigo relatório) para 3 a 5 páginas;
  - a quantidade média de KAMs reportada foi de dois a três, observando-se um mínimo de zero e máximo de cinco assuntos reportados;
  - 89 relatórios apresentaram informações sobre materialidade, 62 sobre os resultados dos procedimentos e 53 sobre o escopo de auditoria, com destaque para a PwC, responsável, respectivamente, por 48, 39 e 47 reportes sobre os temas citados anteriormente;
  - os temas mais recorrentemente reportados foram (1) redução ao valor recuperável (*impairment*); (2) avaliação de ativos; e (3) reconhecimento de receitas, que estão de acordo com a experiência internacional e a estrutura do mercado na Nova Zelândia, que inclui eventos de combinação de negócios e desenvolvimentos específicos nas companhias;

- como dicas do primeiro ano para os auditores, citou-se:
    - começar com o fim em mente: ser claro sobre o que se está tentando alcançar;
    - planejar o tempo: administrar as várias discussões internas e externas no plano de auditoria e cronograma;
    - envolver-se cedo: os preparadores e diretores concordam que uma abordagem "sem surpresas" é apreciada. A importância e o sucesso dos exercícios de simulação têm sido fundamentais para o êxito na implantação do novo relatório, ajudando a superar a ansiedade sobre os KAMs;
    - ... mas não antecipar os KAMs: os KAMs finais só podem ser determinados após o término do trabalho de auditoria, portanto, deve-se evitar definir os KAMs cedo demais;
    - identificar e descrever os KAMs claramente: é importante descrever cada KAM com clareza, o motivo pelo qual ele foi considerado um assunto foco de auditoria e como a auditoria tratou o tema;
    - usar a linguagem apropriada: considerando os leitores, seu histórico e nível de especialização (e, de maneira geral, mais simples e fácil);
    - continuar inovando: a melhoria constante é necessária para comunicar a relevância e o valor da auditoria.

2.5.5. Malásia

Em 2015, em resposta aos pedidos de investidores e outros usuários das demonstrações financeiras para que o relatório dos auditores fornecesse informações mais relevantes e valiosas, o IAASB emitiu seus novos e revisados normativos sobre o relatório do auditor independente. Na Malásia, esses normativos foram adotados pelo órgão local, o *Malaysian Institute of Accountants* (MIA)[14], e tornaram-se efetivos para as auditorias dos exercícios findos em ou após 15 de dezembro de 2016.

Após o primeiro ano de adoção, um conjunto de órgãos (além do MIA, *The Securities Commission Malaysia (SC)'s*[15] *Audit Oversight Board* (AOB) e a *Association of Chartered*

[14] O MIA é o órgão de contabilidade nacional, estabelecido sob a Lei de Contabilistas de 1967, que regulamenta, desenvolve, apoia e aprimora a integridade, o status e os interesses da profissão na Malásia. (*Established under the Accountants Act 1967, MIA is the national accountancy body that regulates, develops, supports and enhances the integrity, status and interests of the profession in Malaysia* (MIA, 2019)).

[15] A Comissão de Valores Mobiliários da Malásia foi criada em 1 de março de 1993 sob o *Securities Commission Act* 1993 (SCA), sendo um órgão estatutário autofinanciado, encarregado de regular e desenvolver o mercado de capitais da Malásia (*The Securities Commission Malaysia (SC) was established on 1 March 1993 under the*

Certified Accountants (ACCA)) realizou um estudo para examinar e partilhar observações sobre o tema, através da análise das informações públicas disponíveis e pesquisas e discussões em grupos com membros do comitê de auditoria e investidores, para aprender com suas experiências e perspectivas. Tal estudo foi publicado em janeiro de 2018.

A pesquisa explora o impacto da primeira geração do novo relatório do auditor independente emitido na Malásia, com foco na comunicação dos auditores com os comitês de auditoria e nas percepções e comportamento dos investidores, identifica as tendências iniciais e boas práticas e sugere formas de apoiar ou melhorar o processo de reporte para aumentar a qualidade da auditoria.

O estudo teve diferentes frentes. Na primeira, foram revisados relatórios de 190 empresas listadas na bolsa de valores local (*Bursa Malaysia*) com data-base de dezembro de 2016 (amostra selecionada de uma população de 477 empresas listadas no final de dezembro), levando-se em consideração os diferentes setores da indústria e o tamanho das empresas.

Além disso, como segunda frente, foram investigadas as experiências e percepções das partes que participam dos dois lados do processo de auditoria: no interior, os comitês de auditoria como "guardiões" das informações financeiras das empresas, e do lado de fora, os investidores que recebem, interpretam e reagem a essa informação. Para tanto, foram conduzidas pesquisas online, entre junho e julho de 2017, que envolveram 98 membros de comitês de auditoria e 72 investidores para capturar (i) suas experiências com os primeiros relatórios; (ii) o valor que eles perceberam e os processos adicionais de auditoria acarretados; (iii) a qualidade da comunicação e dos KAMs (de forma personalizada e informativa); (iv) como o novo relatório afetou o engajamento entre as empresas e os investidores; (v) como o novo relatório afetou a leitura do relatório anual pelos investidores; (vi) como os reportes poderiam ser melhorados para aumentar o valor do relatório e processos de auditoria; e (vii) suas opiniões sobre o futuro do relatório. As conclusões da pesquisa, juntamente com as conclusões da análise das demonstrações financeiras e relatórios dos auditores foram discutidas em dois grupos focais, com cerca de 20 participantes no total – um com membros de comitês de auditoria e outro com investidores.

Adicionalmente, uma comparação estatística foi feita contra a experiência de implementação do novo relatório do auditor no Reino Unido, um precursor na implementação

---

Securities Commission Act 1993 (SCA). We are a self-funded statutory body entrusted with the responsibility to regulate and develop the Malaysian capital market (SC, 2019)).

de relatórios de auditores mais informativos, bem como em Cingapura, que adotou as novas regras e o novo relatório ao mesmo tempo que a Malásia (os estudos usados para comparativo foram acessados e estão resumidos nesta mesma seção, conforme observado em itens acima).

Algumas observações feitas no estudo destacam o potencial do novo relatório, bem como as características necessárias aos KAMs e reportes em geral, atualmente e no futuro, como nas menções:

> As amplas alterações introduzidas no Relatório Aprimorado dos Auditores (EAR) devem tornar o relatório dos auditores mais transparente e informativo. A implementação desses padrões direcionará o fluxo de informações úteis e relevantes para o mercado de capitais, reduzirá a especulação sobre o desempenho das empresas e promoverá a compreensão das demonstrações financeiras.[16] (OAB, MIA & ACCA, 2018, p. 4)

> Para efetivamente desvendar o valor dessa mudança, os KAMs precisam ser claros, informativos e específicos o suficiente para permitir que os leitores entendam por que os assuntos de auditoria são "chave" e para entender os assuntos em seu contexto apropriado.[17] (OAB, MIA & ACCA, 2018, p. 15)

> A promessa e a oportunidade estão presentes, mas exigirá vigilância e atenção às necessidades dos usuários, bem como grande atenção à forma como as questões evoluem ano a ano, para que o processo não se transforme em clichê ou linguagem conservadora e generalizada. [18](OAB, MIA e ACCA, 2018, p. 45)

Como resultado da frente de análise das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente, mais especificamente quanto às estatísticas relacionadas aos KAMs, a análise demonstrou que a quantidade variou de zero a seis assuntos reportados (com destaque para: 1 KAM: 35%, 2 KAMs: 36%; 3 KAMs: 16% e 4 KAMs: 9%), com média de 2,1 assuntos por relatório (menos que as quantidades médias apresentadas nos estudos realizados em Cingapura e Reino Unido, respectivamente, 2,3 e 4,2), sendo os principais assuntos reportados relacionados a temas que envolvem julgamento da administração, como (i) reconhecimento de receitas (não relacionado a fraude); (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*) de

---

[16] *"The extensive changes introduced in the Enhanced Auditors' Report (EAR) are expected to make the auditors' report more transparent and informative. Implementation of these standards will drive the flow of useful and relevant information to the capital market, reduce speculation about companies' performance and promote understanding of financial statements."* (OAB, MIA & ACCA, 2018, p. 4)

[17] *"To effectively unlock the value of this change, KAMs need to be clear, informative and specific enough to enable readers to understand why the audit matters were 'key' and to understand the matters in their proper context."* (OAB, MIA & ACCA, 2018, p. 15)

[18] *"The promise and opportunity is there, but it will require vigilance and attention to user needs, as well as great attention to how issues evolve year to year, so that the process does not revert into boilerplate or conservative and generalised language."* (OAB, MIA & ACCA, 2018, p. 45)

recebíveis; (iii) redução ao valor recuperável de ágio e ativos intangíveis; e (iv) avaliação de estoques (sendo estes temas também comuns nas divulgações em Cingapura).

Sobre a qualidade da comunicação nos KAMs, salientou-se que é esperado que estes sejam claros, sem jargões, detalhados e específicos/personalizados (ao invés de padronizados), oferecendo percepções relevantes e úteis. Os membros de comitê de auditoria, porém, reconheceram que há uma dificuldade relacionada ao tema de clareza e especificidade dos relatos, dado que a administração das empresas tem o desejo de não revelar algumas questões críticas a seus concorrentes – essa pressão trabalha contra os esforços de tornar e apresentar as informações específicas.

A revisão dos relatórios dos auditores e pesquisas com os investidores e membros de comitês de auditoria levantaram alguns exemplos positivos e características desejadas para o reporte e descrição dos KAMs, ressaltando-se:

- descrição abrangente dos assuntos relacionados como KAMs e a razão pela qual o auditor considerou o tema relevante;
- inclusão de detalhes dos procedimentos de auditoria realizados e referências às notas explicativas das demonstrações financeiras, como exigido pela norma;
- elaborações suficientes sobre como os auditores responderam aos riscos;
- utilização de linguagem simples e adequada, promovendo melhor entendimento do assunto;
- apresentação (voluntária) de uma conclusão sobre os procedimentos de auditoria realizados em cada KAM; e
- como item desejável pelos investidores e membros de comitê de auditoria, reporte voluntário sobre a materialidade utilizada na auditoria, para melhor entendimento da extensão dos trabalhos realizados.

O estudo apresenta ainda alguns pontos de mudanças positivas e possíveis ações futuras percebidas e mencionadas pelas partes interessadas nas demonstrações financeiras e relatório do auditor independente, como:

- discussões do comitê de auditoria sobre riscos de relatórios financeiros com auditores e gerentes mais focadas e robustas, colocando os comitês de auditoria em uma posição mais forte para garantir a prestação de contas em nome dos investidores;

- investidores obtendo mais informações sobre os riscos de relatórios financeiros das empresas nas quais investem, bem como o processo de auditoria;
- o processo de auditoria reforçado através de um envolvimento mais visível dos sócios de auditoria nas discussões com os comitês de auditoria, devido à necessidade de deliberação e discussão aprofundada dos KAMs em particular;
- a administração fazendo esforços para melhorar as divulgações no relatório anual, após a discussão sobre os KAMs; e
- o aumento da relevância e do valor do relatório dos auditores.

Com relação às conclusões colhidas na pesquisa com os membros de comitês de auditoria e investidores, destaca-se:

- respectivamente, 78% e 73% concordaram que o novo relatório é uma melhoria em relação ao antigo formato, enquanto 17% e 18% não tinham preferência por nenhum formato – o estudo ressalta ainda a importância em continuar a melhorar o relatório e seu valor e relevância para reduzir tais níveis de indiferença ou ambivalência;
- na Malásia, 67% dos investidores relataram maior percepção do processo de auditoria com o novo relatório (em Cingapura, foram 60% dos investidores);
- entre os investidores, 57%, tanto na Malásia como em Cingapura, relataram maior confiança na qualidade da auditoria como resultado do novo relatório e, em particular, dos KAMs; já entre os membros de comitês de auditoria, esse percentual foi de 77% na Malásia e 56% em Cingapura – a diferença de percepção entre os dois grupos de participantes do mercado sugere uma oportunidade para os auditores descreverem melhor seus problemas e procedimentos de auditoria e, assim, obter maior confiança dos investidores em seu trabalho.

2.5.6. Diversos países

O estudo realizado pela ACCA, antes de entrar na discussão específica de seus procedimentos e amostra, destaca que alguns países, incluindo o Reino Unido e a Holanda, decidiram adotar as novas normas sobre o relatório do auditor independente antes de dezembro de 2016, a fim de concretizar os benefícios anteriormente. Por outro lado, um pequeno número de países adiou a implementação para permitir mais tempo para a implementação. Nos Estados Unidos, o PCAOB (*Public Company Accounting Oversight Board*), corporação sem fins

lucrativos criada pelo congresso americano para supervisionar as auditorias de empresas públicas[19], emitiu suas próprias propostas que abordam muitas das mesmas questões que o IAASB, tratando os principais assuntos de auditoria como "CAMs" (*Critical Audit Matters*). As normas americanas terão implementação faseada, com início das comunicações dos CAMs (i) para parte das empresas, para as auditorias de período encerrados a partir de 30 junho de 2019; e (ii) para todas as empresas, para os períodos encerrados a partir de 15 de dezembro de 2020 (PCAOB, 2017).

Diferentemente dos estudos mencionados anteriormente, que analisam os reportes de um único país, esta pesquisa analisa os relatórios emitidos em onze diferentes países (Brasil, Chipre, Grécia, Romênia, Quênia, Nigéria, Omã, Romênia, África do Sul, Emirados Árabes Unidos e Zimbábue), ao redor de quatro continentes. Ao todo, foram observados 560 relatórios, em uma análise quantitativa, além de realizadas discussões com diferentes participantes do mercado (auditores, preparadores de demonstrações financeiras, membros de comitê de auditoria, investidores e reguladores) sobre os resultados/estatísticas observados na pesquisa (em reuniões em Chipre, Grécia, Abu Dhabi, Omã e Romênia) e suas perspectivas quanto ao novo relatório, como análise complementar qualitativa.

Este estudo, que tinha como objetivo colaborar com organismos profissionais, reguladores e partes interessadas na Malásia e em Cingapura (onde foram produzidas pesquisas específicas sobre os impactos dos principais assuntos de auditoria, conforme resumos apresentados acima), foi ainda discutido no Fórum Global de Auditoria e Asseguração da ACCA (*ACCA Global Forum for Audit and Assurance*), que compreende quase vinte membros de diferentes países.

Quanto às estatísticas, o estudo analisou a quantidade média de KAMs reportados por relatório, país e indústria, bem como os principais temas mencionados pelos auditores:

- a quantidade média de KAMs reportados por relatório, por país, variou de 1,9 (Nigéria) a 4,1 (Reino Unido) – este último com mais do que o dobro do mínimo observado e bastante acima dos outros países, com médias de dois a três assuntos. Para as empresas brasileiras analisadas, a média foi de 2,4 assuntos;

[19] *"The PCAOB is a nonprofit corporation established by Congress to oversee the audits of public companies in order to protect investors and the public interest by promoting informative, accurate, and independent audit reports. The PCAOB also oversees the audits of brokers and dealers, including compliance reports filed pursuant to federal securities laws, to promote investor protection."* (PCAOB, 2019)

- com relação ao tipo de assunto tratado, os temas foram divididos em seis classificações (ativos, passivos, redução ao valor recuperável, controles, específicos da indústria e complexidades) e foi analisado quais eram os mais recorrentes em cada país. No Brasil, os assuntos estavam concentrados principalmente em passivos, redução ao valor recuperável, e complexidades;
- em uma análise de quantidade de KAMs por indústria, destacou-se (i) que o mínimo observado foi 1,9, para o setor industrial, e o máximo foi de 3,9, para o setor de telecomunicações; além (ii) do fato surpreendente dos bancos e empresas de serviços financeiros apresentarem uma quantidade de KAMs relativamente baixa (pouco acima de dois assuntos por relatório), dada a natureza de risco do setor – os KAMs mais comuns no setor foram a redução a valor recuperável (excluindo ágio), instrumentos financeiros e, em menor escala, a avaliação de investimentos;
- dentre os temas mais recorrentemente mencionados, considerando a totalidade das empresas/países, destacam-se (i) a redução ao valor recuperável (*impairment*) para outros ativos que não ágio, mencionado em mais de um quarto dos reportes e com grande distância para o segundo tema (162 menções, dentre os 560 reportes); (ii) receitas (sem menção a fraude) (102); (iii) perdas esperadas por devedores duvidosos (95); e (iv) redução ao valor recuperável (ágio) (90); e (v) impostos, incluindo impostos diferidos (88); demonstrando que os auditores desafiam a avaliação dos principais ativos das empresas para garantir que eles não sejam supervalorizados.

Como principais respostas, percepções e preocupações levantadas nas pesquisas e reuniões realizadas com os participantes interessados nas demonstrações financeiras e relatório do auditor, foram citadas no estudo:

- os relatórios de auditoria contêm muito mais informações úteis, mas estão mais longos: a esse tema, relaciona-se a preocupação de que os relatórios tornem-se muito extensos e os participantes não os leiam mais integralmente ou que, com o parágrafo de opinião sendo a primeira seção do relatório, o restante seja ignorado pelos leitores (a menos que estes estejam interessados no que aconteceu e leiam cada seção);
- preocupações quanto a complexidade da linguagem utilizada nos KAMs: embora as revisões realizadas pela ACCA tenham demonstrado o uso de linguagem simples e fácil de entender nos relatórios, foi levantada pelos participantes a preocupação com a

existência reportes e KAMs com termos e linguagem complexa e de difícil entendimento, em particular considerando os investidores menos sofisticados;

- quanto a quantidade de KAMs, foi questionado - por que uma quantidade tão grande no Reino Unido?: a quantidade média de assuntos reportados no Reino Unido (4,1) está bastante acima do valor apresentado nos demais países (entre dois e três assuntos). Foi mencionado que o Reino Unido foi um dos primeiros locais a adotar as novas regras para os relatórios dos auditores independentes e que percebeu-se que, no primeiro ano de implementação, muitos auditores incluíram como temas relevantes alguns riscos definidos como padrão para o processo de realização de auditoria (como fraude em receitas e controles burlados pela administração, conforme definição da ISA 240 – Responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria das demonstrações contábeis; que exigem a realização de algumas atividades para minimizar tais riscos), que não necessariamente representariam riscos significativos para as empresas auditadas. Após a revisão do primeiro ano no Reino Unido, os auditores foram desencorajados a mencionar esses tópicos como KAMs nos anos subsequentes;
- Com relação a extensão do relatório e quantidade de KAMs reportados, um participante da reunião realizada pela ACCA em Omã mencionou: "Acreditamos que deve haver de dois a quatro KAMs e o reporte deve ter no máximo duas ou três páginas, ou pode perder o impacto";
- Alguns usuários podem ter sido deixados para trás: outro ponto mencionado nas reuniões foi que alguns usuários não estão cientes do novo relatório do auditor. Mesmo que as empresas tenham começado de forma promissora com os relatórios, o impacto dos KAMs pode ficar aquém do seu potencial se os usuários não fizerem uso dos novos relatórios;
- Existe interesse em KAMs para grandes companhias não listadas em bolsa: percebendo que há valor na maior transparência sobre o processo de auditoria com o novo relatório e reporte dos KAMs, e motivados pelo desejo de aumentar a credibilidade de seus relatórios financeiros com provedores de capital, alguns preparadores comentaram que poderiam considerar pedir a seus auditores por um relatório preparado de acordo com as novas normas, mesmo que essas não fossem obrigatórias.

Além de analisar de forma quantitativa os relatórios, a pesquisa buscou também um escopo qualitativo, analisando boas práticas de divulgação. Salientou que a norma determina o que deve ser relatado, mas não a forma como as informações devem ser apresentadas; assim, as auditorias podem inovar, de forma a tornar as divulgações mais úteis. Nesse sentido, destacou:

- o uso de duas colunas ou uma tabela para distinguir cada KAM e sua descrição dos procedimentos realizados pelo auditor em resposta ao risco;
- a divulgação dos valores monetários dos saldos das demonstrações financeiras aos quais o KAM se refere; e
- a apresentação de uma lista de KAMs no início do relatório para que possam ser avaliados em conjunto e mais facilmente comparados entre empresas.

A pesquisa apresenta como um ponto importante a possível complexidade e dificuldade na interpretação e reporte de casos com interações entre os temas de incerteza material relacionada a continuidade operacional, ênfase e KAMs:

- o tema de incerteza material relacionada a continuidade operacional é guiado pela ISA 570 (Continuidade Operacional). A norma em questão diz que, no caso de uma incerteza material, as questões que são origem à incerteza podem ser um KAM; mas a continuidade operacional não deve ser tanto uma incerteza material como um KAM;
- o tema de ênfase é normatizado pela ISA 706 (Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente), que diz que um item que foi selecionado como um KAM não pode ser considerado para divulgação dentro de um parágrafo de ênfase;
- ainda sobre essas relações, vale ressaltar a preocupação de alguns participantes do mercado e interessados nas demonstrações financeiras e relatório do auditor independente quanto a utilização dos KAMs para substituir ênfases e parágrafos importantes ou, de outra forma, ocultar informações importantes.

Dentre os benefícios do novo relatório e, em especial, dos KAMs, destacou-se que não se limitaram a melhorar a qualidade da informação para os investidores, trazendo como benefícios adicionais para o processo de auditoria e reporte:

- encorajamento de melhores conversas entre o auditor e os responsáveis pela governança; isto, por sua vez, contribui para uma melhor governança;
- direcionamento para que o auditor se concentre nas áreas da auditoria que exigem um julgamento mais cuidadoso; isto, por sua vez, contribui para uma maior qualidade de auditoria; e
- incentivos aos preparadores para revisitar relatórios financeiros e divulgações em áreas relacionadas a esses KAMs. Isso, por sua vez, leva a melhores relatórios financeiros.

Como principal conclusão, portanto, o estudo destaca que os benefícios dos principais assuntos de auditoria vão além de melhores informações para os investidores, impactando ainda a governança, a qualidade de auditoria e os relatórios financeiros. Ressalta, por outro lado, (i) que existem demandas de mercado para divulgações mais amplas no relatório de auditoria e para os auditores fornecerem conclusões a respeito de cada um dos principais assuntos de auditoria, mesmo que isso possa ser mal interpretado como uma opinião separada sobre as questões divulgadas; e (ii) que inovações no relatório de auditoria são certamente possíveis, se os reguladores de auditoria puderem encorajar as empresas a buscar divulgações inovadoras e de alta qualidade, permitindo que todos os benefícios dos novos relatórios de auditoria possam ser realizados; evitando o risco de uma abordagem que se concentre apenas nos requisitos das normas e sua conformidade, e não vejam o processo como uma oportunidade para se comunicar mais efetivamente com os comitês de auditoria e para estimular um relatório melhor.

2.6. Índice de Qualidade das Auditorias – IQUA

Braunbeck (2010) desenvolve em sua tese um constructo inédito para investigar os potenciais determinantes da qualidade das auditorias no Brasil, o IQUA – Índice de Qualidade das Auditorias:

> O índice é composto por questões binárias que buscam capturar, por intermédio de fontes públicas de informação, situações que sugerem qualidade inferior da auditoria realizada. Nesse cenário, as questões ensejadas no IQUA assumem valor 1 quando evidenciam problemas de qualidade da auditoria e 0 na inexistência de evidências de problemas de qualidade. Dessa forma, trata-se de índice que quanto maior seja sua expressão numérica, menor será a qualidade estimada da auditoria avaliada (Braunbeck, 2010, pp. 75-76).

As oito questões que formam o IQUA são descritas a seguir:

Questão 1: As demonstrações contábeis tiveram sua republicação exigida pela CVM[20]?

Questão 2: O auditor das demonstrações contábeis foi objeto de Processo Administrativo Sancionador[21]?

Questão 3: O parecer de auditoria do último ano do período em que um mesmo auditor foi responsável por emitir opinião conteve algum tipo de modificação relevante (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação de escopo), em comparação com opinião emitida por esse mesmo auditor no ano sob análise (i.e., o auditor emitiu um parecer mais "rigoroso" no seu último ano antes de ser substituído)?

Questão 4: O parecer do 1º ou 2º ano de emissão consecutiva de opinião pela empresa de auditoria sucessora teve uma abordagem menos "rigorosa" que o último parecer emitido pelo auditor sucedido?

Questão 5: Caso a resposta de 3 tenha sido "não" – O primeiro parecer de auditoria emitido pelo auditor sucessor conteve algum tipo de modificação relevante (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação de escopo), em comparação com opinião a emitida pelo auditor sucedido (i.e., o auditor substituto emitiu parecer mais "rigoroso" no primeiro ano após a substituição)?

Questão 6: O parecer foi emitido mais de 60 dias após a data-base das demonstrações contábeis?

Questão 7: Caso a empresa tenha apresentado situação de insolvência, caracterizada por concordata, recuperação judicial ou falência, o auditor não emitiu parecer com ressalva no tocante à continuidade e/ou à situação financeira no exercício anterior à divulgação da situação de insolvência?

Questão 8: Caso a empresa tenha apresentado situação de insolvência, caracterizada por concordata, recuperação judicial ou falência, o auditor não emitiu parecer com parágrafo de ênfase no tocante à continuidade e/ou à situação financeira no exercício anterior à divulgação da situação de insolvência?

---

[20] A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07/12/1976 pela Lei 6.385/76, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. (CVM, 2019)

[21] "A CVM, no papel acima referido de acompanhamento e monitoramento da qualidade das informações contábeis, inclusive o parecer dos auditores independentes, tem a prerrogativa de sancionar os participantes do mercado quando descumprem as normas e leis cabíveis. Para tal, instaura Processos Administrativos Sancionadores (PAS) para analisar situações em que se tenha detectado uma eventual desconformidade com normas e leis por parte dos participantes do mercado aberto (inclusive auditores independentes)." (Braunbeck, 2010, p. 77)

Após a determinação das questões que compõem o indicador IQUA, foram estudados e selecionados os possíveis determinantes da qualidade de auditoria (relacionados a temas como (i) conflito de agência e a troca dos auditores; (ii) a deterioração da situação financeira do cliente e a alavancagem; (iii) quase rendas de um cliente específico e o tempo de relacionamento entre auditor e seu cliente; e (iv) tamanho das firmas de auditoria e os ativos específicos aos demais clientes, ativos da firma de auditoria e custo de litígios), para a composição da equação básica de teste do estudo, apresentada abaixo:

$$IQUA = \beta_0 CONC + \beta_1 WEDGE + \beta_2 LEV + \beta_3 TENURE + \beta_4 BIGN + \beta_5 ESPEC + \beta_{6\text{-}25} SETOR + \beta_{26\text{-}35} ANO$$

em que:

IQUA – é o índice de qualidade das auditorias aferido conforme descrito anteriormente;

CONC – correspondente à participação no capital votante dos 3 maiores acionistas de cada entidade analisada;

WEDGE – correspondente à diferença entre *CONC* e a participação no capital total dos 3 maiores acionistas, ou seja, o diferencial entre direitos de propriedade e direitos sobre o fluxo de caixa;

LEV – ou (*LEVERAGE*) é a razão entre a dívida de curto e longo prazos da entidade (rubricas de empréstimos e financiamento mais debêntures) e seu patrimônio líquido contábil;

TENURE – é o número de anos consecutivos de auditoria por um mesmo auditor (pessoa física ou firma) contado a partir de 1998;

BIGN – é variável binária que assume valor 1 quando o auditor é classificado como uma firma de auditoria dentre as grandes[22], 0 se não;

ESPEC – corresponde à razão entre as receitas líquidas de um cliente no seu respectivo *SETOR* e o total de receitas líquidas desse *SETOR*.

Como variáveis de controles foram introduzidos o setor econômico (SETOR) a que pertence cada entidade analisada e o ano de cada observação (ANO), através de variáveis *dummy*.

[22] "Segundo a pesquisa acadêmica em auditorias no Brasil e no mundo, no período de 1998 a 2008, as firmas internacionais de auditoria classificadas como Big-N são Arthur Andersen (até 2002), Deloitte Touche Tohmatsu, Ernest & Young e PricewaterhouseCoopers." (Braunbeck, 2010, p. 91)

Para aplicação do indicador em questão, foram, inicialmente, analisados 4.198 pareceres de auditores independentes no período de 1998 e 2008, para empresas listadas na BM&F Bovespa, constituindo o banco de dados proprietário do IQUA.

Em suas conclusões, o autor salienta que os resultados sugeriram que a qualidade das auditorias é inferior quanto maior o conflito de agência entre controladores e não controladores e quanto maior o tempo de relacionamento contínuo entre o auditor e a entidade auditada; e que as firmas de auditoria chamadas de "Big-N" (as maiores empresas do ramo de auditoria) e auditores especialistas nos segmentos de indústria de seus clientes oferecem serviços de maior qualidade.

O formato e metodologia utilizados por Braunbeck em sua pesquisa inspiraram a criação do indicador de qualidade (IQNRA), apresentado e analisado posteriormente neste estudo.

3. METODOLOGIA

3.1. IQNRA – Índice de Qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente

Conforme descrito ao longo de seção Referencial Teórico, as normas relacionadas ao Novo Relatório do Auditor Independente (que tem como mudança mais representativa a divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria) foram aprovadas e adotadas no Brasil, com implementação para as auditorias referentes aos períodos e exercícios encerrados a partir de dezembro de 2016.

A partir dessa mudança, alguns estudos e pesquisas acadêmicos foram feitos sobre o tema, porém, a maior parte deles tratando de questões quantitativas, voltadas a identificação dos principais temas reportados pelos auditores.

Não foi identificado nenhum estudo nacional com objetivo e metodologia voltada à análise da qualidade dos novos reportes preparados pelos auditores independentes, seja com relação a conformidade/atendimento à norma ou divulgação voluntária de informações.

Ao mesmo tempo, diferentes estudos internacionais foram observados, realizados após o primeiro (e por vezes, também o segundo) ano de implementação das normas de auditoria referentes ao Novo Relatório do Auditor Independente, tratando não somente de questões quantitativas (quantidade média de assuntos reportados como relevantes pelos auditores em seus relatórios e temas mais recorrentemente relatados), mas também de questões qualitativas, como percepções, boas práticas e destaques observados nos novos relatórios, pontos de melhoria e características/informações desejáveis ainda não apresentadas; capturadas através da análise dos relatórios, pesquisas e reuniões com os participantes de mercado e usuários da demonstrações financeiras e relatório do auditor independente.

Utilizando conceito e metodologia similar à do estudo realizado por Braunbeck (2010) na determinação de um indicador para a qualidade das auditorias (IQUA), ou seja, a composição de um indicador através de um questionário formado por perguntas binárias; e as referências apresentadas nas normas brasileiras e internacionais voltadas ao tema do relatório do auditor independente e suas recentes alterações, bem como estudos internacionais tratando da qualidade dos reportes apresentados nos primeiros anos de implementação nos diferentes países que adotaram normas similares, foi desenvolvido um indicador de qualidade para os novos relatórios emitidos no Brasil, para as empresas de capital aberto: o IQNRA - Índice de Qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente.

De maneira similar ao IQUA (Braunbeck, 2010), o IQNRA é composto por questões binárias (porém, em quantidade maior – 9 questões aplicáveis aos dois anos e um quesito apenas ao segundo ano de implementação das novas normas). Por outro lado, diferentemente do que ocorre no IQUA - com questões que assumem valor 1 (um) quando evidenciam problemas de qualidade do relatório do auditor (e a resposta à pergunta é sim) e 0 (zero) na inexistência de evidências de problemas de qualidade (e a resposta é não) e, portanto, quanto maior a expressão, pior o nível de qualidade - no IQNRA, as questões assumem valor 1 (um) quando a resposta é sim e evidencia atendimento aos requerimentos e expectativas dos usuários e valor 0 (zero) quando não há esse cumprimento. Dessa forma, quanto maior é sua expressão numérica, maior é a qualidade estimada do relatório avaliado.

Dada a recente implementação das novas normas referentes ao Novo Relatório do Auditor, a amostra sobre a qual o indicador foi aplicado foi composta por um horizonte de dois anos (2016 e 2017), por empresas de capital aberto, listadas na bolsa de valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão). A descrição mais detalhada da amostra utilizada é apresentada em seção mais a frente.

As dez questões que compõem o IQNRA e as informações, ideias e fontes que suportaram sua formação são descritos a seguir.

Vale ressaltar que as duas primeiras questões são voltadas ao atendimento de requerimentos normativos e correta divulgação das informações, enquanto as questões seguintes são relacionadas a questões de qualidade e boas práticas indicadas como desejáveis pelos interessados nas demonstrações financeiras e relatório do auditor independente, nos estudos realizados internacionalmente (e resumidos na seção de Referencial Teórico).

Questão 1: A seção "Principais Assuntos de Auditoria" atende aos requisitos básicos de formalização definidos pela NBC TA 701?

Como primeira questão e item básico, analisou-se o atendimento aos principais requisitos da regulamentação quanto à apresentação dos Principais Assuntos de Auditoria, que representam a modificação mais representativa do novo relatório. Nesse sentido, verificou-se (i) se foram reportados PAAs (casos de opinião modificada – abstenção de opinião, por exemplo, não requerem a apresentação de PAAs: a ISA 701 (e normas similares aplicáveis em

cada país), em seu parágrafo 5, salienta que a ISA 705 - Modificações na Opinião do Auditor Independente proíbe o auditor de comunicar os principais assuntos de auditoria quando o auditor se abstém de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, a menos que tais relatórios sejam exigidos por lei ou regulamento (CFC, 2016); adicionalmente, caso o auditor defina que não há assuntos a reportar – o que pode acontecer para empresas em situações específicas como fase pré-operacional ou em que os assuntos relevantes já foram reportados em seções apartadas, como incerteza relacionada à continuidade operacional ou ênfase; deve incluir uma declaração nesse sentido); e (ii) se os requerimentos de apresentação definidos na norma foram atendidos (conforme descrito abaixo).

A análise e avaliação quanto aos requisitos da norma foi distribuída em diferentes tópicos. Se qualquer dos tópicos não é atendido, a conclusão final do questionamento é de falha no atendimento aos requerimentos da norma (sendo atribuída nota 0 (zero)).

A seguir são apresentados os itens avaliados na formação da resposta da Questão 1, que divide-se em:

(i) Caso o auditor defina que não há assuntos a reportar,
   a. Há uma declaração nesse sentido?;

(ii) Caso o auditor reporte PAA:
   a. Há um texto de introdução contendo as afirmações requeridas pela norma ((a) que "os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente"; e (b) que "esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos" (CFC, 2016, p. 4))?;
   b. Há um subtítulo adequado para cada PAA apresentado?;
   c. A descrição faz referência às correspondentes divulgações, se houver, nas demonstrações contábeis?
   d. É descrito o motivo pelo qual o assunto foi considerado como um dos mais significativos na auditoria?
   e. É descrito como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis?

Questão 2: Assuntos que deram origem à opinião modificada (NBC TA 705) ou incerteza relevante relativa a fatos ou a condições capazes de levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade (NBC TA 570) não foram também descritos na seção de PAAs?

De acordo com a NBC TA 701 (CFC, 2016, p. 4):

> O assunto que dê origem à opinião modificada, de acordo com a NBC TA 705, ou a uma incerteza relevante relativa a fatos ou a condições capazes de levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade, de acordo com a NBC TA 570, são, por natureza, principais assuntos de auditoria. No entanto, nessas circunstâncias, tais assuntos não devem ser descritos na seção "Principais assuntos de auditoria" do relatório do auditor, não sendo aplicáveis os requisitos dos itens 13 e 14. Em vez disso, o auditor deve:
>
> (a) relatar os assuntos de acordo com as NBCs TA aplicáveis; e
>
> (b) incluir, na seção "Principais assuntos de auditoria", uma referência à seção "Base para opinião com ressalva (ou adversa)" ou à seção "Incerteza relevante quanto à continuidade operacional" (ver A6 e A7).

Assim, caso o auditor reporte no relatório o tema de incerteza relacionada a continuidade operacional ou assuntos que deram origem a opinião modificada em seção específica e também como PAA, isso seria entendido como algo em desacordo com o que determina a norma, sendo um detrator de qualidade.

Para os casos não aplicáveis (empresas que não tiveram opinião modificada ou incerteza relativa a fatos ou a condições capazes de levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional) também foi atribuída nota 1 (um), por entender que a aplicação de nota 0 (zero) levaria à ideia de não atendimento a norma e/ou existência de detrator de qualidade, o que não refletiria a realidade e poderia distorcer as análises.

Questão 3: Os auditores apresentam os possíveis efeitos financeiros e valores relacionados a cada PAA?

Os estudos internacionais, através de pesquisas e reuniões realizadas com participantes do mercado interessados nas demonstrações financeiras e relatório do auditor independente

levantaram a apresentação dos valores envolvidos em cada tema relevante como uma prática desejável, embora não obrigatória.

Os investidores que analisaram o prêmio "*IMA Auditor Reporting Awards*", no Reino Unido, em 2014 (FRC, 2015), bem como a ACCA, responsável pelo estudo divulgado em 2018, referente a implementação das novas normas em diferentes países (ACCA, 2018), apontaram a apresentação dos valores monetários envolvidos nos principais assuntos de auditoria como uma boa prática observada em alguns dos relatórios analisados.

Questão 4: Os auditores apresentam uma indicação do resultado dos procedimentos realizados para cada PAA?

A ISA 701 (e normas similares para cada país), quanto à definição de "como o assunto foi tratado na auditoria", cita que (CFC, 2016, p. 15-16):

> A46. A quantidade de detalhes a ser fornecida no relatório do auditor para descrever o tratamento dado a um principal assunto de auditoria é questão de julgamento profissional. Para explicar como o assunto foi tratado na auditoria, de acordo com o item 13(b), o auditor *pode* [itálico nosso] descrever:
>
> • os aspectos mais relevantes da resposta ou abordagem do auditor ao assunto ou específicos ao risco avaliado de distorção relevante;
>
> • a visão geral dos procedimentos executados;
>
> • *a indicação do resultado dos procedimentos do auditor* [itálico nosso]; ou
>
> • as principais observações relativas ao assunto, ou alguma combinação desses elementos.

Como item não obrigatório, a divulgação voluntária dos resultados dos procedimentos para cada PAA foi indicada como desejável pelos usuários das demonstrações de várias das pesquisas internacionais consultadas, como: (i) em Cingapura (ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017); (ii) na Malásia (OAB, MIA & ACCA, 2018); (iii) em Hong Kong (HKICPA, 2018); e (iv) na Nova Zelândia (XRB & FMA, 2017).

Questão 5: A quantidade de páginas do relatório é de 4 a 5 páginas?

A respeito da descrição individual dos principais assuntos de auditoria, a norma define que (CFC, 2016, p. 13):

> A34. A adequação da descrição de um principal assunto de auditoria é uma questão de julgamento profissional. A descrição de um principal assunto de auditoria visa fornecer uma explicação *sucinta e balanceada* [itálico nosso] para permitir que os usuários previstos das demonstrações contábeis entendam por que o assunto foi de maior importância na auditoria e de que maneira ele foi tratado na auditoria. [...] A natureza e a extensão das informações fornecidas pelo auditor devem ser balanceadas no contexto das responsabilidades de cada parte (por exemplo, para que o auditor forneça informações úteis de maneira *concisa e compreensível* [itálico nosso], sem assumir incorretamente a função de fornecedor das informações originais sobre a entidade).

A preocupação com a quantidade de informações, concisão e extensão dos relatórios dos auditores foi um dos pontos levantados por participantes das pesquisas e reuniões realizadas nos estudos internacionais acompanhados.

A pesquisa realizada na Nova Zelândia teve como uma de suas análises a mudança na extensão dos novos relatórios, demonstrando que a média de páginas do antigo relatório era de duas a três, enquanto no novo relatório, de quatro a cinco páginas (XRB & FMA, 2017). Essa foi a principal conclusão utilizada como suporte para a definição da questão descrita anteriormente. Vale ressaltar desde já que, durante a coleta dos relatórios para análise, notou-se que a maioria dos reportes, de fato, apresentava extensão de 4 a 5 páginas.

Ainda sobre o tema, no Reino Unido (FRC, 2016, p. 21), foi destacado:

> Os investidores também nos disseram que eles valorizam as informações particularmente quando são apresentadas de maneira concisa. Isso cria um desafio particular para os auditores, já que, ao mesmo tempo, eles estão sendo solicitados a transmitir informações detalhadas sobre assuntos altamente técnicos de maneira concisa e fácil de entender. Isso, portanto, nos levou a rever o volume de divulgação, bem como seu conteúdo. [23]

Já o estudo preparado pela ACCA, em diferentes países, com a realização de pesquisas e reuniões com participantes do mercado, trouxe observações como:

> Um membro de comitê de auditoria comentou: "No que diz respeito à transparência e à abertura, isso definitivamente ajuda, no entanto, não tenho certeza se aborda totalmente a questão. Percebemos [o novo relatório de auditoria] como um relatório adicional longo incluído em outros relatórios longos e ninguém pode ler todos eles". Este ponto de vista foi ecoado por um sócio de auditoria, que temia "acabamos por ter um relatório de quatro a sete páginas que é cuidadosamente redigido de um ponto de vista legal. Com o parágrafo de opinião primeiro, o resto será ignorado por muitos, a menos que alguém queira entender o que aconteceu e leia cada seção.[24] (ACCA, 2018, p. 12)

---

[23] *"Investors have also told us that they value information particularly highly when it is presented in a concise way. This creates a particular challenge for auditors, since at the same time they are being asked to convey granular information about highly technical matters in a concise and easy to understand way. This therefore prompted us to review the volume of disclosure, as well as its content*" (FRC, 2016, p. 21)

[24] *"One audit committee member commented: 'in regards to transparency and openness, it definitely helps, however I am not sure that it fully addresses the issue. We perceive [the new audit report] as an additional long report included within other long reports and no one can read them all'. This point of view was echoed by an audit*

> "Acreditamos que [o relatório] deve ter de *dois a quatro KAMs* [itálico nosso], e o relatório deve ter no máximo *duas ou três páginas* [itálico nosso] ou pode perder o impacto." - participante da mesa redonda, Omã.[25] (ACCA, 2018, p. 13)

A extensão de duas a três páginas, para o padrão brasileiro, parece muito curta; por este motivo, mantivemos no questionamento acima a média de 4 a 5 páginas como padrão.

Os estudos realizados em Cingapura (ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017, p. 27) e na Malásia (OAB, MIA & ACCA, 2018, p. 23) também mencionam as questões de extensão e concisão como relevantes.

Questão 6: A quantidade de PAAs do relatório é de 2 a 4?

O tema da quantidade média de assuntos relevantes (PAAs ou KAMs) apresentados por relatório foi abordado em todos os estudos observados e mencionados no Referencial Teórico. Abaixo, apresentamos uma tabela com o resumo da quantidade média observada em cada estudo (Tabela 2):

Tabela 2 – Quantidade média de assuntos relevantes reportados por relatório (estudos internacionais)

#	Entidade responsável	Ano (publicação)	Ano (referência)	Local	# reportes analisados	Média de PAAs
1.1.	FRC	2015	2014	Reino Unido	153	4,2
1.2.	FRC	2016	2015	Reino Unido	278	3,9
2	ACCA, ACRA, ISCA & NTU	2017	2016	Cingapura	180	2,3
3.1.	HKICPA	2017	2016	Hong Kong	(i) 423 / (ii) 33	(i) 2,5 / (ii) 1,8
3.2.	HKICPA	2018	2017	Hong Kong	(i) 429 / (ii) 50	(i) 2,4 / (ii) 1,8
4	XRB & FMA	2017	2016	Nova Zelândia	179	2-3
5	OAB, MIA & ACCA	2018	2016	Malásia	190	2,1
6	ACCA	2018	-	Diversos	560	2,4

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos estudos internacionais analisados e resumidos no referencial teórico.

partner, who feared that 'we end up having a report of four to seven pages that is carefully drafted form a legal point of view. With the opinion paragraph first, the rest will be ignored by many unless someone wants to understand what happened and reads each section'." (ACCA, 2018, p. 12)

[25] "*'We believe there should be two to four KAMs, and the statement should be no more than two to three pages or it may lose impact.' Roundtable participant, Oman.*" (ACCA, 2018, p. 13)

Como verificado na Tabela 2, a quantidade média de assuntos reportados variou, em linhas gerais, de dois a quatro, alinhada com a opinião de um dos participantes de uma reunião realizada pela ACCA em Omã (ACCA, 2018), e destacada na questão 6.

Questão 7: O auditor não apresenta "fraude em receitas" ou "controles burlados pela administração" como PAA?

Os estudos realizados no Reino Unido, um dos primeiros a adotar as normas para o novo relatório do auditor independente, destacaram que alguns auditores incluíram como principais assuntos de auditoria, no primeiro ano de implementação, (a) fraude em receitas e (b) controles burlados pela administração (FRC, 2015). Esses dois itens são definidos pelas normas de auditoria (NBC TA 240 – Responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, similar a ISA 240) como "risco padrão" de auditoria, sendo necessários procedimentos e respostas nos trabalhos realizados.

Apesar de serem considerados riscos mandatórios para os trabalhos de auditoria, isso não significa que também devam ser considerados e reportados como principais riscos nos relatórios das empresas auditadas. Por este motivo, após o primeiro ano de análise, o FRC passou a motivar as empresas de auditoria a não incluir estes tópicos como assuntos relevantes da auditoria (ACCA, 2018).

Questão 8: O auditor apresenta detalhes sobre a materialidade e escopo de auditoria?

A análise e revisão dos normativos e estudos realizados nos diferentes países demonstrou uma distinção quanto aos requisitos obrigatórios definidos: no Reino Unido, a ISA 700 estabelece como mandatória a descrição de como o auditor aplicou o conceito de materialidade no planejamento e na execução da auditoria, bem como do escopo de auditoria (como o auditor respondeu aos riscos identificados) (FRC, 2015).

Os requisitos de descrição da materialidade e escopo não foram incluídos como obrigatórios em outros países. Apesar disso, diversos investidores e participantes do mercado, usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor, consideram estes tópicos

relevantes e mencionaram sua divulgação voluntária como uma boa prática (quando ocorreu) ou característica/qualidade desejável (quando não foi observada). Os participantes das pesquisas de Cingapura (ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017), Malásia (OAB, MIA & ACCA, 2018) e Nova Zelândia (XRB & FMA, 2017) foram alguns dos que salientaram o tema.

Questão 9: A linguagem não apresenta termos incorretos ou muito técnicos (desnecessariamente)?

A preocupação com o uso da linguagem foi mais um tópico abordado em diversas fontes, desde o normativo até as pesquisas de qualidade realizadas.

A NBC TA 701 (e similares) menciona que "A34. [...] *Limitar o uso de termos altamente técnicos de auditoria* [itálico nosso] também ajuda os usuários previstos, sem conhecimento razoável de auditoria, a entenderem a base do foco do auditor em determinados assuntos durante a auditoria" (CFC, 2016, p. 13).

Nas pesquisas internacionais avaliadas, da mesma forma, o uso de uma linguagem simples, livre de jargões e termos altamente técnicos foi citado como um ponto relevante/ característica requerida / melhoria, promovendo melhor entendimento dos assuntos tratados, como mostram os estudos realizados (i) pela ACCA em diferentes países (ACCA, 2018); (ii) em Cingapura (ACCA, ACRA, ISCA & NTU, 2017); (iii) na Malásia (OAB, MIA & ACCA, 2018); (iv) no Reino Unido (FRC, 2015); e (v) Nova Zelândia (XRB & FMA, 2017).

Diferentemente das outras questões, essa exige uma análise mais subjetiva, avaliando a linguagem e termos utilizados. Detalhes gerais dos desvios e conclusões identificadas foram descritos na análise dos resultados, quando pertinente.

Questão 10: O auditor comenta as alterações em PAAs do primeiro para o segundo ano do relatório?

Essa é uma questão aplicável somente para os anos subsequentes ao primeiro, dado que trata de um comparativo entre os reportes.

A formação da questão foi suportada por levantamentos feitos, em especial, no Reino Unido, mencionando que após o primeiro ano de reporte, o auditor deve ser encorajado a explicar as circunstâncias que dão origem a novos riscos comunicados e a explicar por que os riscos anteriormente relatados deixaram de ser (FRC, 2015).

A aplicação e avaliação da questão foi feita de forma apartada, apenas para os relatórios do segundo ano de publicação, não compondo o valor de indicador final (para permitir melhor comparabilidade com o indicador calculado no primeiro ano de adoção). Assim, o valor máximo apresentado do indicador é de nove (referente às nove questões apresentadas anteriormente).

3.1.1. Protocolo de pesquisa

Com o intuito de clarificar as análises e exemplificar os casos classificados como atendimento às normas e expectativas dos usuários ou, por outro lado, problemas de qualidade, foi preparado um protocolo de pesquisa (vide apêndice E), com a descrição dos quesitos avaliados, critérios utilizados e apresentação de exemplos positivos (valor 1 (um)) e negativos (valor 0 (zero)).

Tal definição e apresentação visa permitir a maior compreensão das avaliações realizadas e, ainda, a replicabilidade deste estudo.

3.2. Definição da amostra e coleta de dados

Como descrito anteriormente, a obrigatoriedade de comunicação dos PAAs recai sobre as auditorias de empresas listadas em bolsa de valores. Para a análise no contexto brasileiro, assim, a base de dados foi composta pelas empresas listadas na B3 – antiga BM&F Bovespa (sendo consideradas as companhias informadas no site B3[26]- consultadas, inicialmente, em 5 de dezembro de 2017, e atualizadas em 13 de janeiro de 2018).

Após colher as listas de empresas listadas na B3 (i) por NOME e (ii) por SETOR DE ATUAÇÃO (há outras opções disponíveis, porém, essas demonstraram ser as mais completas) e fazer o comparativo para identificar empresas que estivessem apenas em uma delas, montando uma base consolidada, foram excluídas da listagem os ativos/empresas referentes à BDRs Não

[26] Consulta feita no link http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm, utilizando as listas (i) por NOME e (ii) por SETOR DE ATUAÇÃO.

Patrocinados, dado que estes ativos são lastreados em empresas estrangeiras, que não possuem capital aberto no país e não apresentam CNPJ e informações financeiras no Brasil (ou demonstrações financeiras auditadas).

Através desses procedimentos, chegou-se a uma listagem de 628 companhias, classificadas em 92 diferentes setores econômicos-subsetores-segmentos (conforme demonstrado no Apêndice A).

A partir dessa listagem, foram feitas algumas análises para definição da população deste estudo.

Como primeiro ponto, verificou-se que das 628 empresas, 180 eram Fundos de Investimento, sendo (a) 140 Fundos Imobiliários; (b) 26 Fundos de Ações; (c) 8 Fundos de Direitos Creditórios; e (d) 6 Fundos de Incentivo Setorial. Por entender que trata-se de um tipo bastante específico de entidade, com riscos e atividades, em geral, bem definidos e que diferenciam-se de empresas/entidades de outros setores (portanto, pouco comparáveis), esses itens não foram incluídos na população (um estudo específico sobre o ramo de Fundos de Investimento pode ser feito posteriormente, com escopo similar ao adotado nesta pesquisa).

O passo seguinte foi colher no site da B3, para as 448 empresas restantes, os seguintes dados e documentos: (i) CNPJ; (ii) nome da empresa[27]; e (iii) "Relatório do Auditor Independente"/ "Parecer"[28] para os dois últimos período auditados (2016 e 2017, em sua maioria; ou 2017 e 2018 - para empresas com data de publicação diferente de 31 de dezembro).

Nesse processo, foram identificadas outras dez empresas a excluir da população, pelos motivos descritos a seguir:

- seis itens sem CNPJ e sem relatório para análise, sendo (i) três CEPACs (valores mobiliários emitidos pela prefeitura de determinado município e utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de direito urbanístico adicional dentro do perímetro de uma operação urbana consorciada – foram verificados CEPACs para os

[27] Os dados de (i) CNPJ e (ii) nome da empresa foram colhidos na página de resumo dos dados da empresa (como exemplo, segue o link da Cosan S.A.: http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=19836&idioma=pt-br)

[28] Os relatórios dos auditores independentes/ pareceres poderiam ser coletados nas demonstrações financeiras publicadas no site de cada empresa (área de Relações com os Investidores) ou diretamente no site da B3. Para obter todas as informações e documentos de uma fonte única, optou-se por coletar os relatórios no site da B3, também na área de resumo dos dados da empresa. Ainda usando o exemplo da empresa Cosan S.A., segue link utilizado: http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=19836&idioma=pt-br. Na tela de "Relatórios Estruturados", foi selecionada a opção "Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP" e, nessa, a opção "Histórico". Selecionou-se, então a versão mais recente publicada para os anos de 2016 e 2017 (ou 2017 e 2018, para as empresas com publicação em data diferente de dezembro) e, na nova página aberta, foi selecionado o item "Pareceres e Declarações", que traz o relatório do auditor independente. O mesmo procedimento foi feito para cada uma das 448 empresas identificadas como listadas na B3.

municípios de Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo); (ii) a Cosan Ltd (empresa inativa); (iii) a Construtora Lix da Cunha S.A. (sem demonstração financeira em 2017 e sem parecer em 2016); e (iv) a Redentor Energia S.A. (empresa que solicitou o resgate e cancelamento de suas ações em 11 de abril de 2016);

- quatro empresas com demonstrações financeiras e relatório do auditor em 2016, porém, sem reporte para 2017 devido ao cancelamento de registro de companhia aberta: (i) Prática Participações S.A. – cancelada em 31 de dezembro de 2017; (ii) Sauipe S.A. – cancelada em 31de janeiro de 2018; (iii) Forno de Minas Alimentos S.A. – cancelada em 11 de janeiro de 2018; ou censura pública: (iv) Inncorp S.A..

Com isso, a população final disponível para amostra era composta por 438 companhias de capital aberto.

Para a definição da amostra, foram determinadas, inicialmente, duas características/ quesitos para seleção das empresas:

1) empresas que costumam/deveriam ter acompanhamento constante de investidores e/ou representam algumas das maiores empresas de capital aberto do Brasil, pertencendo aos principais índices da B3, como:
    a) IBrX 50: é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos em metodologia específica descrita pela B3. O objetivo do IBrX 50 é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro (B3, 2019c);
    b) IBrX 100: é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos em metodologia específica descrita pela B3. O objetivo do IBrX 100 é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro (B3, 2019d);
    c) IBrA: é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos em metodologia específica descrita pela B3. O objetivo do IBrA é ser o indicador do desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado a vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, de forma a oferecer uma visão ampla do mercado acionário (B3, 2019b); e

d) Ibovespa: é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos em metodologia específica descrita pela B3. O Ibovespa é o principal índice do mercado de ações. Foi criado em 1968 e consolidou-se como referência para investidores ao redor do mundo. É o mais importante indicador de desempenho médio dos ativos mais negociados e representativos do mercado de ações de nosso país (B3, 2019a);

Para essa análise, foram extraídas as listas de empresas componentes dos quatro índices em 26 de janeiro de 2019;

2) empresas em situação cadastrada na CVM diferente de "fase operacional", para trazer diversidade a amostra (empresas que, por estarem em "fase pré-operacional", "paralisada" ou "em recuperação judicial/extrajudicial", talvez apresentem discrepâncias e diferenças com relação às maiores empresas/aquelas que compõem os índices acima mencionados).

As análises para cada item acima são apresentadas a seguir:

1a) seguiram-se dois passos: (i) como primeira análise, verificou-se que, na lista de 50 ações componentes do índice (Anexo A), havia alguns casos de mesma empresa com papéis diferentes (por exemplo, o Bradesco, com as ações BBDC3 e BBDC4). Assim, foi feita uma análise das empresas com mais de uma ação compondo o índice - para se chegar ao número de empresas (e não necessariamente ações) componentes do IBrX 50; em que foram verificadas três empresas com dois tipos de ações negociadas compondo o IBrX 50, totalizando, então, ao invés de 50 empresas, 47; (ii) para comparação com os outros índices da B3, verificamos se as ações constantes do IBrX 50 também compunham os índices IBrX 100, Ibovespa e IBrA, além de verificar se estavam listadas na população de empresas para seleção. Foi verificado que todas as ações componentes do IBrX 50 também compunham os outros índices mencionados, além da população de empresas.

Conclusão: foram selecionadas 47 empresas componentes do IBrX 50 para a composição da amostra para análise;

1b) novamente, foram dois passos: (i) verificou-se, na lista de 101 ações componentes do índice (Anexo B), quatro empresas com dois tipos de ações negociadas compondo o IBrX 100; assim, ao invés de 101 empresas, foram verificadas 97 compondo o índice;

(ii) na comparação com a composição dos outros índices e empresas da população, observou-se (a) 50 ações (equivalentes a 47 empresas) já constantes na lista do IBrX 50, sendo já selecionadas anteriormente; (b) uma ação não constante do IBrX 50 (CMIG3), mas de empresa já selecionada no IBrX 50, por outra ação (CMIG4) - empresa: CEMIG; (c) três empresas iniciadas na B3 em 2017 (Hapvida Participações e Investimentos S.A. e Grupo NotreDame Intermédica) ou 2018 (Log Commercial Properties), por isso, não constantes da população.

Conclusão: Foram selecionadas 47 empresas componentes do IBrX 100 para a composição da amostra para análise;

1c) na análise realizada (i) verificou-se, na lista de 139 ações componentes do índice (Anexo C), sete empresas com dois tipos de ações negociadas compondo o IBrA; assim, ao invés de 139 empresas, foram verificadas 132 compondo o índice; (ii) na comparação com a composição dos outros índices e empresas da população, observou-se (a) 101 ações (equivalentes a 47 empresas do IBrX 50 e 47 empresas do IBrX 100) já constantes na lista do IBrX 50 e/ou IBrX 100, sendo já selecionadas anteriormente; (b) três ações não constantes do IBrX 50 (ITUB3 e LAME3) / IBrX 100 (SAPR4), mas de empresa já selecionada no IBrX 50/IBrX 100, por outra ação - empresas: Itaú Unibanco, Lojas Americanas e Sanepar; (c) uma empresa iniciada na B3 em 2017 (Banco Inter), por isso, não constante da população.

Conclusão: Foram selecionadas 34 empresas componentes do IBrA para a composição da amostra para análise;

1d) na comparação com os outros índices, notou-se que as 65 ações do Ibovespa (Anexo D) já compunham ao menos um dos outros índices (IBrX 50, IBrX 100 ou IBrA), portanto, já haviam sido selecionadas em um destes grupos.

Conclusão: nenhuma empresa adicional foi selecionada para amostra pelo grupo Ibovespa.

Em resumo, portanto, foram selecionadas 128 empresas componentes dos índices da B3, divididas da seguinte forma (Tabela 3):

Tabela 3 – Empresas componentes de índices da B3 selecionadas para a amostra

Índice	Quantidade
IBrX 50	47
IBrX 100	47
IBrA	34
Total	128

Fonte: Elaborada pela autora.

2) para verificação do status das empresas, foram utilizadas as informações do Cadastro Geral da CVM[29]. Foram verificadas cinco diferentes situações para as empresas: (a) fase operacional; (b) fase pré-operacional; (c) paralisada; (d) em recuperação extrajudicial; e (e) em recuperação judicial ou equivalente. Conforme mencionado anteriormente, para trazer diversidade a amostra, foram selecionadas as empresas em situação diferente de "fase operacional".

   Conclusão: foram selecionadas 13 empresas em fase pré-operacional, uma paralisada, uma em recuperação extrajudicial e 22 em recuperação judicial ou equivalente (destas, duas empresas já haviam sido selecionadas pelo índice IBrA), totalizando 35 novas seleções para a amostra (conforme Tabela 4).

Tabela 4 – Empresas em situação diferente de fase operacional selecionadas para a amostra

Situação	Quantidade
Fase pré-operacional	13
Paralisada	1
Em recuperação extrajudicial	1
Em recuperação judicial ou equivalente	22
Em recuperação judicial ou equivalente – IBrA	(2)
Total	35

Fonte: Elaborada pela autora.

[29] Informações extraídas do site da CVM, no link http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/cadastro_geral/consulta.html ("opção arquivos para download" e, posteriormente, "cias abertas"). A lista inicial foi baixada em 9 de junho de 2017 e, para atualização, em 2 de fevereiro de 2019.

Após essas seleções iniciais, a amostra estava composta por 163 empresas.

Como segunda análise, levando em consideração a completude e variedade da amostra, verificou-se a distribuição das empresas selecionadas dentre os setores econômicos – subsetores – segmentos indicados na listagem extraída da B3. Foram identificadas 87 combinações de setor – subsetor – segmento ("segmento") para a população, dentre as quais 61 tinham ao menos uma empresa indicada para a amostra. Como procedimento, adotou-se a seleção aleatória de um item para cada um dos 26 segmentos não contemplados até então, garantindo que cada um dos 87 segmentos tivesse representatividade na amostra, com ao menos uma companhia analisada.

Com isso, a amostra selecionada utilizada neste estudo totaliza 189 empresas. Considerando a população, a amostra representa 43,15% dos possíveis itens para análise; já comparada ao total de empresas listadas na B3, o percentual é de 30,10%. O total de itens analisados no estudo, considerando que foram selecionadas 189 empresas e que para cada uma foram revisados os relatórios dos auditores independentes para dois anos, é de 378 reportes (Tabela 5). A distribuição das empresas listadas na B3, população e amostra entre os segmentos, bem como percentuais de representatividade da amostra versus o total de empresas e a população são apresentados no Apêndice A.

Tabela 5 – Representatividade da amostra

Situação	Quantidade / %
Amostra selecionada	189
População	438
Total de empresas listadas – B3	628
% amostra / população	43,15%
% amostra / total de empresas listadas	30,10%
Total de itens em análise (189 empresas x 2 anos)	378

Fonte: Elaborada pela autora.

Com a definição da amostra e dados e documentação já coletados, partiu-se então para os procedimentos de análise, com revisão de cada relatório do auditor independente com relação ao IQNRA. Para tanto, foi feita a avaliação de cada reporte quanto às dez questões que compõem o indicador IQNRA (no caso da décima pergunta, a aplicação foi feita apenas para o segundo ano de reporte), de acordo com o protocolo estabelecido (apêndice E). Vale ressaltar que, durante a análise, dados adicionais apresentados no relatório do auditor independente foram coletados e acrescentados à base, podendo suportar parte das investigações e estudos de resultados posteriores, como (i) data-base em análise; (ii) empresas de auditoria responsáveis

(que foram classificadas entre os grupos “Big 4” e “outros”); e (iii) opinião emitida (que suporta a análise quanto à necessidade ou não de apresentação de PAAs, por exemplo). Após a definição das respostas e pontuação para cada questão, foram feitas as totalizações – para identificação do índice final para cada reporte, e, por fim, análises de resultado, apresentadas na seção seguinte.

4. RESULTADOS

Para a análise de resultado, focou-se nos seguintes pontos: (i) o nível de qualidade observado - e, relacionado a isso, (a) se há algum tipo de direcionamento/diferenciação relacionado ao tamanho do auditor (se a empresa compõem o grupo das maiores companhias – Big 4 – ou não) ou setor da entidade auditada; e (b) qual o nível de evolução observado para o segundo ano de implementação das novas normas de auditoria voltadas ao novo relatório do auditor independente; e (ii) os principais pontos fortes e melhorias possíveis, baseado na análise dos quesitos analisados pelas questões que compõem o IQNRA (novamente, foram feitas explorações quanto (a) ao tamanho do auditor e setor da entidade auditada; e (b) evolução para o segundo ano de relatório observado). Adicionalmente, foi feito (iii) o computo da média e quantidades mínimas e máximas de PAAs apresentados nos relatórios, também investigando (a) as concentrações por auditor e setor; e (b) o alinhamento com a experiência internacional observada.

4.1. Nível de Qualidade

Após a definição da amostra, análise dos relatórios dos auditores e pontuação de cada um deles com relação ao índice IQNRA (vide Apêndice B), foram feitas as explorações das "notas" finais observadas e possíveis indicações de concentração/influência quanto ao tamanho do auditor responsável pelos trabalhos e setor de atuação da entidade auditada.

Vale novamente lembrar que as perguntas que compõem o questionário para formação do IQNRA foram formuladas de forma que, quando a resposta for afirmativa (situação favorável em termos de qualidade/atendimento aos requisitos ou características desejáveis ao reporte – Novo Relatório do Auditor Independente), atribui-se valor 1 (um) e, quando a resposta for negativa, valor 0 (zero). Dessa forma, quanto maior valor observado para o índice, maior o nível de qualidade.

4.1.1. Tamanho da empresa de auditoria

A primeira análise feita utilizou as notas finais (IQNRA) observadas para cada relatório, compiladas por auditor e, de forma adicional, considerando a classificação das empresas de auditoria em "Big 4" e "Outros". A Tabela 6, apresentada a seguir, demonstra esses resultados para os dois anos em análise.

Tabela 6 – IQNRA médio, mínimo e máximo por empresa de auditoria

			IQNRA (1º relatório)					IQNRA (2º relatório)			
Auditor	# relatórios	%	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	%	Média	Mínimo	Máximo	Diferença
Big 4	153	81,0%	5,93	3,00	8,00	144	76,2%	6,48	4,00	8,00	0,55
KPMG Auditores Independentes	58	30,7%	5,90	3,00	7,00	57	30,2%	6,61	5,00	8,00	0,71
PricewaterhouseCoopers	37	19,6%	6,11	4,00	8,00	32	16,9%	6,06	4,00	8,00	(0,05)
Ernst & Young	36	19,0%	5,94	4,00	7,00	41	21,7%	6,54	4,00	8,00	0,60
Deloitte Touche Tohmatsu	22	11,6%	5,73	4,00	8,00	14	7,4%	6,71	4,00	8,00	0,98
Outros	36	19,0%	5,08	2,00	8,00	45	23,8%	5,89	4,00	8,00	0,81
BDO RCS Auditores Independentes	13	6,9%	5,23	2,00	8,00	14	7,4%	5,79	4,00	7,00	0,56
Grant Thornton Auditores Independentes	6	3,2%	4,83	3,00	6,00	12	6,3%	6,50	5,00	8,00	1,67
Acal Auditores Independentes S/S	2	1,1%	6,00	5,00	7,00	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	(1,00)
Audipec - Auditoria e Perícia Contábil S/S	1	0,5%	6,00	6,00	6,00	1	0,5%	6,00	6,00	6,00	-
Berkan Auditores	1	0,5%	7,00	7,00	7,00	1	0,5%	8,00	8,00	8,00	1,00
BKR - Lopes, Machado Auditores	1	0,5%	6,00	6,00	6,00	1	0,5%	7,00	7,00	7,00	1,00
Boucinhas, Campos & Conti Aud. Ind	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	-	0,0%	-	-	-	n/a
Coutinho & Associados Aud. Ind. S/S	1	0,5%	4,00	4,00	4,00	-	0,0%	-	-	-	n/a
JPPS Auditores Independentes S/S	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	1	0,5%	6,00	6,00	6,00	1,00
LCC Auditores Independentes	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	-	0,0%	-	-	-	n/a
Mazars Auditores Independentes	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	-	0,0%	-	-	-	n/a
Nelson de Almeida Costa – Auditor Ind.	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	-
Padrão Auditoria S/S	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	-	0,0%	-	-	-	n/a
Partnership Auditores Independentes S.S.	1	0,5%	7,00	7,00	7,00	2	1,1%	6,50	6,00	7,00	(0,50)
Sappia Auditores e Consultores	1	0,5%	4,00	4,00	4,00	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	1,00
Siqueira & Associados – Aud. Independentes	1	0,5%	2,00	2,00	2,00	-	0,0%	-	-	-	n/a
Tríade Auditores Independentes	1	0,5%	4,00	4,00	4,00	1	0,5%	4,00	4,00	4,00	-
Verdus Auditores Independentes	1	0,5%	4,00	4,00	4,00	1	0,5%	7,00	7,00	7,00	3,00
Alpha Auditores Independentes	-	0,0%	-	-	-	1	0,5%	3,00	3,00	3,00	n/a
Baker Tilly Brasil RS Aud. Independentes S/S	-	0,0%	-	-	-	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	n/a
Crowe Horwath Bendoraytes & Cia. Aud. Ind.	-	0,0%	-	-	-	1	0,5%	4,00	4,00	4,00	n/a
Crowe Horwath Macro Auditores Independentes	-	0,0%	-	-	-	-	0,0%	6,00	6,00	6,00	n/a
Holder Auditores Independentes S/S	-	0,0%	-	-	-	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	n/a
Martinelli Auditores	-	0,0%	-	-	-	1	0,5%	6,00	6,00	6,00	n/a
Nara- Koiseki Auditores Independentes	-	0,0%	-	-	-	1	0,5%	5,00	5,00	5,00	n/a
RSM Brasil Auditores Independentes	-	0,0%	-	-	-	1	0,5%	6,00	6,00	6,00	n/a
Total	189	100,0%	5,77	2,00	8,00	189	100,0%	6,34	3,00	8,00	0,57

Fonte: Elaborada pela autora.

Como primeira observação, destaca-se a grande concentração e representatividade das auditorias realizadas pelas empresas que compõem o chamado grupo "Big 4" (Tabela 7). No primeiro ano de análise, 153 relatórios (81,0%) foram emitidos pelas maiores empresas de auditoria; no segundo ano, esse percentual foi a 76,2% (144), ainda significante. Quando essa análise estende-se aos grupos das principais empresas negociadas na bolsa de valores (as empresas dos grupos IBrX 50, IBrX 100 e IBrA), esse percentual tona-se ainda maior: das 128 maiores empresas, apenas seis (4,7%), no primeiro ano, e nove (7,0%), no segundo ano, foram auditadas por não "Big 4".

Tabela 7 – Distribuição das auditorias, por diferentes grupos de empresa, e tamanho da entidade auditora

	Auditor (1º relatório)			Auditor (2º relatório)		
Tipo	Big 4	Outros	Total	Big 4	Outros	Total
IBrA	33	1	34	33	1	34
IBrX 100	45	2	47	43	4	47
IBrX 50	44	3	47	43	4	47
Outros – Extra	14	12	26	13	13	26
Outros - Fase Pré-Operacional	9	4	13	6	7	13
Outros - Paralisada	-	1	1	0	1	1
Outros - Rec Judicial/ Extrajudicial	8	13	21	6	15	21
Total	153	36	189	144	45	189
% tipo de auditor / total	81,0%	19,0%		76,2%	23,8%	

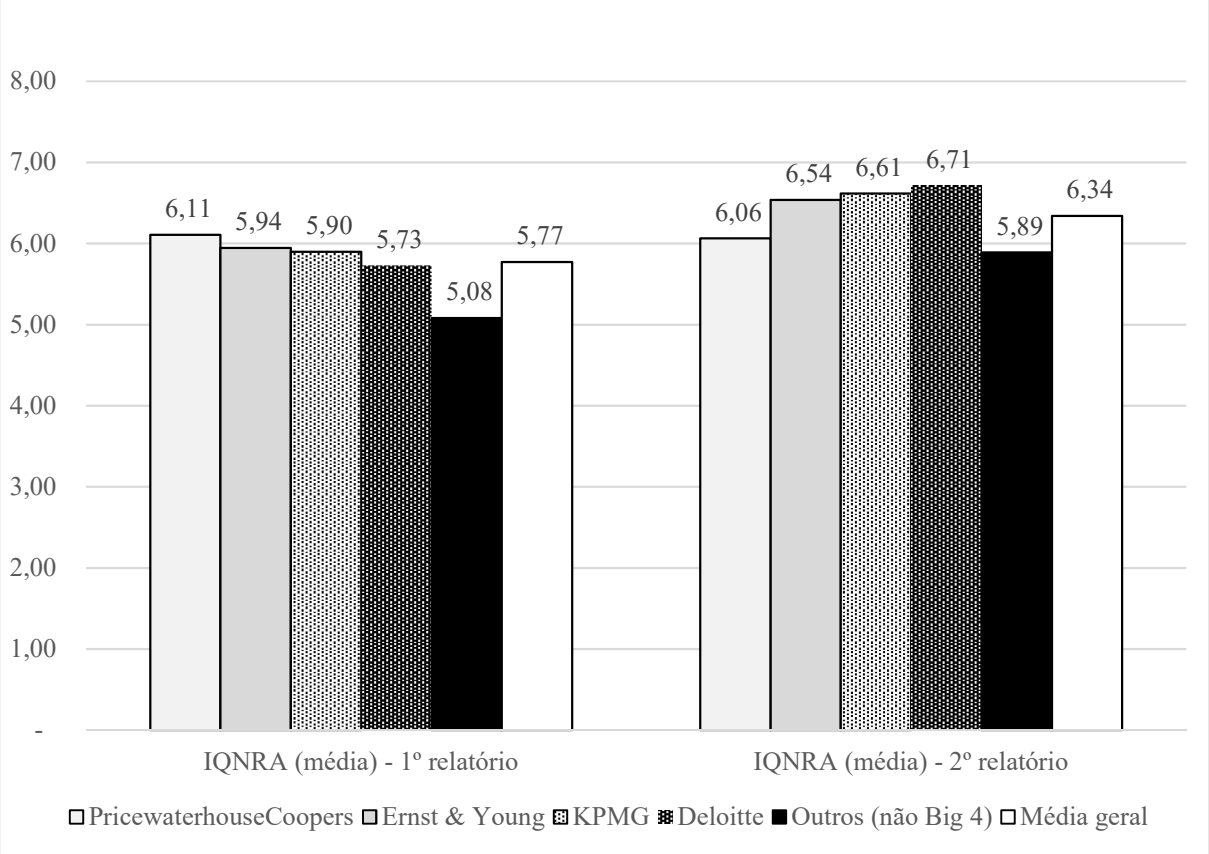
Fonte: Elaborada pela autora.

Essa tendência explica-se e está relacionada diretamente a questões como a necessidade e desejo das empresas auditadas em obter uma certificação de uma grande empresa de auditoria, conferindo-lhe maior credibilidade e confiabilidade no mercado (esse ponto pode ainda ser visto como um requerimento/desejo dos investidores para que continuem negociando ações dessas empresas); e teorias como a de DeAngelo (1981b), que relaciona o tamanho do auditor e a qualidade de auditoria (o que, por consequência, também deveria afetar a qualidade do relatório apresentado).

Pelo baixo volume, individualmente, de entidades auditadas pelas empresas que não compõem o "Big 4", as análises foram feitas de forma conjunta, considerando a totalidade de relatórios emitidos por esse grupo "Outros" (36 no primeiro ano de implantação das normas, e 45 no segundo).

As análises, comparações e gráficos levaram em conta as empresas do "Big 4", individualmente, e o grupo "Outros", como na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – IQNRA médio para as empresas do grupo “Big 4” e do grupo “Outros” no primeiro e segundo anos em análise



Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados apresentados na Tabela 6 e Figura 1, acima, demonstram que as “notas” (IQNRA) médias observadas para as maiores empresas de auditoria, de fato, são maiores que a média apresentada pelas empresas que não compõem o “Big 4”. No primeiro ano de análise, as médias da PricewaterhouseCoopers (6,11), Ernst & Young (5,94) e KPMG (5,90) ficam acima da média geral da amostra (5,77), enquanto a média da Deloitte (5,73) fica muito próxima e o resultado das empresas do grupo “Outros” (5,08) puxa esse valor para baixo. No segundo ano, novamente, três empresas do “Big 4” apresentam médias acima do resultado geral (6,34): Ernst & Young (6,54), KPMG (6,61) e Deloitte (6,71); uma auditoria tem nota abaixo da média geral (PricewaterhouseCoopers, com 6,06) e a média do grupo “Outros” (5,89) fica bastante abaixo.

Quanto à evolução do processo, nota-se que houve melhora na qualidade (representada pelo aumento do IQUA das empresas) para praticamente todas as empresas do “Big 4” (apenas a PwC teve um leve decréscimo em sua nota geral), bem como para o grupo “Outros”, resultando no aumento do resultado geral observado (de 5,77 para 6,34). O aumento no índice

de qualidade para as empresas do grupo "Outros" (0,81) foi maior que o aumento observado para as empresas "Big 4" (0,55), reduzindo a discrepância entre os índices de qualidade do relatórios dos dois grupos (no primeiro ano, a diferença na média dos dois grupos era 0,85, passando a 0,59 no segundo ano).

Destacam-se, ainda, no quesito de evolução e melhoria nos relatórios (a) a Deloitte (aumento de 0,98), tornando-se a empresa com o melhor IQUA entre o "Big 4" e a média do grupo "Outros" (anteriormente, a Deloitte tinha a menor nota entre as maiores empresas de auditoria); e (b) Grant Thornton, que é uma das empresas mais representativas do grupo "Outros" e que, entre o primeiro e o segundo anos de análise, dobrou a quantidade de empresas auditadas (de 6 para 12) e aumentou seu IQNRA médio em 1,67 pontos (chegando a 6,50, nota muito próxima da média do grupo "Big 4" – 6,48).

4.1.1.1.Dados estatísticos: gráficos e boxplot

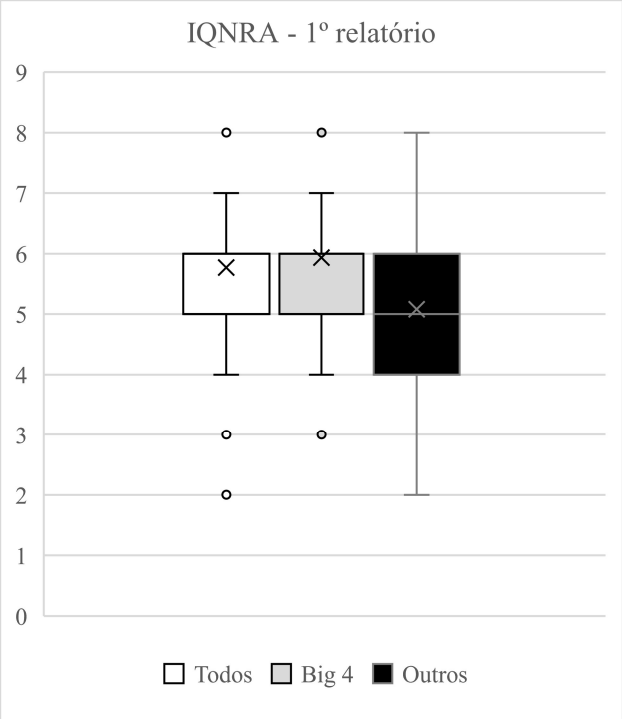
Como ferramenta adicional para análise, são apresentados a seguir os gráficos de frequência das notas do IQNRA, distribuídas pelos grupos "Total", "Big 4" e "Outros", considerando os relatórios do 1º e 2º ano de implementação (Figura 3), além do bopxplot para cada um dos grupos, nos dois períodos (Figura 2).

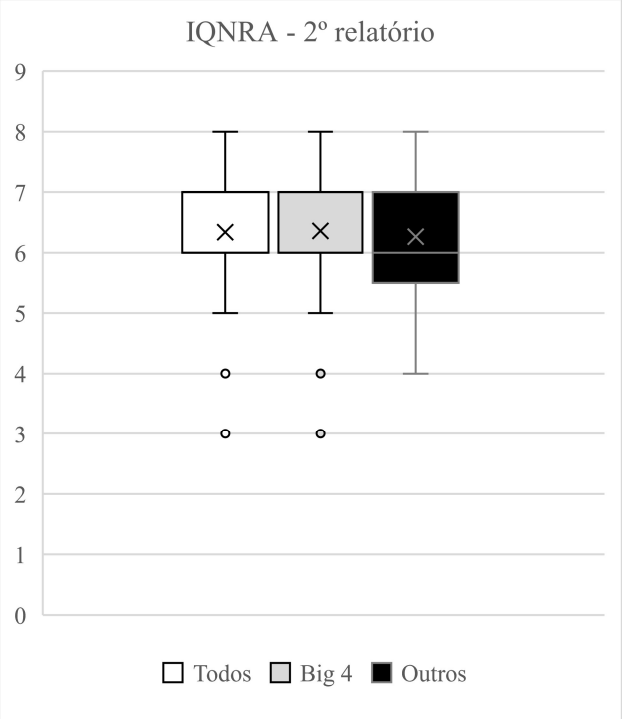
A análise das Figuras 2 e 3 permite observar:

- no grupo de todas as empresas de auditoria: no primeiro relatório, a distribuição está mais próxima da curva normal (formato de sino, simétrico), com frequência concentrada principalmente na nota 6,00, mínimo em 2,00 e máximo em 8,00. A média é de 5,77, com mediana em 6,00. Para o segundo relatório, a distribuição sofre um deslocamento para a direita (aumento das notas e, portanto, da qualidade dos reportes), passando a ter como nota mínima 3,00, e como maior ocorrência de frequência (ou moda) a nota 7,00. A nota máxima segue em 8,00, mas a média passa a 6,34, com mediana em 7,00;
- para o grupo "Big 4": nota-se comportamento bastante similar ao descrito acima, para o grupo de todas as empresas (o que tem relação com o fato da maioria das 189 empresas analisadas ser auditada e compor esse grupo específico – o comportamento das empresas auditadas por empresa "Big 4" influencia diretamente o comportamento do grupo total). A distribuição dos relatórios iniciais é próxima da curva normal, simétrica, com mínimo em 3,00, máximo em 8,00, moda em 6,00, média em 5,93 e mediana em 6,00. Para os relatórios seguintes, há um deslocamento para a direita (aumento das notas/qualidade):

mínimo e máximo se mantém em 3,00 e 8,00, respectivamente; moda passa a 7,00, média a 6,36 e mediana a 7,00;

Figura 2 – Boxplot e medidas resumo: IQNRA para os grupos “Total”, “Big 4” e “Outros”



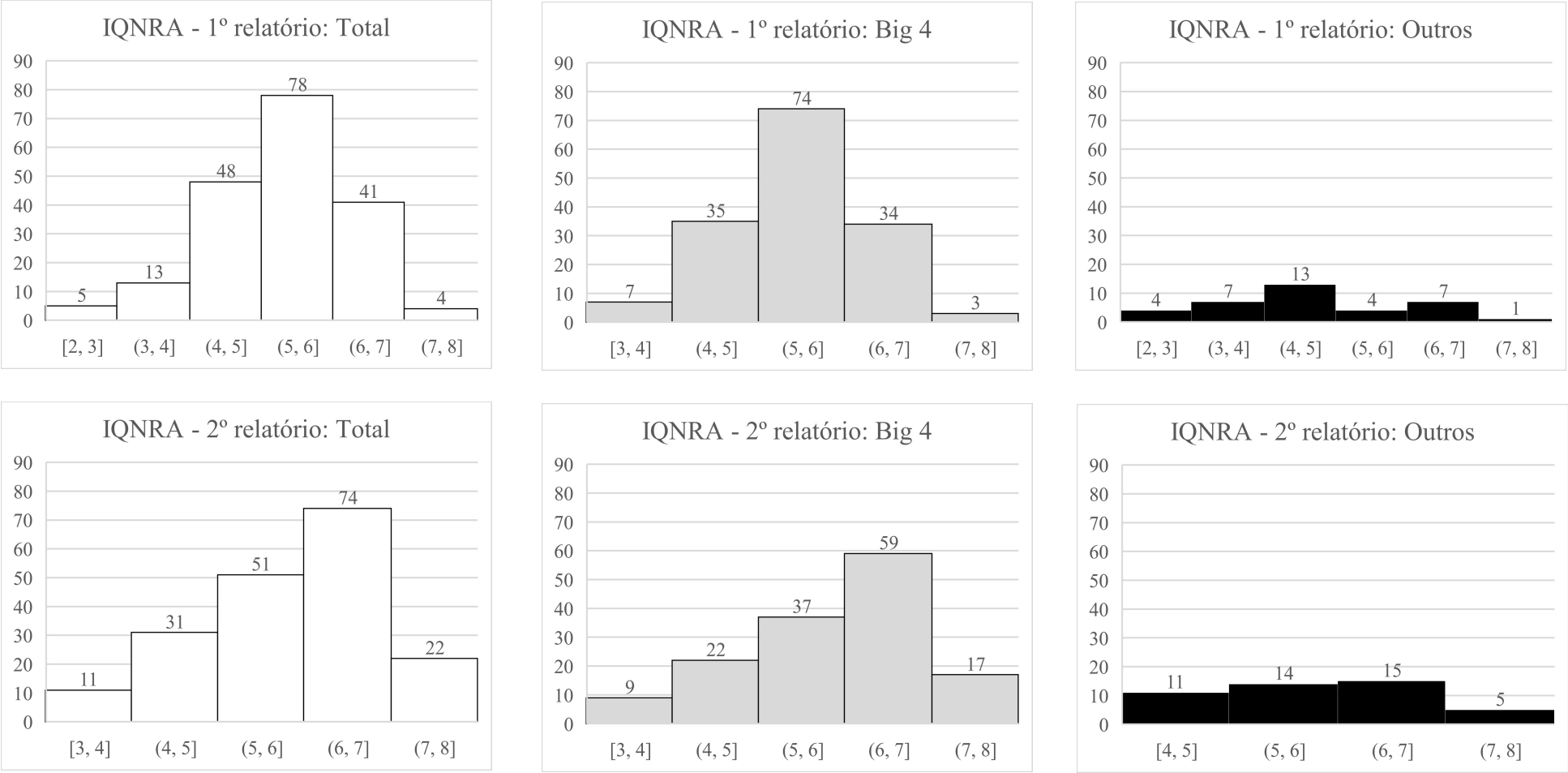


IQNRA	Total	Big 4	Outros
# empresas	189	153	36
Média	5,77	5,93	5,08
Mínimo	2,00	3,00	2,00
Máximo	8,00	8,00	8,00
Q1	5,00	5,00	4,00
Q2 (mediana)	6,00	6,00	5,00
Q3	6,00	6,00	6,00
J = Q3 - Q1	1,00	1,00	2,00
Limite Inferior	4,00	4,00	2,00
Limite Superior	7,00	7,00	8,00
Amplitude	6,00	5,00	6,00
Variância	1,13	0,74	2,19
Desvio Padrão	1,06	0,86	1,48

IQNRA	Total	Big 4	Outros
# empresas	189	144	45
Média	6,34	6,36	6,27
Mínimo	3,00	3,00	4,00
Máximo	8,00	8,00	8,00
Q1	6,00	6,00	5,50
Q2 (mediana)	7,00	7,00	6,00
Q3	7,00	7,00	7,00
J = Q3 - Q1	1,00	1,00	1,50
Limite Inferior	5,00	5,00	4,00
Limite Superior	8,00	8,00	8,00
Amplitude	5,00	5,00	4,00
Variância	1,17	1,19	1,08
Desvio Padrão	1,08	1,09	1,04

Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 3 – Gráfico de frequência: IQNRA para os grupos “Total”, “Big 4” e “Outros”



Fonte: Elaborada pela autora.

- no grupo “Outros”: não é possível observar uma distribuição próxima da normal ou algo similar – a quantidade de empresas é menor e a distribuição de notas não apresenta uma tendência específica. A distância interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) é maior que a observada nos outros dois grupos – devido a grande variabilidade, sem comportamento específico/tendência das notas. A média e mediana são menores que as observadas no grupo “Big 4”, com 5,08 e 5,00 no primeiro relatório e 6,27 e 6,00 no segundo.

4.1.2. Setor econômico da entidade auditada

Como mencionado anteriormente, as 189 empresas componentes da amostra estão divididas em 87 classificações diferentes de setor econômico – subsetor – segmento. Considerando um grupo menos granular, categorizado apenas pelo setor, tem-se 11 diferentes classes.

Foram preparadas duas diferentes tabelas de resultado, com as granularidades mencionadas acima. Na Tabela 8, tem-se a apresentação dos IQNRA médio, mínimo e máximo observados para cada um dos 11 setores econômicos contidos na amostra. De forma adicional, para uma exploração mais detalhada, foi preparada a tabela com as divisões e apresentação para cada um dos 87 segmentos (combinação setor econômico – subsetor – segmento), vide Apêndice C. Como os segmentos tiveram uma quantidade, em geral, pequena de empresas analisadas, torna-se mais difícil a análise e formação de conclusão.

Quanto a qualidade dos reportes, quando levado em consideração os setores em que as empresas auditadas estão alocadas, nota-se que não há um setor econômico com maior destaque e que permaneça com os melhores índices, quando analisados os dois primeiros anos de adoção do Novo Relatório do Auditor Independente. No primeiro ano, as médias por setor variaram de 5,00 (Não classificados – aqui, vale ressaltar que estão locadas as empresas em fase pré-operacional e, por isso, ainda não classificadas em algum setor específico na bolsa de valores) a 6,25 (Tecnologia da Informação), com média geral 5,77. Outros dois setores com destaque no primeiro ano foram Consumo Cíclico (6,09) e Petróleo, Gás e Biocombustível (5,82), completando a lista dos três setores com melhor qualidade de reporte. Já no segundo ano, nota-se que os relatórios desses três setores (além do setor de Telecomunicação) tiveram pouca ou nenhuma evolução no índice de qualidade dos reportes (em alguns casos, notou-se a emissão de relatório do auditor no mesmo formato e com mesmo conteúdo geral do ano anterior, por isso, pouca evolução/melhoria foi notada), permitindo que os relatórios de outros setores

ganhassem destaque. Os setores que apresentaram maiores níveis de alteração e melhora nos reportes do auditor foram, além do Não classificado (que no primeiro ano de análise tinha a pior média de IQNRA, e no segundo ano apresentou o maior aumento do índice, com 1,17), Utilidade Pública (aumento de 1,05), Materiais Básicos (0,90) e Consumo não Cíclico (0,93), passando a ser, respectivamente, os três setores com melhor qualidade em seus relatórios de auditoria.

Tabela 8 – IQNRA médio, mínimo e máximo por setor econômico

	IQNRA (1º relatório)				IQNRA (2º relatório)				
Setor	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	Diferença
Tecnologia da Informação	4	6,25	5,00	7,00	4	6,25	5,00	7,00	-
Consumo Cíclico	47	6,09	4,00	8,00	47	6,32	4,00	8,00	0,23
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11	5,82	5,00	8,00	11	6,00	4,00	8,00	0,18
Financeiro e Outros	29	5,79	4,00	7,00	29	6,21	4,00	8,00	0,42
Bens Industriais	26	5,73	2,00	7,00	26	6,38	3,00	8,00	0,65
Telecomunicações	3	5,67	4,00	7,00	3	5,67	5,00	7,00	-
Materiais Básicos	20	5,65	3,00	7,00	20	6,55	5,00	8,00	0,90
Consumo não Cíclico	15	5,60	2,00	8,00	15	6,53	4,00	8,00	0,93
Utilidade Pública	20	5,55	5,00	7,00	20	6,60	4,00	8,00	1,05
Saúde	8	5,50	4,00	7,00	8	6,13	5,00	7,00	0,62
Não classificados	6	5,00	3,00	6,00	6	6,17	5,00	7,00	1,17
Total	189	5,77	2,00	8,00	189	6,34	3,00	8,00	0,57

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação aos setores, portanto, não é possível afirmar que há um grau de relacionamento entre o tipo de empresa auditada (setor econômico) e a qualidade de reporte de seus auditores. A ordem de classificação entre os relatórios com maior qualidade, por setor, apresenta grande variação entre o primeiro e segundo anos de análises, bem como diferentes níveis de evolução/melhoria (é importante ressaltar que (i) não houve piora no indicador para nenhum setor, mas (ii) em alguns casos, notou-se a apresentação do mesmo formato e conteúdo no relatório, não havendo melhoria).

4.2. Pontos positivos, detratores e melhorias

Para aprofundamento no tema de qualidade dos reportes e entendimento quanto aos pontos positivos e possíveis detratores, bem como observação do processo de melhoria, analisou-se o resultado da pontuação de cada questão componente do IQNRA para os dois primeiros anos de implementação do Novo Relatório do Auditor Independente. A Tabela 9, preparada para esse propósito, apresenta os resultados por questão para as nove questões, por empresa de auditoria, podendo oferecer conclusões a respeito dos esforços de melhoria de cada uma ou do grupo a que pertencem ("Big 4" ou "Outros").

Adicionalmente, a Tabela 10 resume os resultados para o questionamento 10, aplicado somente no segundo ano de análise, por tratar de tema comparativo.

Vale novamente ressaltar que as questões são binárias, que assumem valor 1 (um) quando evidenciam atendimento ao requisito/qualidade do relatório do auditor (e a resposta à pergunta é sim) e 0 (zero) na existência de evidências de problemas de qualidade (e a resposta é não). Dessa forma, quanto maior a soma de itens em cada questão, maior a quantidade de atendimentos aos requisitos analisados.

As análises e conclusões foram segregadas por tema, apresentadas a seguir.

4.2.1. Requisitos dos normativos

Nesse assunto, consideram-se os resultados das questões 1 e 2, que tratam, respectivamente, dos requisitos de apresentação dos Principais Assuntos de Auditoria (como o texto de introdução indicado na norma, subtítulo adequado, referência cruzada com as demonstrações financeiras, motivo pelo qual o assunto foi considerado relevante e como o tema foi tratado na auditoria), e da correta apresentação dos assuntos relacionados à opinião modificada ou incerteza relevante relativa a continuidade operacional da entidade, e PAAs (temas que dão origem à opinião modificada ou relacionam-se à continuidade operacional devem ser apresentados de acordo com normativas próprias, a saber, NBC TA 705 e NBC TA 570, respectivamente; não devendo compor a seção de PAAs).

No primeiro ano de implementação das novas normas relativas ao Novo Relatório do Auditor Independente, foram verificados 151 casos em que os reportes atendiam plenamente aos requisitos de apresentação (para as 38 empresas que não atendiam, os dois principais detratores eram a descrição incompleta/ não específica dos motivos pelos quais os temas foram considerados relevantes e a não inclusão das referências cruzadas com as demonstrações financeiras). Para o segundo ano, essa quantidade aumentou para 166, com detratores similares

Tabela 9 – Avaliação das diferentes questões/requisitos do IQNRA (somatório)

	IQNRA (1º relatório)										IQNRA (2º relatório)									
	# relatórios	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	# relatórios	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9
Big 4	153	133	147	35	58	128	124	152	-	131	144	132	142	42	141	96	114	144	-	122
Deloitte Touche Tohmatsu	22	15	21	5	3	21	19	21	-	21	14	13	14	5	13	11	11	14	-	13
Ernst & Young	36	32	35	11	4	34	29	36	-	33	41	34	41	18	40	25	33	41	-	36
KPMG Auditores Independentes	58	54	56	11	14	50	48	58	-	51	57	55	57	12	57	41	46	57	-	52
PricewaterhouseCoopers	37	32	35	8	37	23	28	37	-	26	32	30	30	7	31	19	24	32	-	21
Outros	36	18	32	11	15	22	20	36	-	29	45	34	38	16	37	29	26	45	-	40
Acal Auditores Independentes S/S	2	1	2	-	1	2	2	2	-	2	1	-	1	-	-	1	1	1	-	1
Audipec – Auditoria e Perícia Contábil S/S	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-
BDO RCS Auditores Independentes	13	4	13	6	7	6	9	13	-	10	14	12	12	6	14	6	7	14	-	10
Berkan Auditores	1	1	1	1	1	-	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1
BKR – Lopes, Machado Auditores	1	1	1	-	-	1	1	1	-	1	1	1	1	-	1	1	1	1	-	1
Boucinhas, Campos & Conti Aud. Ind.	1	-	1	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coutinho & Associados Aud. Ind. S/S	1	1	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grant Thornton Auditores Independentes	6	4	6	-	-	5	3	6	-	5	12	11	11	2	12	9	9	12	-	12
JPPS Auditores Independentes S/S	1	1	1	1	1	-	-	1	-	-	1	1	1	1	1	-	-	1	-	1
LCC Auditores Independentes	1	-	1	-	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mazars Auditores Independentes	1	1	1	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nelson de Almeida Costa – Auditor Ind.	1	1	1	-	-	1	-	1	-	1	1	1	1	-	-	1	-	1	-	1
Padrão Auditoria S/S	1	-	1	1	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partnership Auditores Independentes S.S.	1	1	1	-	1	1	1	1	-	1	2	2	2	-	2	2	1	2	-	2
Sappia Auditores e Consultores	1	-	-	-	1	1	-	1	-	1	1	-	-	-	1	1	1	1	-	1
Siqueira & Associados – Aud. Independentes	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tríade Auditores Independentes	1	-	-	-	-	1	1	1	-	1	1	-	-	-	-	1	1	1	-	1
Verdus Auditores Independentes	1	1	-	1	1	-	-	1	-	-	1	1	1	1	1	-	1	1	-	1
Alpha Auditores Independentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	1
Baker Tilly Brasil RS Aud. Independentes S/S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	1	-	1
Crowe Horwath Bendoraytes & Cia. Aud. Ind.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	1	-	1
Crowe Horwath Macro Aud. Independentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	1	1	1	-	1
Holder Auditores Independentes S/S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	1	-	1	-	1
Martinelli Auditores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1	1	1	-	1
Nara- Koiseki Auditores Independentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	-	1	-	1
RSM Brasil Auditores Independentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	-	1	1	-	1
Total	189	151	179	46	73	150	144	188	-	160	189	166	180	58	178	125	140	189	-	162

Fonte: Elaborada pela autora.

aos verificados no ano anterior (para os 23 casos de não atendimento).

Quanto à correta apresentação dos assuntos relacionados à opinião modificada e incerteza quanto à continuidade operacional, foram verificados apenas 10 casos com inconsistência (179 conformidades), como apresentação de PAA mencionando a continuidade operacional. Para o segundo ano, verificou-se situação bastante similar, com 9 casos fora do padrão esperado (e 180 relatórios sem desvios).

Não foi verificada qualquer relação específica quanto aos auditores responsáveis e os problemas de qualidade mencionados acima.

Apesar da quantidade de inconsistências observada não ser extremamente alta (e ainda considerando as melhorias e ajustes feitos para o segundo ano), este é um tema que exige a atenção das empresas de auditoria, companhia auditadas, participantes do mercado interessados nas demonstrações financeiras e relatório do auditor independente, bem como reguladores, dado que essas são questões normativas e que representam os requisitos mandatórios de atendimento.

4.2.2. Divulgação voluntária: efeitos financeiros e resultados dos procedimentos

A análise deste tema é subsidiada pelos resultados das questões 3 e 4 que compõem o IQNRA, tratando da divulgação voluntária dos possíveis efeitos financeiros e valores relacionados a cada PAA, e indicação do resultado dos procedimentos realizados. Apesar de não obrigatória, a apresentação dessas informações foi indicada como uma característica/requisito desejável por parte dos participantes de mercado entrevistados nas pesquisas internacionais revisadas.

Com relação aos efeitos financeiros, verificou-se uma baixa incidência e pouca melhora nos dois anos em análise (no primeiro ano, apenas 46 relatórios divulgaram os possíveis efeitos financeiros e valores relacionados, e no segundo ano, 58 relatórios). Assim, ainda há muito espaço para desenvolvimento e melhoria neste quesito.

Já quanto às divulgações dos resultados dos procedimentos, verificou-se uma evolução importante (a maior entre todos os quesitos analisados). Do primeiro para o segundo ano, a diferença observada é de 105 casos adicionais contendo as descrições dos resultados (no primeiro ano, 73 relatórios continham a conclusão sobre os testes realizados – destaque para a PwC, que apresentava o requisito em todos os seus relatórios; passando, no segundo ano, para

178 casos contendo tal divulgação – apenas 11 relatórios não divulgavam os resultados de procedimentos, sem uma concentração específica relacionada às empresas de auditoria ou grupo a que pertencem.

Em resumo, enquanto o tema da divulgação dos resultados dos procedimentos de auditoria realizados já alcançou grande desenvolvimento, a divulgação dos valores e possíveis efeitos financeiros relacionados aos temas relevantes ainda exige a atenção dos auditores e maiores esforços para atendimento deste requisito desejável.

4.2.3. Tamanho dos reportes e quantidade e conteúdo dos Principais Assuntos de Auditoria (risco padrão de auditoria)

A questão 5 do IQNRA trata do tamanho do relatório. Conforme descrito na seção que explica a formulação e embasamento para os questionamentos, há uma preocupação com a quantidade de informações, concisão/extensão dos relatórios (o desejável é que se apresente informações relevantes aos usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor, porém, de forma concisa e equilibrada para que os reportes não tornem-se extensos demasiadamente e, com isso, os usuários não leiam o relatório por completo).

Com base nas informações coletadas dos relatórios que compõem a amostra, a média de extensão dos reportes era 4,58 no primeiro ano, e 4,90 no segundo. Como visto, houve um aumento no tamanho dos reportes.

Observando o resultado do questionamento, enquanto no primeiro ano apenas 39 reportes tinham tamanho diferente de quatro ou cinco páginas (150 reportes tinham extensão entre 4 e 5 páginas), no segundo ano, eram 64 relatórios fora desse padrão (125 atendendo ao intervalo definido). Esse aumento foi verificado, principalmente, para empresas componentes do “Big 4” (passando de 25 para 48 relatórios fora do padrão de quatro a cinco páginas) e pode ter sido motivado pela apresentação de mais informações/ descrições mais detalhadas a partir do segundo ano.

Este ponto não representa necessariamente um problema (dado que em alguns casos, o aumento do tamanho do reporte pode trazer ainda mais informações a seus usuários, o que pode ser desejável pelo lado destes), mas exige certa atenção, para que os relatórios não tornem-se muito grandes (acima do desejável).

Quanto à quantidade dos PAAs (questão 6, que sugere a divulgação de dois a quatro temas como Principais Assuntos de Auditoria) e possível menção de riscos mandatórios de auditoria (como “fraude em receitas” e “controles burlados pela administração”) - mas que podem não ser relevantes para a entidade auditada - como PAAs (questão 7), foram verificados resultados similares nos dois anos de análise.

A quantidade média de PAAs reportados teve uma pequena redução entre o primeiro e segundo anos em análise, passando de 2,81 para 2,74. Comparadas às médias internacionais apresentadas nos estudos revisados e apresentados no marco teórico desta pesquisa (vide Tabela 2), a quantidade não se distancia da experiência observada em outros países (também com média próxima a dois assuntos por relatório, exceto para o Reino Unido, com médias acima de 3 tópicos).

No primeiro ano, 45 empresas de auditoria publicaram quantidade de PAAs diferente do padrão sugerido, de dois a quatro assuntos; destas, 27 casos com menos de dois temas (sendo 13 empresas auditadas em situação diferente de operacional, ou seja, em fase pré-operacional, paralisada ou em recuperação judicial) e 18 com mais de quatro assuntos reportados (sendo 16 empresas componentes do IBrX 50 ou IBrX 100, ou seja, dentre as empresas com maiores volumes de negociação na bolsa de valores e, portanto, com necessidade de apresentação de mais informações; com destaque para os relatórios da Petrobrás (8 PAAs), JBS S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (7 PAAs cada), todas representando entidades em circunstâncias ou ambiente/setor complexos).

No segundo ano, dos 49 relatórios com quantidade de PAAs diferente do padrão sugerido, de dois a quatro assuntos, 28 casos tinham menos de dois temas (17 empresas auditadas em situação diferente de operacional, ou seja, em fase pré-operacional, paralisada ou em recuperação judicial) e 21 com mais de quatro assuntos reportados (sendo 18 empresas componentes do IBrX 50, IBrX 100 ou IBrA; e destaque para as mesmas empresas mencionadas no parágrafo acima, com as maiores quantidades de PAAs reportadas, entre seis e sete temas).

Quanto à menção de “fraude em receitas” e “controles burlados pela administração” (que são riscos mandatórios para o processo de auditoria, mas não necessariamente representam um assunto relevante na empresa auditada), foi verificada uma única incidência, no primeiro ano de reporte analisado, não repetido no segundo ano, portanto, não sugerindo maiores atenções.

Assim como no caso do tamanho dos relatórios, a quantidade de assuntos mencionados como relevantes em padrão diferente do sugerido no questionamento utilizado no índice não representa um problema de qualidade, mas sugere atenção por parte dos auditores, para que os reportes atendam às expectativas de seus usuários e, caso se distanciem muito da prática observada na experiência internacional, seja verificada e discutida.

4.2.4. Divulgação voluntária: materialidade e escopo

A divulgação de informações quanto à materialidade e escopo utilizados na auditoria é item mandatório, dentre os países que tiveram estudos realizados e revisados nesta pesquisa, apenas no Reino Unido. Apesar disso, diversos entrevistados das pesquisas internacionais mencionaram essas informações como desejáveis. Esse requisito foi avaliado através da questão 8 do IQNRA.

De forma direta e resumida: nenhum relatório observado em nossa amostra apresentou detalhes da materialidade ou escopo utilizados na auditoria. Este é mais um item com espaço para melhoria, atendendo ao requerido e desejado pelos usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente.

4.2.5. Linguagem utilizada

Indo para a questão 9, passamos à análise da linguagem utilizada nos relatórios selecionados para a amostra. Nesse sentido, o objetivo era identificar se os reportes apresentavam o uso de termos incorretos ou muito técnicos (desnecessariamente).

Nos dois períodos, foram verificadas situações relacionadas, principalmente, ao uso do termo "provisão" para contas do ativo ("provisão para créditos de liquidação duvidosa") e termos em inglês que poderiam ser substituídos por palavras em português, sem perda de sentido e facilitando o entendimento por parte de usuários sem conhecimento razoável de auditoria e parte destes jargões (*impairment, hedge, unbilled*). No total, foram apontados 29 relatórios com alguma destas situações no primeiro ano em análise (18 reportes de empresas auditadas por empresa "Big 4" e constante das listas IBrX 50, IBrX 100 ou IBrA), e 27 no segundo (19 relatórios de empresas auditadas por "Big 4" e componentes das listas de índices da B3). Portanto, nos dois anos, a concentração está, em especial, entre as maiores empresas de auditoria ("Big 4"), ao auditar as grandes entidades de capital aberto do país, o que pode ter

relação com o fato destes auditores terem grande repertório técnico e atenderem as maiores entidades de capital aberto do país (supostamente, com investidores mais qualificados e com maior conhecimento de mercado).

Este é mais um item que exige a atenção dos auditores para que as expectativas dos usuários das demonstrações financeiras e reportes de auditoria sejam atendidas.

4.2.6. Alterações em PAAs do primeiro para o segundo ano

Neste tópico, será tratada a questão 10, que foi aplicada somente no segundo ano em análise, por explorar a existência de menções comparativas quanto às alterações em PAAs do primeiro para o segundo ano de implementação do novo relatório e suas normas. Essa foi mais uma característica indicada como desejável pelos entrevistados nos estudos internacionais.

Tabela 10 – Avaliação da questão/requisito 10 do IQNRA (somatório)

	IQNRA (2º relatório)	
Auditor	# relatórios	Q10
Big 4	144	20
Deloitte Touche Tohmatsu	14	-
Ernst & Young	41	-
KPMG Auditores Independentes	57	-
PricewaterhouseCoopers	32	20
Outros	45	2
Acal Auditores Independentes S/S	1	-
Alpha Auditores Independentes	1	-
Audipec - Auditoria e Perícia Contábil S/S	1	-
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S	1	-
BDO RCS Auditores Independentes	14	1
Berkan Auditores	1	-
BKR - Lopes, Machado Auditores	1	-
Crowe Horwath Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes	1	-
Crowe Horwath Macro Auditores Independentes	1	-
Grant Thornton Auditores Independentes	12	-
Holder Auditores Independentes S/S	1	-
JPPS Auditores Independentes S/S	1	-
Martinelli Auditores	1	-
Nara- Koiseki Auditores Independentes	1	-
Nelson de Almeida Costa - Auditor Independente	1	-
Partnership Auditores Independentes S.S.	2	-
RSM Brasil Auditores Independentes	1	-
Sappia Auditores e Consultores	1	-
Tríade Auditores Independentes	1	-
Verdus Auditores Independentes	1	1
Total	189	22

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 10, acima, apresenta os resultados observados, destacando que 167 relatórios não apresentavam indicações comparativas entre os dois anos dos reportes. Apenas 22 relatórios incluíram tal tipo de menção, com concentração, principalmente, nos reportes emitidos pela PricewaterhouseCoopers, responsável por 20 destes itens.

Assim, este é mais um item com espaço para melhorias.

4.3. Quantidade de PAAs reportados

Como análise adicional, verificou-se a quantidade média de PAAs reportados, segregada (i) por auditores e (ii) por setor econômico, permitindo a análise de influência/concentração por estas características e, ainda, comparações com os estudos internacionais revisados, bem como outros realizados no Brasil, voltados a questão da quantidade e principais temas tratados.

4.3.1. Tamanho das empresas de auditoria

A quantidade média total de assuntos reportados por relatório, para os dois anos em análise, foi de 2,81 (com variações de zero a oito assuntos reportados) e 2,74 (variação entre zero e sete Principais Assuntos de Auditoria), respectivamente para o primeiro e segundo anos. Vale ressaltar que esses valores não se distanciam muito da experiência internacional verificada (vide Tabela 2). Passando à exploração com relação às empresas de auditoria, nota-se que as maiores empresas de auditoria ("Big 4") apresentaram nos dois anos quantidades maiores de PAAs do que as empresas classificadas no grupo "Outros". Esse apontamento pode ter relação com o fato das maiores empresas de capital aberto do país, em geral, de setores econômicos mais complexos (ou envolvidas em situações específicas complexas, como as investigações e operações atuais realizadas no país e envolvendo algumas das empresas contidas na amostra), serem auditadas por esses entes.

Nos dois anos, verificou-se que a PwC foi a empresa "Big 4" com maior quantidade de assuntos reportados por relatório. A empresa é responsável pela auditoria de algumas das empresas com maior quantidade de temas relevantes divulgados, como a Petrobrás (apenas em 2016) (8), a Itaú Unibanco Holding S.A. (7 e 6, em 2016 e 2017) e o Banco Santander (Brasil) S.A. (7 nos dois anos).

Tabela 11 – Quantidade média, mínima e máxima de PAAs reportados, por auditor

	# de PAAs (1º relatório)				# de PAAs (2º relatório)			
Auditor	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
Big 4	153	2,95	-	8	144	2,94	0	7
PricewaterhouseCoopers	37	3,30	-	8	32	3,13	1	7
Ernst & Young	36	2,89	1	5	41	2,95	0	5
Deloitte Touche Tohmatsu	22	2,82	1	5	14	2,29	0	5
KPMG Auditores Independentes	58	2,81	-	7	57	3,00	0	7
Outros	36	2,22	-	7	45	2,07	0	6
Verdus Auditores Independentes	1	5,00	5	5	1	-	0	0
Boucinhas, Campos & Conti Aud. Ind.	1	4,00	4	4	0	-	0	0
Acal Auditores Independentes S/S	2	3,00	3	3	1	3,00	3	3
BKR - Lopes, Machado Auditores	1	3,00	3	3	1	3,00	3	3
Tríade Auditores Independentes	1	3,00	3	3	1	2,00	2	2
Grant Thornton Auditores Independentes	6	2,83	1	5	12	2,25	1	4
BDO RCS Auditores Independentes	13	2,46	-	7	14	2,29	0	6
LCC Auditores Independentes	1	2,00	2	2	0	-	0	0
Partnership Auditores Independentes S.S.	1	2,00	2	2	2	1,50	1	2
Coutinho & Associados Aud. Ind. S/S	1	1,00	1	1	0	-	0	0
Mazars Auditores Independentes	1	1,00	1	1	0	-	0	0
Nelson de Almeida Costa - Auditor Ind.	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1
Padrão Auditoria S/S	1	1,00	1	1	0	-	0	0
Sappia Auditores e Consultores	1	1,00	1	1	1	2,00	2	2
Siqueira & Associados - Aud. Independentes	1	1,00	1	1	0	-	0	0
Audipec - Auditoria e Perícia Contábil S/S	1	-	-	-	1	-	0	0
Berkan Auditores	1	-	-	-	1	-	0	0
JPPS Auditores Independentes S/S	1	-	-	-	1	-	0	0
Alpha Auditores Independentes	-	-	-	-	1	1,00	1	1
Baker Tilly Brasil RS Aud. Independentes S/S	-	-	-	-	1	6,00	6	6
Crowe Horwath Bendoraytes & Cia. Aud. Ind.	-	-	-	-	1	5,00	5	5
Crowe Horwath Macro Auditores Independentes	-	-	-	-	1	2,00	2	2

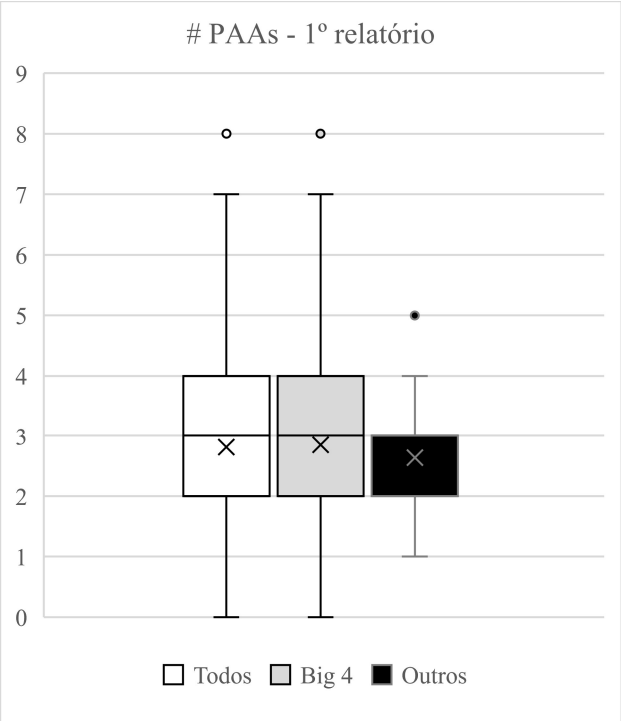
	# de PAAs (1º relatório)				# de PAAs (2º relatório)			
Auditor	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
Holder Auditores Independentes S/S	-	-	-	-	1	1,00	1	1
Martinelli Auditores	-	-	-	-	1	2,00	2	2
Nara- Koiseki Auditores Independentes	-	-	-	-	1	1,00	1	1
RSM Brasil Auditores Independentes	-	-	-	-	1	2,00	2	2
Total	189	2,81	-	8	189	2,74	-	7

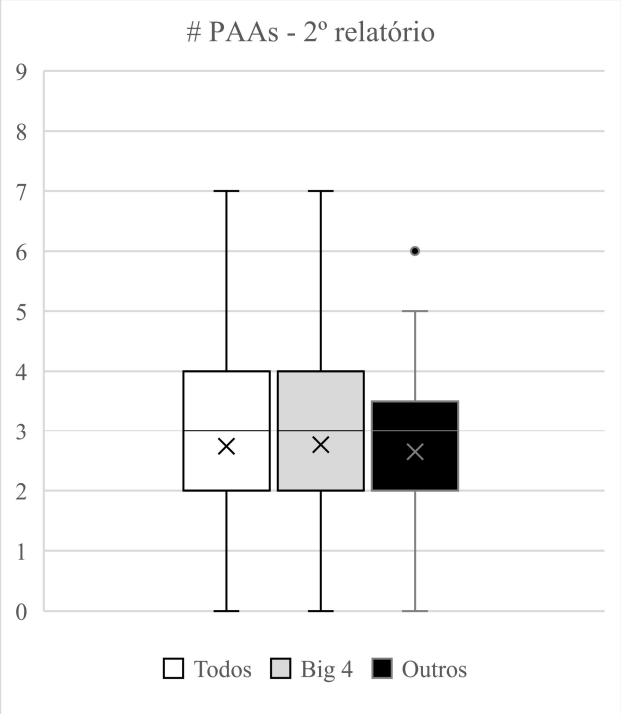
Fonte: Elaborada pela autora.

4.3.1.1.Dados estatísticos: gráficos e boxplot

Ainda para a análise da quantidade de PAAs foram preparados gráficos de frequência (Figura 5) e boxplots (Figura 4), segregando-os por grupos de acordo com o tamanho da empresa de auditoria ("Big 4" e "Outros"), além das médias e quantidades para todas as observações, para os dois grupos de reportes (primeiro e segundo relatórios).

Figura 4 – Boxplot e medidas resumo: Quantidade de PAAs para os grupos "Total", "Big 4" e "Outros"



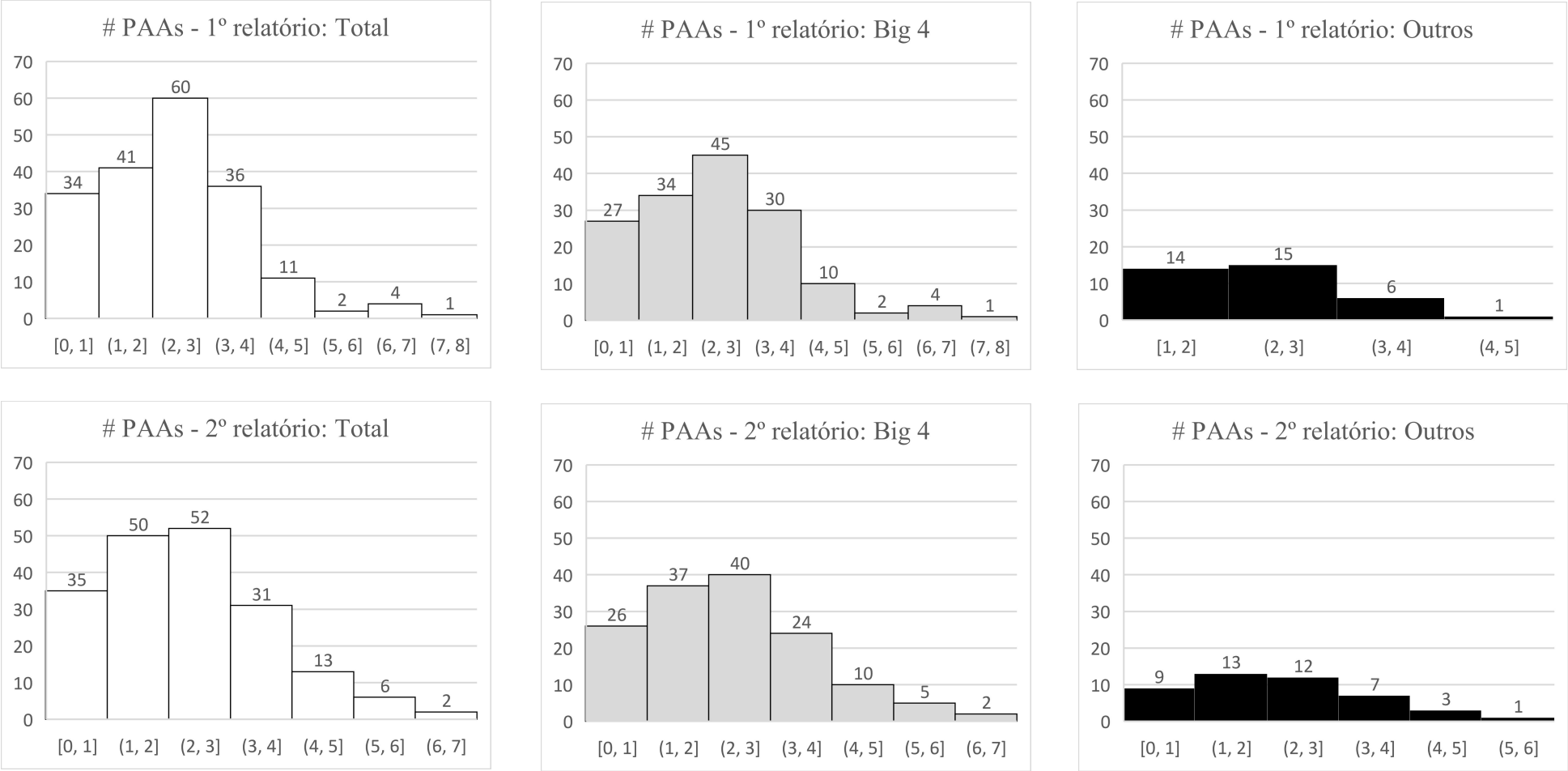


# PAAs	Total	Big 4	Outros
# empresas	189	153	36
Média	2,81	2,85	2,64
Mínimo	0,00	0,00	1,00
Máximo	8,00	8,00	5,00
Q1	2,00	2,00	2,00
Q2 (mediana)	3,00	3,00	3,00
Q3	4,00	4,00	3,00
J = Q3 - Q1	2,00	2,00	1,00
Limite Inferior	0,00	0,00	1,00
Limite Superior	7,00	7,00	4,00
Amplitude	8,00	8,00	4,00
Variância	2,21	2,45	1,12
Desvio Padrão	1,49	1,57	1,06

# PAAs	Total	Big 4	Outros
# empresas	189	144	45
Média	2,74	2,76	2,64
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	7,00	7,00	6,00
Q1	2,00	2,00	2,00
Q2 (mediana)	3,00	3,00	3,00
Q3	4,00	4,00	3,50
J = Q3 - Q1	2,00	2,00	1,50
Limite Inferior	0,00	0,00	0,00
Limite Superior	7,00	7,00	5,00
Amplitude	7,00	7,00	6,00
Variância	2,17	2,32	1,70
Desvio Padrão	1,47	1,52	1,30

Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 5 – Gráfico de frequência: Quantidade de PAAs para os grupos “Total”, “Big 4” e “Outros”



Fonte: Elaborada pela autora.

As Figuras 4 e 5 permitem observar que:

- para o grupo de empresas auditadas por "Big 4" e, de maneira similar, os valores totais (especialmente impactado por esse grupo, por ter maior representatividade na amostra): para o grupo de reportes inciais, a quantidade de PAAs em cada relatório teve como valor mais frequente (moda) 3,00, mínimo 0,00 e máximo 8,00, sendo a distribuição concentrada à esquerda. A média observada foi de 2,85 ("Big 4") e 2,81 ("Total"), com desvio padrão de 1,49 e 1,57, respectivamente. Para o ano seguinte, houve pouca variação – houve uma pequena alteração na concentração das faixas iniciais do gráfico de distribuição (aumento de frequência na faixa entre zero e dois assuntos), na quantidade máxima observada – passando a 7,00, e, por consequência do acima mencionado, vê-se uma redução na quantidade média de PAAs por relatório – 2,76 ("Big 4") e 2,74 ("Total"). Também as medidas de variação (desvio padrão) apresentaram leve queda;
- para o grupo "Outros": foi observada uma menor variabilidade (desvio padrão de 1,06 no primeiro ano e 1,30 no segundo) e amplitude (sempre menor que a do grupo "Big 4", com 4,00 e 6,00 – primeiro e segundo relatórios, respectivamente - contra 8,00 e 7,00 para o grupo das maiores empresas de auditoria). Não é possível afirmar que há uma tendência específica no comportamento/distribuição de frequência do grupo, mas observa-se concentração acentuada à esquerda (valores baixos de PAAs reportados). As quantidades máximas foram 5,00 (primeiro relatório) e 6,00 (segundo). Com isso, as médias vistas também ficam abaixo do grupo das "Big 4" – mas, como mencionado anteriormente, não é possível relacionar esse fato ao tamanho das empresas de auditoria; a complexidade dos setores e situações específicas das empresas auditadas impactam diretamente a quantidade de PAAs incluídos nos relatórios dos auditores.

4.3.2. Setor econômico da entidade auditada

Na análise setorial quanto à quantidade de temas reportados como Principais Assuntos de Auditoria (vide Tabela 12, abaixo), verificou-se que a maioria dos setores apresentou média entre 2 e 3 temas. Nos dois anos em análise, apenas o setor Não classificados (composto por empresas em fase pré-operacional) apresentou média abaixo de dois tópicos reportados. Para o restante dos setores, não há grande discrepância, com as médias variando, no primeiro ano, entre 2,00 (Telecomunicações) e 3,40 (Consumo não Cíclico), e no segundo ano, entre 2,13

(Saúde) e 4,00 (Telecomunicações, que passou do setor com menor para o setor com maior média de assuntos divulgados).

Assim, não é possível afirmar que há influência direta entre setor de atuação da empresa auditada e a quantidade de assuntos reportados como relevantes.

Tabela 12 – Quantidade média, mínima e máxima de PAAs reportados, por setor econômico

	# PAAs (1º relatório)				# PAAs (2º relatório)			
Setor econômico	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
Bens Industriais	26	2,96	-	5,00	26	2,69	-	5,00
Consumo Cíclico	47	2,70	-	5,00	47	2,62	-	6,00
Consumo não Cíclico	15	3,40	-	7,00	15	3,27	-	6,00
Financeiro e Outros	29	2,86	-	7,00	29	2,86	-	7,00
Materiais Básicos	20	2,75	-	5,00	20	2,30	-	5,00
Não classificados	6	1,33	1,00	3,00	6	1,17	1,00	2,00
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11	3,00	-	8,00	11	3,27	1,00	7,00
Saúde	8	2,50	1,00	4,00	8	2,13	-	5,00
Tecnologia da Informação	4	3,25	3,00	4,00	4	2,50	1,00	4,00
Telecomunicações	3	2,00	-	4,00	3	4,00	3,00	6,00
Utilidade Pública	20	2,90	1,00	5,00	20	3,20	1,00	5,00
Total	189	2,81	-	8,00	189	2,74	-	7,00

Uma análise mais granular, considerando os 87 segmentos incluídos na amostra (combinações setor econômico – subsetor – segmento) é apresentada no Apêndice D.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como objetivo identificar o nível de qualidade observado no Novo Relatório do Auditor Independente (NRA), levando-se em consideração (i) alguns dos principais requisitos do novo conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente quanto ao novo modelo de relatório (em especial, relacionados ao reporte dos Principais Assuntos de Auditoria - PAAs), aplicáveis a partir de dezembro de 2016 (auditorias referente a exercícios finalizados em ou após dezembro de 2016), (ii) bem como publicações, características e informações consideradas boas práticas/desejáveis pelos participantes de mercado usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente (colhidas, principalmente, através de estudos internacionais realizados, analisando questões qualitativas dos reportes).

Para o suporte ao tema e formação de plataforma teórica, foram feitas revisões sobre os seguintes temas: (i) o surgimento e objetivos da contabilidade e seus problemas informacionais (conflito de agência e assimetria informacional); (ii) o objetivo da auditoria e as questões de competência e independência (que refletem na probabilidade de reportar ou não exceções e temas relevantes das empresas auditadas); (iii) as recentes mudanças propostas pelas novas (e revisadas) normas internacionais de contabilidade e auditoria (também aplicáveis no Brasil) quanto ao relatório do auditor independente; (iv) os estudos acadêmicos realizados sobre o tema do novo relatório e uma de suas mais relevantes alterações – a comunicação dos PAAs - principais assuntos de auditoria (na norma internacional, chamados de CAMs – "*Critical Audit Matters*", nos Estados Unidos; ou KAMs "*Key Audit Matters*", nos outros países que adotam as normas internacionais de contabilidade); (v) as pesquisas e revisões realizadas por órgãos internacionais diversos sobre o processo de implementação dos novos normativos, analisando os primeiros reportes publicados e conduzindo pesquisas, reuniões, debates e entrevistas com diversos participantes de mercado (investidores, auditores, componentes de comitês de auditoria, entre outros) quanto às suas expectativas e impressões a respeito dos relatórios apresentados, atendimento às regras do novo modelo, pontos positivos e de melhoria; e, finalmente, (vi) a formação do indicador IQUA – Índice de Qualidade das Auditorias, de Braunbeck (2010), que inspirou a composição do indicador utilizado nesse estudo, o IQNRA – Índice de Qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente.

Essas informações, como mencionado, suportaram a formação do IQNRA, indicador composto por dez questões binárias para análise de quesitos de atendimento à norma e características desejáveis apontadas pelos participantes de mercado das pesquisas

internacionais, que foi aplicado a uma amostra de 189 empresas de capital aberto listadas na B3, em 87 diferentes segmentos (11 setores econômicos), para os dois primeiros relatórios publicados pela auditoria em seu novo modelo.

Conforme descrito na seção de Metodologia, o indicador é composto por questões binárias, que assumem valor 1 (um) quando evidenciam atendimento aos requisitos/qualidade do relatório do auditor (e a resposta à pergunta é sim) e 0 (zero) na existência de evidências de problemas de qualidade (e a resposta é não). Dessa forma, quanto maior seja sua expressão numérica, maior a qualidade estimada do relatório avaliado.

Após a avaliação de todos os relatórios, para cada pergunta, o valor total do IQNRA foi sumariado e, então, foram conduzidas as análises para atendimento aos objetivos gerais (verificação do nível de qualidade do Novo Relatório do Auditor Independente) e específicos (quanto a qualidade de reporte e quantidade de assuntos incluídos como relevantes, (a) identificar se há indícios de influência ou concentração por (i) tamanho das empresas responsáveis pela auditoria; ou (ii) setor ou segmento de atuação da empresa auditada; (b) verificar se houve melhora de qualidade do primeiro para o segundo ano de implementação do novo modelo de relatório do auditor independente; e (c) identificar os principais pontos positivos e detratores de qualidade dos relatórios atuais (portanto, itens que ainda precisam de melhorias), também observado a possível influência/concentração por (i) tamanho das empresas responsáveis pela auditoria; ou (ii) setor ou segmento de atuação da empresa auditada). Os principais resultados foram apresentados na seção Resultados e também resumidos abaixo.

Antes de falar efetivamente sobre os índices de qualidade e quantidade de assuntos reportados pelos auditores, vale o comentário sobre o alto grau de concentração dos trabalhos de auditoria entre as maiores empresas do ramo: no primeiro ano, das 189 empresas analisadas, 153 (81,0%) foram auditadas por Big 4; e, no segundo ano, 144 (76,2%). Os percentuais são ainda mais representativos quando segregadas as companhias de capital aberto com maior negociação na bolsa (B3) – componentes dos índices amplos da bolsa: IBrX 50, IBrX 100 e IBrA: dentre as 128 empresas que compõem os índices, 122 (95,3%) e 119 (93,0%), respectivamente para o primeiro e segundo ano de implementação, foram auditadas por “Big 4”. Essa tendência pode relacionar-se com o desejo das empresas auditadas em obter uma certificação de uma grande empresa de auditoria, conferindo-lhe maior credibilidade e confiabilidade no mercado; e teorias como a de DeAngelo (1981b), que relaciona o tamanho do auditor e a qualidade de auditoria (o que, por consequência, também deveria afetar a qualidade do relatório apresentado).

Partindo agora para o nível geral de qualidade observado no Novo Relatório do Auditor Independente, ressalta-se que o índice médio observado foi de 5,77 no primeiro ano e 6,34 no segundo, indicando que, inicialmente, mais de cinco requisitos eram atendidos – por outro lado, mais de três detratores, em média, foram identificados nos reportes na primeira implementação (mais de três características mandatórias ou desejáveis não foram atendidas). Para o segundo ano, houve melhoria e aprendizado, aumentando a média geral em cerca de 0,57 pontos.

Com relação ao tamanho das empresas de auditoria, é possível perceber e relacionar as maiores companhias à maior nível de qualidade (representado por médias de IQNRA maiores que as do grupo "Outros"), em linha com a teoria de DeAngelo (1981b). Já quanto aos setores e segmentos de atuação das entidades auditadas, não parece haver influência ou grau de relacionamento específico.

Quanto aos pontos positivos verificados e detratores, bem como evolução dos relatórios do primeiro para o segundo ano, destacam-se:

- <u>Como principais pontos positivos e de evolução:</u>
    - o alto grau de adoção por parte dos auditores para a divulgação voluntária dos resultados dos procedimentos de auditoria realizados – do primeiro para o segundo ano, 105 relatórios adicionais passaram a apresentar essa informação, com apenas 11 relatórios com a ausência desse tipo de descrição no segundo momento de análise;
    - características gerais de formato (tamanho do relatório e quantidade de assuntos reportados como relevantes) e linguagem (uso de termos incorretos ou excessivamente técnicos, desnecessariamente) não representaram grandes quantidades de inconsistências com relação aos padrões esperados – embora os itens de extensão do relatórios em padrão diferente de quatro a cinco páginas tenham aumentado em 25 casos para o segundo ano, esse quesito não representa necessariamente um problema de qualidade; mas exige a atenção dos preparadores dos relatórios para que não se afaste muito da expectativa dos usuários (e, por exemplo, torne os reportes excessivamente extensos);
- <u>Como itens que apresentaram progressos, mas ainda têm espaço para evolução:</u>
    - nos dois períodos, verificou-se a ocorrência de relatórios que não atendiam completamente aos requerimentos das normas quanto (a) a correta apresentação dos Principais Assuntos de Auditoria (as inconsistências mais recorrentes foram

quanto a descrição incompleta/ não específica dos motivos pelos quais os temas foram considerados relevantes e a não inclusão das referências cruzadas com as demonstrações financeiras) – 38 no primeiro ano de implementação e 23 no segundo; e (b) a correta apresentação dos assuntos relacionados à opinião modificada e incerteza quanto à continuidade operacional, com 10 casos (primeiro ano) e 9 (no segundo) com inconsistência, como apresentação de PAA mencionando a continuidade operacional;

- a divulgação voluntária dos possíveis efeitos financeiros e valores relacionados a cada PAA, apontada como desejável pelos investidores e participantes de mercado, apresentou modesta evolução do primeiro para o segundo ano (apenas 12 relatórios adicionais, aumentando de 46 para 58 relatórios com esse tipo de informação);
- apresentação do comparativo e mudanças nos temas reportados de um ano para outro (no segundo ano de implementação da norma, apenas 22 reportes apresentaram informações comparativas sobre o tema, com destaque para a PwC, responsável por 20 desses relatórios);

- <u>Como principal item que requer melhoria:</u>
  - destaca-se a divulgação voluntária de informações quanto à materialidade e escopo utilizados na auditoria. Este item, mandatório no Reino Unido, mas apenas voluntário no Brasil e outros países que passaram por pesquisas de implementação das novas normas, foi indicado por diversos participantes como desejável e como boa prática. Apesar disso, nos relatórios publicados no Brasil não houve nenhuma divulgação quanto a estes dois tópicos.

Em resumo, portanto, pode-se mencionar as divulgações voluntárias de materialidade, escopo e possíveis valores e efeitos financeiros relacionados a cada PAA como algumas das principais áreas de melhoria no Novo Relatório do Auditor Independente.

Lopes & Martins (2005, p. 1), em suas observações iniciais sobre o objetivo da contabilidade, mencionam que “em geral, os textos tradicionais de contabilidade, no melhor do conhecimento dos autores, enfatizam que a contabilidade deve fornecer informações para uma ampla gama de usuários”. Complementam, porém, afirmando: “podemos observar sem muito

esforço que a contabilidade tem desprezado seu usuário quase de forma absoluta. Sem deixar muitas chances para sua manifestação."

Hendriksen & Van Breda (1999, p. 516), ao falar sobre a divulgação voluntária *versus* a divulgação compulsória de informações financeiras, comentam que:

> É muito forte [...] a opinião de que as empresas divulgarão toda informação necessária para o funcionamento apropriado dos mercados de capitais. Os defensores dessa posição argumentam que, se a informação não for divulgada, isso se deverá apenas ao fato de que é irrelevante para os investidores ou já está disponível de alguma outra forma. O argumento se transfere, portanto, da informação fornecida pelos contadores por meio de dados financeiros a dados complementares.

Adicionam que (Hendriksen & Van Breda,1999, p. 517):

> Outros argumentam que as evidências mostram que as empresas relutam em aumentar o grau de divulgação financeira sem que haja pressão para isso proveniente da comunidade contábil ou do poder público. Atribuem a relutância [...] aos seguintes argumentos, entre outros (incluímos reação a cada argumento):
>
> 1. A divulgação ajudará os concorrentes, em prejuízo dos acionistas. Esse argumento, entretanto, não tem muito mérito, pois os concorrentes geralmente obtêm sua informação de outras fontes.
>
> 2. Afirma-se que a divulgação integral de informação financeira dá aos sindicatos uma vantagem quando da negociação de salários. Entretanto, a divulgação integral geralmente melhora o clima de negociação.
>
> 3. Argumenta-se, com frequência, que os investidores não são capazes de compreender as políticas e os procedimentos contábeis, e que a divulgação completa apenas confundirá, em lugar de esclarecer. Essa alegação também é destituída de fundamento, porque os analistas financeiros e os administradores de carteiras são versados em contabilidade, e outros investidores beneficiam-se do uso de informação financeira num mercado eficiente, ou são capazes de aprender com o estudo de informação financeira publicada.
>
> 4. Um argumento que possui certo mérito é o de que, frequentemente, pode haver outras fontes de informação financeira disponíveis para proporcioná-la a um custo mais baixo do que se fosse fornecida pela empresa em suas demonstrações financeiras.
>
> 5. A falta de conhecimento das necessidades dos investidores também é apresentada como motivo para limitar a divulgação. Dada a possibilidade de existência de muitos modelos de decisão de investimento e a dependência cada vez maior de intermediários da informação, esse motivo não deve ser um fator limitador.

É importante que todos esses pensamentos e argumentos sejam superados e que, para atender aos objetivos de apresentar informações relevantes aos usuários e reforçar a importância e valor da auditoria, as expectativas dos usuários sejam atendidas e esses processos de auditoria e reporte, que de certa forma já apresentam bons resultados nos primeiros anos de

implementação, passem por desenvolvimento e melhoria, focando em itens como estes acima indicados.

Com base no exposto anteriormente, pode-se afirmar que os resultados foram encorajadores no primeiro e segundo anos de implementação das novas normas e publicação do Novo Relatório do Auditor Independente, incluindo a comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria, com bons níveis gerais de qualidade, porém, talvez ainda seja cedo para se falar em consequências e implicações na literatura e mercado, dado que ainda são os primeiros reportes incluindo as alterações e novas seções determinadas pelos normativos que regem o tema, e ainda estão surgindo as primeiras pesquisas que tratam do tópico.

Entende-se que ainda não houve tempo hábil para a completa absorção e consequente impacto sobre o comportamento dos produtores (em especial, empresas de auditoria) e usuários das informações (investidores, reguladores, membros de comitês de auditoria, governo e demais participantes de mercado). São necessários mais tempo e experiência para realizar todo o potencial do novo reporte e desenvolver melhorias práticas que possam atender às necessidades dos investidores e outras partes interessadas, além de impactar o comportamento também destes.

Com o passar dos anos e maturação do processo, novas pesquisas podem ser realizadas:

- análise e definição dos determinantes da qualidade de reporte do Novo Relatório do Auditor Independente (o que pode incluir características da empresa auditora, companhia auditada e da relação entre ambas, apenas como exemplo) e/ou da quantidade de assuntos reportados (ou mesmo dos temas informados, relacionando os tópicos e os saldos/representatividade dos montantes envolvidos);
- análise de como as informações são percebidas pelos usuários e como influenciam os preços dos ativos (magnitude de resposta do mercado acionário) antes e depois da implementação do novo modelo de reporte (comparado aos efeitos dos reportes em seu antigo formato);
- inclusão de outros questionamentos e indicadores de qualidade, complementando o atual índice, com questões relacionadas à forma de apresentação dos relatórios (com tabelas, gráficos e outros recursos visuais que facilitem a visualização e análise dos assuntos); alinhamento entre o conteúdo reportado no relatório do auditor independente e divulgações preparadas pela empresa (demonstrações financeiras e relatório da administração); tempo de relacionamento entre a empresa e o auditor; indícios de

substituição de ênfases e modificações de opinião por Principais Assuntos de Auditoria, entre outras;

- quanto a troca de auditoria, Watts & Zimmerman (1986, p. 324), ao mencionar estudos relacionados ao tema "implicações de alterações em regulamentações de auditoria", destacam a pesquisa realizada por DeAngelo (1982), que tinha como hipótese que as empresas mais afetadas negativamente por normas contábeis são mais suscetíveis a trocar de auditoria que as empresas menos afetadas (essa alteração reduziria os custos de mudança dos procedimentos contábeis e mitigaria os efeitos da norma).Esse poderia ser um tópico de pesquisa incluído no indicador de qualidade ou mesmo tema individual de pesquisa;

- extensão da base amostral e prazo em análise, verificando a evolução ao longo dos anos e permitindo estudos e conclusões mais amplas e profundas;
- aplicação para um setor em especial, como fundos de investimento; com análises mais específicas; e
- aplicação de pesquisa, experimento, e/ou questionário com participantes de mercado interessados no tema e usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente quanto a suas percepções e expectativas para o novo modelo de reporte; pontos positivos e de melhoria; outros tópicos que considerem relevantes e desejáveis, que possam ser incluídos nos reportes; além do valor percebido na auditoria;

oferecendo conclusões cada vez mais robustas sobre os reais efeitos e consequências da implantação do novo reporte, bem como se houve atendimento aos seus objetivos principais de (i) oferecer informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras; e (ii) reforçar o valor da auditoria e demonstrar sua relevância.

REFERÊNCIAS

Akerlof, G. A. (1970). The market for "lemons": quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500.

Assaf Neto, A. (2014). *Finanças corporativas e valor* (7a ed.). São Paulo: Atlas.

Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). (2018). Key audit matters: unlocking the secrets of audit. Disponível em: https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/professional-insights/Key-audit-matters/pi-key-audit-matters.pdf

Association of Chartered Certified Accountants (ACCA), Accounting and Corporate Regulatory Authority (ACRA), Association of Chartered Certified Accountants (ACCA), Institute of Singapore Chartered Accountants (ISCA) & Nanyang Technological University (NTU). (2017). Embracing transparency, enhancing value: A first year review of the enhanced auditor's report in Singapore. Disponível em: https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/Technical/audit/pi-singapore-embracing-transparency-enhancing-%20value.pdf

Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014b). *Costs and Benefits of Reporting Key Audit Matters in the Audit Report: The French Experience*. Recuperado de: https://documents.bsb-education.com/pdf/cig2014/ACTESDUCOLLOQUE/BEDARD_GONTHIER_BESACIER_SCHATT.pdf

Brant, E. C., Steven M. G., & Christopher J. W. (2014). Do Critical Audit Matter Paragraphs in the Audit Report Change Nonprofessional Investors' Decision to Invest?. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory,* Vol. 33, No. 4, 71-93. doi: doi.org/10.2308/ajpt-50793.

Braunbeck, G.O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo.

B3. (2019a). Índice Bovespa (Ibovespa). Recuperado de: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-bovespa-ibovespa.htm

B3. (2019b). Índice Brasil Amplo BM&F Bovespa (IBrA). Recuperado de: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-amplo-bm-fbovespa-ibra.htm

B3. (2019c). Índice Brasil 50 (IBrX 50). Recuperado de: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50.htm

B3. (2019d). Índice Brasil 100 (IBrX 100). Recuperado de: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-100-ibrx-100.htm

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). 2019. Sobre a CVM. Recuperado de: http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html

Conselho Federal De Contabilidade (CFC). (2016). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA701>

Cordos, G. S., & Fülöp, M. T. (2014). *A* framework for understanding and researching audit changes: Key Audit Matters. *Paper presented at the 9th International Conference of Accounting and Management Information Systems* (pp. 936-951). Bucharest, Romania.

Cordos, G. S., & Fülöp, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting and Management Information Systems*, Vol. 14, No. 1, pp. 128-152. Recovered from: http://cig.ase.ro/jcig/art/14_1_6.pdf

Costa, F. O. C., Freire, M. D. M, & Araújo, K. D. (2017). Novo Relatório do Auditor Independente: conservadorismo ou singularidade? Paper apresentado no *VIII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade – AdCont*. Rio de Janeiro, RJ.

DeAngelo, L. E. 1981a. Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics,* v. 3, pp. 113-127.

DeAngelo, L. E. 1981b. Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, v. 3, pp. 183-199.

DeFond, M.; & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics,* Vol. 58, pp. 275-326.

Dogan, B., & Arefaine, B. (2017). *The implementation of ISA 701 - Key Audit Matters: Empirical evidence on auditors' adjustments in the new audit report* (Dissertação de mestrado). Uppsala University - Department of Business Studies. Recuperado de: http://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1134640&dswid=8658

Emami, T., & Motahary, H. M. (2016). K*ey audit matters - the answer? An exploratory study investigating auditors' possibility to accomplish the purpose of the new audit report* (Dissertação de mestrado). Uppsala University - Department of Business Studies. Recuperado de: http://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A938829&dswid=2956

External Reporting Board (XRB) & Financial Markets Authority (FMA). (2017). Key audit matters – A stock take of the first year in New Zealand. Disponível em: https://fma.govt.nz/assets/Reports/171129-XRB-FMA-Key-audit-matters-a-stock-take-of-the-first-year-in-NZ.pdf

Financial Report Council (FRC). (2015). Extended auditor's report - a review of experience in the first year. Disponível em: https://www.frc.org.uk/getattachment/561627cc-facb-431b-beda-ead81948604e/Extended-Auditor-Reports-March-2015.pdf

Financial Report Concil (FRC). (2016). Extended auditor's report - a further experience. Disponível em: https://www.frc.org.uk/getattachment/76641d68-c739-45ac-a251-cabbfd2397e0/Report-on-the-Second-Year-Experience-of-Extended-Auditors-Reports-Jan-2016.pdf

Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2016). Early evidence on the effects of Critical Audit Matters on audit liability. *Current Issues in Auditing (American Accounting Association,* Vol. 10, No. 1, pp. A24-A33. doi: 10.2308/ciia-51369

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Hong Kong Institute of Certified Public Accountants (HKICPA). (2017). Revised auditor's reports - First year review of experience. Disponível em: https://www.hkicpa.org.hk/-/media/HKICPA-Website/HKICPA/section6_standards/standards/Audit-n-assurance/kamrp1017.pdf

Hong Kong Institute of Certified Public Accountants (HKICPA). (2018). Second year review of enhanced auditor's reports. Disponível em: https://www.hkicpa.org.hk/-/media/Document/SSD/audit/2ndar2018.pdf

Hong Kong Institute of Certified Public Accountants (HKICPA). (2019). Overview. Recuperado de: https://www.hkicpa.org.hk/en/About-us/Organization/Overview

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). (2016a). *Novo Relatório do Auditor Independente*. Trabalho apresentado no 18º Congresso ANEFAC. Gramado – Canela, RS. Recuperado de: https://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/201652516162812.pdf

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). (2016b). *Novo Relatório do Auditor – Setembro de 2016*. Trabalho apresentado durante reunião do CODIM (Comitê de Orientação para Divulgação de informações ao Mercado). São Paulo, SP. Recuperado de: http://www.codim.org.br/downloads/noticias/Apresentacao_Codim_novo_relatorio.pdf

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2015). *International Standard on Auditing (ISA) 701, Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*. New York: International Federation of Accountants.

Iudícibus, S. (2000). *Teoria da contabilidade* (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Kelsey, B., Marcus, M. D., Jonathan, H. G., & Andrew, R. (2016). Risk Disclosure Preceding Negative Outcomes: The Effects of Reporting Critical Audit Matters on Judgments of Auditor Liability. *The Accounting Review*, Vol. 91, No. 5, pp. 1345-1362. doi: https://doi.org/10.2308/accr-51380

Lispector, C. (1984). *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.

Malaysian Institute of Accountants (MIA). (2019). About the Malaysian Institute of Accountants. Recuperado de: https://www.mia.org.my/v2/discover-mia/discover-mia.aspx

Manoel, J. & Quel, L. F. (2017). Innovation in the international standards for the new independent audit report. *RISUS – Journal on Innovation and Sustainability*, Vol. 8, No. 1, pp. 130-143. doi: http://dx.doi.org/10.24212/2179-3565.2017v8i1p130-143

Matos, T. M. P. & Cardoso, R. L. (2017). O impacto de Key Audit Matters (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir. Paper apresentado no *3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança*. Brasília, DF.

Monteiro, E. G. (2017). *Novo relatório dos auditores independentes: uma análise dos principais assuntos de auditoria abordados nas empresas listadas no índice IBRX100 da BM&FBOVESPA* (Trabalho de conclusão de curso). Recuperado de: https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/4941.

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2013). *Proposed Auditing Standards – The Auditor's Report on an Audit of Financial Statements when the Auditor Expresses an Unqualified Opinion; The Auditor's Responsibilities Regarding Other Information in Certain Documents Containing Audited Financial Statements and the Related Auditor's Report; and Related Amendments to PCAOB Standards.* PCAOB Release No. 2013-005, Washington, DC: PCAOB. Disponível em: http://pcaobus.org/Rules/Rulemaking/Docket034/Release_2013-005_ARM.pdf.

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2016). PCAOB reproposes standard to enhance the Auditor's Report for investors with refined requirements for Critical Audit Matters. Recuperado de: https://pcaobus.org/News/Releases/Pages/PCAOB-Reproposes-Auditors-Report-051116.aspx

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2017). PCAOB adopts new standard to enhance the relevance and usefulness of the Auditor's Report with Additional Information for investors. Recuperado de: https://pcaobus.org/News/Releases/Pages/auditors-report-standard-adoption-6-1-17.aspx

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2019). About the PCAOB. Recuperado de: https://pcaobus.org/About/Pages/default.aspx

Roxo, G., & Bonotto, M. M. S. (2017). *Análise das alterações nas normas de auditoria à luz do novo relatório de auditoria independente* (Trabalho de conclusão de curso). Recuperado de: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26429/browsestats?type=author&value=Roxo,%20Giovani&stats_type0&showAll=1.

Securities Commission Malaysia (SC)'s Audit Oversight Board (AOB), Malaysian Institute of Accountants (MIA) and the Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). (2018). Enhanced auditors' report: A review of first-year implementation experience in Malaysia. Disponível em: https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/professional-insights/Enhanced-Auditor-Reporting/pi-EAR-STUDY-malaysia.pdf

Securities Commission Malaysia (SC). (2019). About the SC. Recuperado de: https://www.sc.com.my/about/about-the-sc

Segal, M. (2017). ISA 701: Key Audit Matters - an exploration of the rationale and possible unintended consequences in a South African. *Journal of Economic and Financial Sciences*, 10(2), pp. 376-391. Recuperado de: http://hdl.handle.net/10520/EJC-91f0afdb6

Sirois, L.-P., Bédard, J. & Bera, P. (2017). The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-tracking Study. *Accounting Horizons,* Forthcoming. doi: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2469905

Tavares, L. C. C. (2017). *Novo relatório dos auditores independentes: um estudo sobre os principais assuntos de auditoria nas companhias listadas na BMF&Bovespa* (Trabalho de conclusão de curso). Recuperado de: https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/4976

The Investment Association. (2018). Annual Report& Acounts for the year ended 31 December 2017. Disponível em: https://www.theinvestmentassociation.org//assets/files/reports/randa2017.pdf

APÊNDICE A – Total de empresas listadas, na população e amostra, por segmento

Setor econômico	Subsetor	Segmento	Empresas listadas	População	Amostra	% Amostra / Emp. listadas	% Amostra / População
Bens Industriais	**Comércio**	Material de Transporte	2	2	1	50,0%	50,0%
	Comércio Total		2	2	1	50,0%	50,0%
	Construção e Engenharia	Construção Pesada	3	2	1	33,3%	50,0%
		Engenharia Consultiva	2	2	1	50,0%	50,0%
		Produtos para Construção	3	3	1	33,3%	33,3%
		Serviços Diversos	1	1	1	100,0%	100,0%
	Construção e Engenharia Total		9	8	4	44,4%	50,0%
	Máquinas e Equipamentos	Armas e Munições	1	1	1	100,0%	100,0%
		Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	3	3	1	33,3%	33,3%
		Máq. e Equip. Industriais	7	6	2	28,6%	33,3%
		Motores, Compressores e Outros	2	2	1	50,0%	50,0%
	Máquinas e Equipamentos Total		13	12	5	38,5%	41,7%
	Material de Transporte	Material Aeronáutico e de Defesa	1	1	1	100,0%	100,0%
		Material Rodoviário	7	7	4	57,1%	57,1%
	Material de Transporte Total		8	8	5	62,5%	62,5%
	Serviços Diversos	Serviços Diversos	5	5	1	20,0%	20,0%
	Serviços Diversos Total		5	5	1	20,0%	20,0%
	Transporte	Exploração de Rodovias	16	16	3	18,8%	18,8%
		Serviços de Apoio e Armazenagem	5	5	1	20,0%	20,0%
		Transporte Aéreo	2	2	2	100,0%	100,0%
		Transporte Ferroviário	6	6	2	33,3%	33,3%
		Transporte Hidroviário	2	2	1	50,0%	50,0%
		Transporte Rodoviário	2	2	1	50,0%	50,0%
	Transporte Total		33	33	10	30,3%	30,3%
Bens Industriais Total			70	68	26	37,1%	38,2%
Consumo Cíclico	**Automóveis e Motocicletas**	Automóveis e Motocicletas	3	3	2	66,7%	66,7%
	Automóveis e Motocicletas Total		3	3	2	66,7%	66,7%
	Comércio	Eletrodomésticos	2	2	2	100,0%	100,0%
		Produtos Diversos	5	5	3	60,0%	60,0%

Setor econômico	Subsetor	Segmento	Empresas listadas	População	Amostra	% Amostra / Emp. listadas	% Amostra / População
		Tecidos, Vestuário e Calçados	7	7	4	57,1%	57,1%
	Comércio Total		14	14	9	64,3%	64,3%
	Construção Civil	Edificações	18	18	9	50,0%	50,0%
	Construção Civil Total		18	18	9	50,0%	50,0%
	Diversos	Aluguel de carros	5	5	3	60,0%	60,0%
		Programas de Fidelização	2	2	2	100,0%	100,0%
		Serviços Educacionais	5	5	4	80,0%	80,0%
	Diversos Total		12	12	9	75,0%	75,0%
	Hoteis e Restaurantes	Hotelaria	2	1	1	50,0%	100,0%
		Restaurante e Similares	2	2	2	100,0%	100,0%
	Hoteis e Restaurantes Total		4	3	3	75,0%	100,0%
	Mídia	Jornais, Livros e Revistas	1	1	1	100,0%	100,0%
		Produção e Difusão de Filmes e Programas	1	1	1	100,0%	100,0%
	Mídia Total		2	2	2	100,0%	100,0%
	Tecidos, Vestuário e Calçados	Acessórios	2	2	1	50,0%	50,0%
		Calçados	4	4	3	75,0%	75,0%
		Fios e Tecidos	11	11	1	9,1%	9,1%
		Vestuário	1	1	1	100,0%	100,0%
	Tecidos, Vestuário e Calçados Total		18	18	6	33,3%	33,3%
	Utilidades Domésticas	Eletrodomésticos	2	2	1	50,0%	50,0%
		Móveis	1	1	1	100,0%	100,0%
		Utensílios Domésticos	2	2	1	50,0%	50,0%
	Utilidades Domésticas Total		5	5	3	60,0%	60,0%
	Viagens e Lazer	Bicicletas	1	1	1	100,0%	100,0%
		Brinquedos e Jogos	2	2	1	50,0%	50,0%
		Produção de Eventos e Shows	2	2	1	50,0%	50,0%
		Viagens e Turismo	1	1	1	100,0%	100,0%
	Viagens e Lazer Total		6	6	4	66,7%	66,7%
Consumo Cíclico Total			82	81	47	57,3%	58,0%
Consumo não Cíclico	**Agropecuária**	Agricultura	5	5	1	20,0%	20,0%
	Agropecuária Total		5	5	1	20,0%	20,0%

Setor econômico	Subsetor	Segmento	Empresas listadas	População	Amostra	% Amostra / Emp. listadas	% Amostra / População
	Alimentos Processados	Açucar e Alcool	3	3	1	33,3%	33,3%
		Alimentos Diversos	6	5	2	33,3%	40,0%
		Carnes e Derivados	6	6	4	66,7%	66,7%
	Alimentos Processados Total		15	14	7	46,7%	50,0%
	Bebidas	Cervejas e Refrigerantes	1	1	1	100,0%	100,0%
	Bebidas Total		1	1	1	100,0%	100,0%
	Comércio e Distribuição	Alimentos	2	2	2	100,0%	100,0%
	Comércio e Distribuição Total		2	2	2	100,0%	100,0%
	Diversos	Produtos Diversos	1	1	1	100,0%	100,0%
	Diversos Total		1	1	1	100,0%	100,0%
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	Produtos de Limpeza	1	1	1	100,0%	100,0%
		Produtos de Uso Pessoal	2	2	2	100,0%	100,0%
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza Total		3	3	3	100,0%	100,0%
Consumo não Cíclico Total			27	26	15	55,6%	57,7%
Financeiro e Outros	**Exploração de Imóveis**	Exploração de Imóveis	11	11	5	45,5%	45,5%
		Intermediação Imobiliária	2	2	1	50,0%	50,0%
	Exploração de Imóveis Total		13	13	6	46,2%	46,2%
	Fundos	Fundos de Ações	26	-	-	-	-
		Fundos de Direitos Creditórios	8	-	-	-	-
		Fundos de Incentivo Setorial	6	-	-	-	-
		Fundos Imobiliários	140	-	-	-	-
	Fundos Total		180	-	-	-	-
	Holdings Diversificadas	Holdings Diversificadas	9	9	1	11,1%	11,1%
	Holdings Diversificadas Total		9	9	1	11,1%	11,1%
	Intermediários Financeiros	Bancos	25	25	8	32,0%	32,0%
		Soc. Arrendamento Mercantil	3	3	1	33,3%	33,3%
		Soc. Crédito e Financiamento	3	3	1	33,3%	33,3%
	Intermediários Financeiros Total		31	31	10	32,3%	32,3%
	Outros	Outros	27	26	2	7,4%	7,7%
	Outros Total		27	26	2	7,4%	7,7%

Setor econômico	Subsetor	Segmento	Empresas listadas	População	Amostra	% Amostra / Emp. listadas	% Amostra / População
	Outros Títulos	Outros Títulos	3	-	-	-	-
	Outros Títulos Total		3	-	-	-	-
	Previdência e Seguros	Corretoras de Seguros	2	2	2	100,0%	100,0%
		Seguradoras	5	5	4	80,0%	80,0%
	Previdência e Seguros Total		7	7	6	85,7%	85,7%
	Securitizadoras de Recebíveis	Securitizadoras de Recebíveis	17	17	1	5,9%	5,9%
	Securitizadoras de Recebíveis Total		17	17	1	5,9%	5,9%
	Serviços Financeiros Diversos	Gestão de Recursos e Investimentos	5	5	1	20,0%	20,0%
		Serviços Financeiros Diversos	2	2	2	100,0%	100,0%
	Serviços Financeiros Diversos Total		7	7	3	42,9%	42,9%
Financeiro e Outros Total			294	110	29	9,9%	26,4%
Materiais Básicos	**Embalagens**	Embalagens	1	1	1	100,0%	100,0%
	Embalagens Total		1	1	1	100,0%	100,0%
	Madeira e Papel	Madeira	2	2	1	50,0%	50,0%
		Papel e Celulose	6	6	2	33,3%	33,3%
	Madeira e Papel Total		8	8	3	37,5%	37,5%
	Materiais Diversos	Materiais Diversos	2	2	1	50,0%	50,0%
	Materiais Diversos Total		2	2	1	50,0%	50,0%
	Mineração	Minerais Metálicos	4	4	3	75,0%	75,0%
		Minerais Não Metálicos	1	1	1	100,0%	100,0%
	Mineração Total		5	5	4	80,0%	80,0%
	Químicos	Fertilizantes e Defensivos	2	2	1	50,0%	50,0%
		Petroquímicos	3	3	2	66,7%	66,7%
		Químicos Diversos	2	2	1	50,0%	50,0%
	Químicos Total		7	7	4	57,1%	57,1%
	Siderurgia e Metalurgia	Artefatos de Cobre	1	1	1	100,0%	100,0%
		Artefatos de Ferro e Aço	4	4	1	25,0%	25,0%
		Siderurgia	5	5	5	100,0%	100,0%
	Siderurgia e Metalurgia Total		10	10	7	70,0%	70,0%

Setor econômico	Subsetor	Segmento	Empresas listadas	População	Amostra	% Amostra / Emp. listadas	% Amostra / População
Materiais Básicos Total			33	33	20	60,6%	60,6%
Não classificados	**Não classificado**	Não classificados	11	11	6	54,5%	54,5%
	Não classificado Total		11	11	6	54,5%	54,5%
Não classificados Total			11	11	6	54,5%	54,5%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	**Petróleo, Gás e Biocombustíveis**	Equipamentos e Serviços	2	2	2	100,0%	100,0%
		Exploração, Refino e Distribuição	10	9	9	90,0%	100,0%
	Petróleo, Gás e Biocombustíveis Total		12	11	11	91,7%	100,0%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis Total			12	11	11	91,7%	100,0%
Saúde	**Comércio e Distribuição**	Medicamentos e Outros Produtos	4	4	2	50,0%	50,0%
	Comércio e Distribuição Total		4	4	2	50,0%	50,0%
	Equipamentos	Equipamentos	1	1	1	100,0%	100,0%
	Equipamentos Total		1	1	1	100,0%	100,0%
	Medicamentos e Outros Produtos	Medicamentos e Outros Produtos	5	5	1	20,0%	20,0%
	Medicamentos e Outros Produtos Total		5	5	1	20,0%	20,0%
	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	Serviços Médico - Hospitalares,	7	7	4	57,1%	57,1%
	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos Total		7	7	4	57,1%	57,1%
Saúde Total			17	17	8	47,1%	47,1%
Tecnologia da Informação	**Computadores e Equipamentos**	Computadores e Equipamentos	2	2	1	50,0%	50,0%
	Computadores e Equipamentos Total		2	2	1	50,0%	50,0%
	Programas e Serviços	Programas e Serviços	6	6	3	50,0%	50,0%
	Programas e Serviços Total		6	6	3	50,0%	50,0%
Tecnologia da Informação Total			8	8	4	50,0%	50,0%
Telecomunicações	**Telecomunicações**	Telecomunicações	6	6	3	50,0%	50,0%

Setor econômico	Subsetor	Segmento	Empresas listadas	População	Amostra	% Amostra / Emp. listadas	% Amostra / População
	Telecomunicações Total		6	6	3	50,0%	50,0%
Telecomunicações Total			6	6	3	50,0%	50,0%
Utilidade Pública	**Água e Saneamento**	Água e Saneamento	6	6	3	50,0%	50,0%
	Água e Saneamento Total		6	6	3	50,0%	50,0%
	Energia Elétrica	Energia Elétrica	60	59	16	26,7%	27,1%
	Energia Elétrica Total		60	59	16	26,7%	27,1%
	Gás	Gás	2	2	1	50,0%	50,0%
	Gás Total		2	2	1	50,0%	50,0%
Utilidade Pública Total			68	67	20	29,4%	29,9%
Total			**628**	**438**	**189**	**30,1%**	**43,2%**

Fonte: site da B3 (www.bmfbovespa.com.br > Produtos > Listados a vista e derivativos > Renda variável > Ações > Empresas listadas).

APÊNDICE B – Tabela resultado da aplicação do IQNRA a cada relatório da amostra

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
1	Outros - Extra	Bens Industriais	Comércio	Material de Transporte	BDO RCS	Outros	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
2	Outros - Extra		Construção e Eng.	Construção Pesada	Boucinhas, Campos & Conti	Outros	Sem ressalva + ênfase	4	5	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva + ênfase	2	4	7	0
3	Outros - RJ/E		Construção e Eng.	Engenharia Consultiva	Audipec	Outros	Com ressalva	0	6	n/a	Audipec	Outros	Com ressalva	0	5	6	0
4	Outros - RJ/E		Construção e Eng.	Produtos para Construção	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	7	n/a	Deloitte	Big 4	Abstenção de opinião	0	2	7	0
5	Outros - Extra		Construção e Eng.	Serviços Diversos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	5	7	0
6	IBrA		Máquinas e Equip.	Armas e Munições	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	5	6	5	0
7	Outros - Extra		Máquinas e Equip.	Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	4	6	1
8	Outros - RJ/E		Máquinas e Equip.	Máq. e Equip. Industriais	BDO RCS	Outros	Com ressalva + ênfase	2	7	n/a	RSM Brasil	Outros	Com ressalva + ênfase	2	6	6	0
9	Outros – Paralis.		Máquinas e Equip.	Máq. e Equip. Industriais	Siqueira & Associados	Outros	Com ressalva + ênfase	1	2	n/a	Alpha	Outros	Com ressalva	1	4	3	0
10	IBrX 50		Máquinas e Equip.	Motores, Compress. e Outros	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
11	IBrX 50		Material de Transp.	Material Aeronáutico e de Defesa	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	7	7	0
12	IBrX 100		Material de Transp.	Material Rodoviário	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	5	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	6	0
13	IBrX 100		Material de Transp.	Material Rodoviário	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	5	8	0
14	IBrX 100		Material de Transp.	Material Rodoviário	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	5	6	0
15	Outros - RJ/E		Material de Transp.	Material Rodoviário	Sappia	Outros	Sem ressalva + ênfase	1	4	n/a	Sappia	Outros	Com ressalva + ênfase	2	4	5	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
16	IBrX 100	Bens Industriais	Serviços Diversos	Serviços Diversos	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	5	7	0
17	IBrX 50		Transporte	Exploração de Rodovias	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	4	5	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
18	IBrX 100		Transporte	Exploração de Rodovias	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	5	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	5	7	0
19	Outros - RJ/E		Transporte	Exploração de Rodovias	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	6	0
20	IBrA		Transporte	Serviços de Apoio e Armazenag.	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	6	5	0
21	IBrX 100		Transporte	Transporte Aéreo	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	5	4	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	5	6	5	0
22	IBrX 50		Transporte	Transporte Aéreo	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
23	IBrA		Transporte	Transporte Ferroviário	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
24	IBrX 50		Transporte	Transporte Ferroviário	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
25	Outros - Extra		Transporte	Transporte Hidroviário	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	4	8	0
26	IBrA		Transporte	Transporte Rodoviário	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	4	7	0
27	IBrX 100	Consumo Cíclico	Autom. e Motocicletas	Automóveis e Motocicletas	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	4	6	0
28	IBrA		Autom. e Motocicletas	Automóveis e Motocicletas	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	8	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	5	7	1
29	IBrX 50		Comércio	Eletrodom.	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	6	0
30	IBrX 50		Comércio	Eletrodom.	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	8	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	5	8	0
31	IBrX 50		Comércio	Produtos Diversos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	5	7	0
32	IBrX 50		Comércio	Produtos Diversos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	5	6	5	0
33	Outros - RJ/E		Comércio	Produtos Diversos	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	5	5	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	3	5	7	0
34	IBrA		Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	1
35	IBrA		Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	6	4	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
36	IBrA	Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	5	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	4	6	0
37	IBrX 50		Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
38	IBrX 100		Construção Civil	Edificações	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	4	7	0
39	IBrA		Construção Civil	Edificações	PwC	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	7	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	5	7	1
40	IBrA		Construção Civil	Edificações	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	5	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	7	6	0
41	IBrX 100		Construção Civil	Edificações	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	5	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	4	6	0
42	IBrX 100		Construção Civil	Edificações	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	6	6	0
43	IBrX 100		Construção Civil	Edificações	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	5	7	0
44	Outros - RJ/E		Construção Civil	Edificações	KPMG	Big 4	Abstenção de opinião + ênfase	0	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Abstenção de opinião + ênfase	0	4	8	0
45	IBrX 100		Construção Civil	Edificações	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	4	7	0
46	Outros - RJ/E		Construção Civil	Edificações	BDO RCS	Outros	Abstenção de opinião + ênfase	0	7	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva + ênfase	2	6	4	0
47	IBrX 50		Diversos	Aluguel de carros	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	4	7	0
48	IBrA		Diversos	Aluguel de carros	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	5	6	4	1
49	IBrA		Diversos	Aluguel de carros	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	8	0
50	IBrA		Diversos	Programas de Fidelização	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
51	IBrX 100		Diversos	Programas de Fidelização	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
52	IBrA		Diversos	Serviços Educacionais	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	6	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	1	4	7	0
53	IBrX 50		Diversos	Serviços Educacionais	PwC	Big 4	Sem ressalva	5	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
54	IBrX 50		Diversos	Serviços Educacionais	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	6	5	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
55	IBrX 100	Consumo Cíclico	Diversos	Serviços Educacionais	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	5	6	1
56	Outros - Extra		Hoteis e Restaurantes	Hotelaria	Acal	Outros	Sem ressalva + ênfase	3	5	n/a	Acal	Outros	Sem ressalva + ênfase	3	5	5	0
57	IBrA		Hoteis e Restaurantes	Restaurante e Similares	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	1	4	7	0
58	IBrA		Hoteis e Restaurantes	Restaurante e Similares	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	6	5	0
59	Outros - Extra		Mídia	Jornais, Livros e Revistas	LCC	Outros	Sem ressalva	2	5	n/a	Partnership	Outros	Sem ressalva	2	4	7	0
60	Outros - Extra		Mídia	Produção e Difusão de Filmes e Programas	PwC	Big 4	Sem ressalva	1	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	1	4	6	1
61	Outros - Extra		Tecidos, Vest. e Calçados	Acessórios	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	Baker Tilly Brasil RS	Outros	Sem ressalva + ênfase	6	6	5	0
62	IBrA		Tecidos, Vest. e Calçados	Calçados	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
63	IBrA		Tecidos, Vest. e Calçados	Calçados	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	5	6	0
64	IBrA		Tecidos, Vest. e Calçados	Calçados	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	1	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	5	8	0
65	Outros - RJ/E		Tecidos, Vest. e Calçados	Fios e Tecidos	Berkan	Outros	Abstenção de opinião + ênfase	0	7	n/a	Berkan	Outros	Abstenção de opinião + ênfase	0	4	8	0
66	IBrX 100		Tecidos, Vest. e Calçados	Vestuário	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	1	4	6	0
67	Outros - RJ/E		Utilidades Domésticas	Eletrodom.	Verdus	Outros	Sem ressalva + ênfase	5	4	n/a	Verdus	Outros	Abstenção de opinião + ênfase	0	3	7	1
68	Outros - Extra		Utilidades Domésticas	Móveis	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	5	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	3	5	6	0
69	Outros - Extra		Utilidades Domésticas	Utensílios Domésticos	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	3	6	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	2	4	7	0
70	Outros - Extra		Viagens e Lazer	Bicicletas	Partnership	Outros	Sem ressalva	2	7	n/a	Partnership	Outros	Sem ressalva	1	4	6	0
71	Outros - Extra		Viagens e Lazer	Brinquedos e Jogos	Tríade	Outros	Sem ressalva + ênfase	3	4	n/a	Tríade	Outros	Sem ressalva + ênfase	2	4	4	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
72	Outros - Extra	Cons. Cíclico	Viagens e Lazer	Produção de Eventos e Shows	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	6	1
73	IBrX 100		Viagens e Lazer	Viagens e Turismo	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	6	5	0
74	IBrX 100	Consumo não Cíclico	Agropecuária	Agricultura	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	5	8	0
75	IBrX 100		Alimentos Processados	Açucar e Alcool	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	4	8	0
76	IBrA		Alimentos Processados	Alimentos Diversos	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	6	6	0
77	IBrX 100		Alimentos Processados	Alimentos Diversos	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	6	6	1
78	IBrX 50		Alimentos Processados	Carnes e Derivados	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	5	7	0
79	IBrX 50		Alimentos Processados	Carnes e Derivados	BDO RCS	Outros	Sem ressalva + ênfase	7	2	n/a	BDO RCS	Outros	Com ressalva	6	8	4	0
80	IBrX 100		Alimentos Processados	Carnes e Derivados	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	6	2	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva + ênfase	4	6	6	0
81	IBrX 100		Alimentos Processados	Carnes e Derivados	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	4	5	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva + ênfase	3	4	6	0
82	IBrX 50		Bebidas	Cervejas e Refrigerantes	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	4	8	0
83	IBrX 100		Comércio e Distribuição	Alimentos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	6	5	0
84	IBrX 50		Comércio e Distribuição	Alimentos	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	8	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	5	7	6	0
85	IBrX 50		Diversos	Produtos Diversos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
86	Outros - Extra		Prod. de Uso Pessoal e de Limp.	Produtos de Limpeza	BDO RCS	Outros	Com ressalva	4	4	n/a	Ernst & Young	Big 4	Com ressalva	3	7	7	0
87	Outros - Pré-Op.		Prod. de Uso Pessoal e de Limp.	Produtos de Uso Pessoal	BDO RCS	Outros	Com ressalva + ênfase	0	7	n/a	BDO RCS	Outros	Com ressalva	0	4	7	0
88	IBrX 50		Prod. de Uso Pessoal e de Limp.	Produtos de Uso Pessoal	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	4	7	0
89	IBrA	Fin.	Exploração de Imóveis	Exploração de Imóveis	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	5	7	1

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
90	IBrX 50	Financeiro e Outros	Exploração de Imóveis	Exploração de Imóveis	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	7	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	6	7	0
91	IBrA		Exploração de Imóveis	Exploração de Imóveis	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	5	8	0
92	IBrX 100		Exploração de Imóveis	Exploração de Imóveis	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	6	6	0
93	IBrX 100		Exploração de Imóveis	Exploração de Imóveis	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	6	0
94	Outros - Extra		Exploração de Imóveis	Intermed. Imobiliária	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	3	5	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	1	3	5	0
95	Outros - Pré-Op.		Holdings Diversific.	Holdings Diversific.	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	1	4	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	4	7	0
96	IBrA		Intermed. Financ.	Bancos	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	4	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	5	4	0
97	IBrX 100		Intermed. Financ	Bancos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	4	7	0
98	IBrX 50		Intermed. Financ	Bancos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	7	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	6	6	6	0
99	IBrX 50		Intermed. Financ	Bancos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	6	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	6	6	5	0
100	IBrA		Intermed. Financ	Bancos	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	5	5	0
101	IBrX 50		Intermed. Financ	Bancos	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	2	5	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	3	6	5	1
102	IBrX 50		Intermed. Financ	Bancos	PwC	Big 4	Sem ressalva	7	4	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	6	7	4	1
103	IBrX 50		Intermed. Financ	Bancos	PwC	Big 4	Sem ressalva	7	5	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	7	8	4	1
104	Outros - Extra		Intermed. Financ.	Soc. Arrendam. Mercantil	KPMG	Big 4	Com ressalva	1	5	n/a	KPMG	Big 4	Com ressalva	1	3	5	0
105	Outros - Extra		Intermed. Financ.	Soc. Crédito e Financiam.	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	6	0
106	Outros - Pré-Op.		Outros	Outros	PwC	Big 4	Sem ressalva + ênfase	0	6	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	0	3	6	0
107	Outros - Pré-Op.		Outros	Outros	PwC	Big 4	Sem ressalva + ênfase	0	6	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	0	3	6	0
108	Outros - Pré-Op.		Previdência e Seguros	Corretoras de Seguros	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	3	4	7	0
109	IBrA		Previdência e Seguros	Corretoras de Seguros	PwC	Big 4	Sem ressalva	1	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	5	8	1
110	IBrX 50		Previdência e Seguros	Seguradoras	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
111	IBrX 100	Financeiro e Outros	Previdência e Seguros	Seguradoras	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	7	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	5	8	1
112	IBrX 100		Previdência e Seguros	Seguradoras	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	6	6	0
113	IBrX 100		Previdência e Seguros	Seguradoras	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	7	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	4	8	0
114	Outros - RJ/E		Securitizad .de Recebíveis	Securitizad. de Recebíveis	KPMG	Big 4	Abstenção de opinião + ênfase	0	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Abstenção de opinião	0	2	7	0
115	Outros - Extra		Serviços Financeiros Diversos	Gestão de Recursos e Invest.	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	5	n/a	Grant Thornton	Outros	Com ressalva	2	5	8	0
116	IBrX 50		Serviços Financeiros Diversos	Serviços Financeiros Diversos	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	5	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	5	6	5	0
117	IBrX 50		Serviços Financeiros Diversos	Serviços Financeiros Diversos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
118	Outros - Extra	Materiais Básicos	Embalagens	Embalagens	Mazars	Outros	Sem ressalva + ênfase	1	5	n/a	Martinelli	Outros	Com ressalva	2	5	6	0
119	IBrX 100		Madeira e Papel	Madeira	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	5	8	0
120	IBrX 50		Madeira e Papel	Papel e Celulose	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	5	8	0
121	IBrX 50		Madeira e Papel	Papel e Celulose	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
122	Outros - RJ/E		Materiais Diversos	Materiais Diversos	Padrão	Outros	Sem ressalva	1	5	n/a	Nara-Koiseki	Outros	Sem ressalva	1	4	5	0
123	IBrX 50		Mineração	Minerais Metálicos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
124	Outros - RJ/E		Mineração	Minerais Metálicos	BDO RCS	Outros	Abstenção de opinião	0	7	n/a	BDO RCS	Outros	Abstenção de opinião	0	2	7	0
125	IBrX 50		Mineração	Minerais Metálicos	KPMG	Big 4	Sem ressalva	5	3	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	5	7	5	0
126	Outros - Extra		Mineração	Minerais Não Metálicos	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	1	6	n/a	BDO RCS	Outros	Opinião adversa	0	4	7	0
127	Outros - Extra		Químicos	Fertilizantes e Defensivos	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	2	5	6	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
128	IBrX 50	Materiais Básicos	Químicos	Petroquím.	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	5	7	0
129	Outros - RJ/E		Químicos	Petroquím.	BDO RCS	Outros	Com ressalva + ênfase	1	4	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva + ênfase	1	5	6	0
130	IBrA		Químicos	Químicos Diversos	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	7	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
131	Outros - Extra		Siderurgia e Metalurgia	Artefatos de Cobre	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	6	0
132	Outros - RJ/E		Siderurgia e Metalurgia	Artefatos de Ferro e Aço	JPPS	Outros	Com ressalva	0	5	n/a	JPPS	Outros	Com ressalva	0	3	6	0
133	IBrA		Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	5	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	4	7	0
134	IBrX 50		Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	6	7	0
135	IBrX 50		Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	6	7	0
136	IBrX 50		Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	5	5	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva + ênfase	3	6	6	0
137	IBrX 50		Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	5	4	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	6	6	0
138	Outros - Pré-Op.	Não classificados	Não classificado	Não classificados	KPMG	Big 4	Sem ressalva	1	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	1	4	7	0
139	Outros - Pré-Op.		Não classificado	Não classificados	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	1	3	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva	1	4	6	0
140	Outros - Pré-Op.		Não classificado	Não classificados	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	1	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	1	4	6	0
141	Outros - Pré-Op.		Não classificado	Não classificados	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	1	4	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	1	3	5	0
142	Outros - Pré-Op.		Não classificado	Não classificados	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	2	5	7	0
143	Outros - Pré-Op.		Não classificado	Não classificados	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva + ênfase	1	5	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva + ênfase	1	4	6	0
144	Outros - RJ/E	Petr. Gás	Petróleo, Gás e Biocomb.	Equip. e Serviços	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	n/a	Crowe Horwath Macro	Outros	Sem ressalva + ênfase	2	5	6	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
145	Outros - RJ/E	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocomb.	Equip. e Serviços	BDO RCS	Outros	Abstenção de opinião + ênfase	0	8	n/a	Crowe Horwath Bendorayte s & Cia	Outros	Com ressalva	5	8	4	0
146	IBrX 50		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	KPMG	Big 4	Sem ressalva	5	5	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	5	5	6	0
147	IBrA		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	5	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	4	7	0
148	Outros - RJ/E		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	1	5	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	1	3	5	0
149	Outros - RJ/E		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	Nelson de Almeida Costa	Outros	Com ressalva + ênfase	1	5	n/a	Nelson de Almeida Costa	Outros	Com ressalva	1	4	5	0
150	IBrX 50		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	PwC	Big 4	Sem ressalva	8	5	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	7	9	5	0
151	IBrX 50		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	PwC	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	7	6	0
152	IBrA		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	BKR - Lopes, Machado	Outros	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	BKR - Lopes, Machado	Outros	Sem ressalva + ênfase	3	5	7	0
153	IBrX 100		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	7	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	8	0
154	IBrX 50		Petróleo, Gás e Biocomb.	Exploração, Refino e Distribuição	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
155	Outros - RJ/E	Saúde	Comércio e Distribuição	Medicament. e Outros Produtos	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	n/a	KPMG	Big 4	Abstenção de opinião	0	2	7	0
156	IBrX 50		Comércio e Distribuição	Medicament. e Outros Produtos	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	6	7	1
157	Outros - Extra		Equip.	Equip.	Coutinho & Associados	Outros	Sem ressalva	1	4	n/a	Holder	Outros	Sem ressalva	1	4	5	0
158	Outros - Pré-Op.		Medicament. e Outros Prod.	Medicament. e Outros Produtos	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	1	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	1	4	6	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
159	IBrX 100	Saúde	Serv. Médico Hospitalares, Análises e Diagn.	Serviços Médico - Hospitalares,	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
160	IBrA		Serv. Médico Hospitalares, Análises e Diagn.	Serviços Médico - Hospitalares,	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	5	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	5	6	5	1
161	IBrX 100		Serv. Médico Hospitalares, Análises e Diagn.	Serviços Médico - Hospitalares,	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
162	IBrX 50		Serv. Médico Hospitalares, Análises e Diagn.	Serviços Médico - Hospitalares,	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	5	1
163	Outros - Extra	Tecnologia da Informação	Computad. e Equip.	Computad. e Equip.	BDO RCS	Outros	Sem ressalva + seção Incerteza - continuidade operacional	3	5	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva + seção Incerteza - continuidade operacional	1	5	5	0
164	IBrX 100		Programas e Serviços	Programas e Serviços	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	6	6	0
165	Outros - Pré-Op.		Programas e Serviços	Programas e Serviços	Acal	Outros	Sem ressalva	3	7	n/a	Grant Thornton	Outros	Sem ressalva + ênfase	2	4	7	0
166	IBrX 100		Programas e Serviços	Programas e Serviços	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	6	7	0
167	Outros - RJ/E	Telecom.	Telecomunic.	Telecomunic.	KPMG	Big 4	Abstenção de opinião	0	7	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	6	8	5	0
168	IBrX 50		Telecomunic.	Telecomunic.	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	7	0
169	IBrX 50		Telecomunic.	Telecomunic.	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	4	4	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	3	5	5	0
170	IBrX 100	Utilidade Pública	Água e Saneamento	Água e Saneamento	PwC	Big 4	Com ressalva	4	5	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	4	6	5	1
171	IBrX 100		Água e Saneamento	Água e Saneamento	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0
172	IBrX 100		Água e Saneamento	Água e Saneamento	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	6	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva	4	5	7	0
173	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	5	7	0
174	IBrA		Energia Elétrica	Energia Elétrica	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	8	0

					1º relatório (2016 / 2017)						2º relatório (2017 / 2018)						
#	Tipo	Setor	Subsetor	Segmento	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	IQNRA	Q 10	Auditor	Big 4 ou Outros	Opinião	# PAAs	# de pág.	IQNRA	Q10
175	IBrX 50	Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	5	7	5	0
176	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	BDO RCS	Outros	Sem ressalva + ênfase	4	6	6	0
177	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	6	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	5	6	4	0
178	IBrA		Energia Elétrica	Energia Elétrica	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	5	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	4	5	7	0
179	IBrX 50		Energia Elétrica	Energia Elétrica	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	6	0
180	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	PwC	Big 4	Sem ressalva	5	5	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	5	5	6	1
181	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	4	6	6	0
182	IBrA		Energia Elétrica	Energia Elétrica	PwC	Big 4	Sem ressalva	3	5	n/a	PwC	Big 4	Sem ressalva	1	4	6	1
183	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	3	4	7	0
184	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	KPMG	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	5	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	3	5	8	0
185	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	Deloitte	Big 4	Sem ressalva + ênfase	4	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	5	8	0
186	IBrA		Energia Elétrica	Energia Elétrica	KPMG	Big 4	Sem ressalva	1	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	2	4	8	0
187	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	Deloitte	Big 4	Sem ressalva	1	5	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva	1	4	7	0
188	IBrX 100		Energia Elétrica	Energia Elétrica	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	7	n/a	Ernst & Young	Big 4	Sem ressalva + ênfase	3	6	7	0
189	Outros - Extra		Gás	Gás	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	6	n/a	KPMG	Big 4	Sem ressalva	2	4	7	0

APÊNDICE C – IQNRA médio, mínimo e máximo, por segmento (empresa auditada)

			IQNRA (1º relatório)				IQNRA (2º relatório)			
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
Bens Industriais	**Comércio**	Material de Transporte	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Comércio Total		1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Construção e Engenharia	Construção Pesada	1	5,00	5,00	5,00	1	7,00	7,00	7,00
		Engenharia Consultiva	1	6,00	6,00	6,00	1	6,00	6,00	6,00
		Produtos para Construção	1	7,00	7,00	7,00	1	7,00	7,00	7,00
		Serviços Diversos	1	7,00	7,00	7,00	1	7,00	7,00	7,00
	Construção e Engenharia Total		4	6,25	5,00	7,00	4	6,75	6,00	7,00
	Máquinas e Equipamentos	Armas e Munições	1	6,00	6,00	6,00	1	5,00	5,00	5,00
		Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	1	6,00	6,00	6,00	1	6,00	6,00	6,00
		Máq. e Equip. Industriais	2	4,50	2,00	7,00	2	4,50	3,00	6,00
		Motores, Compressores e Outros	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Máquinas e Equipamentos Total		5	5,40	2,00	7,00	5	5,40	3,00	7,00
	Material de Transporte	Material Aeronáutico e de Defesa	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
		Material Rodoviário	4	5,75	4,00	7,00	4	6,25	5,00	8,00
	Material de Transporte Total		5	5,80	4,00	7,00	5	6,40	5,00	8,00
	Serviços Diversos	Serviços Diversos	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Serviços Diversos Total		1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Transporte	Exploração de Rodovias	3	5,00	5,00	5,00	3	6,67	6,00	7,00
		Serviços de Apoio e Armazenagem	1	6,00	6,00	6,00	1	5,00	5,00	5,00
		Transporte Aéreo	2	5,00	4,00	6,00	2	6,00	5,00	7,00
		Transporte Ferroviário	2	6,00	6,00	6,00	2	7,00	7,00	7,00
		Transporte Hidroviário	1	7,00	7,00	7,00	1	8,00	8,00	8,00
		Transporte Rodoviário	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Transporte Total		10	5,60	4,00	7,00	10	6,60	5,00	8,00
Bens Industriais Total			26	5,73	2,00	7,00	26	6,38	3,00	8,00
Consumo Cíclico	**Automóveis e Motocicletas**	Automóveis e Motocicletas	2	7,00	6,00	8,00	2	6,50	6,00	7,00
	Automóveis e Motocicletas Total		2	7,00	6,00	8,00	2	6,50	6,00	7,00
	Comércio	Eletrodomésticos	2	7,50	7,00	8,00	2	7,00	6,00	8,00

			IQNRA (1º relatório)				IQNRA (2º relatório)			
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
		Produtos Diversos	3	5,67	5,00	6,00	3	6,33	5,00	7,00
		Tecidos, Vestuário e Calçados	4	6,25	5,00	7,00	4	6,00	4,00	7,00
	Comércio Total		9	6,33	5,00	8,00	9	6,33	4,00	8,00
	Construção Civil	Edificações	9	6,11	5,00	7,00	9	6,44	4,00	8,00
	Construção Civil Total		9	6,11	5,00	7,00	9	6,44	4,00	8,00
	Diversos	Aluguel de carros	3	7,00	7,00	7,00	3	6,33	4,00	8,00
		Programas de Fidelização	2	6,00	6,00	6,00	2	7,00	7,00	7,00
		Serviços Educacionais	4	5,75	5,00	6,00	4	6,25	5,00	7,00
	Diversos Total		9	6,22	5,00	7,00	9	6,44	4,00	8,00
	Hoteis e Restaurantes	Hotelaria	1	5,00	5,00	5,00	1	5,00	5,00	5,00
		Restaurante e Similares	2	6,50	6,00	7,00	2	6,00	5,00	7,00
	Hoteis e Restaurantes Total		3	6,00	5,00	7,00	3	5,67	5,00	7,00
	Mídia	Jornais, Livros e Revistas	1	5,00	5,00	5,00	1	7,00	7,00	7,00
		Produção e Difusão de Filmes e Programas	1	6,00	6,00	6,00	1	6,00	6,00	6,00
	Mídia Total		2	5,50	5,00	6,00	2	6,50	6,00	7,00
	Tecidos, Vestuário e Calçados	Acessórios	1	6,00	6,00	6,00	1	5,00	5,00	5,00
		Calçados	3	6,33	6,00	7,00	3	7,00	6,00	8,00
		Fios e Tecidos	1	7,00	7,00	7,00	1	8,00	8,00	8,00
		Vestuário	1	6,00	6,00	6,00	1	6,00	6,00	6,00
	Tecidos, Vestuário e Calçados Total		6	6,33	6,00	7,00	6	6,67	5,00	8,00
	Utilidades Domésticas	Eletrodomésticos	1	4,00	4,00	4,00	1	7,00	7,00	7,00
		Móveis	1	5,00	5,00	5,00	1	6,00	6,00	6,00
		Utensílios Domésticos	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Utilidades Domésticas Total		3	5,00	4,00	6,00	3	6,67	6,00	7,00
	Viagens e Lazer	Bicicletas	1	7,00	7,00	7,00	1	6,00	6,00	6,00
		Brinquedos e Jogos	1	4,00	4,00	4,00	1	4,00	4,00	4,00
		Produção de Eventos e Shows	1	6,00	6,00	6,00	1	6,00	6,00	6,00
		Viagens e Turismo	1	5,00	5,00	5,00	1	5,00	5,00	5,00
	Viagens e Lazer Total		4	5,50	4,00	7,00	4	5,25	4,00	6,00
Consumo Cíclico Total			47	6,09	4,00	8,00	47	6,32	4,00	8,00
Consumo não Cíclico	**Agropecuária**	Agricultura	1	7,00	7,00	7,00	1	8,00	8,00	8,00

			IQNRA (1º relatório)				IQNRA (2º relatório)			
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
	Agropecuária Total		1	7,00	7,00	7,00	1	8,00	8,00	8,00
	Alimentos Processados	Açucar e Alcool	1	7,00	7,00	7,00	1	8,00	8,00	8,00
		Alimentos Diversos	2	6,00	6,00	6,00	2	6,00	6,00	6,00
		Carnes e Derivados	4	3,75	2,00	6,00	4	5,75	4,00	7,00
	Alimentos Processados Total		7	4,86	2,00	7,00	7	6,14	4,00	8,00
	Bebidas	Cervejas e Refrigerantes	1	6,00	6,00	6,00	1	8,00	8,00	8,00
	Bebidas Total		1	6,00	6,00	6,00	1	8,00	8,00	8,00
	Comércio e Distribuição	Alimentos	2	7,00	6,00	8,00	2	5,50	5,00	6,00
	Comércio e Distribuição Total		2	7,00	6,00	8,00	2	5,50	5,00	6,00
	Diversos	Produtos Diversos	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Diversos Total		1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	Produtos de Limpeza	1	4,00	4,00	4,00	1	7,00	7,00	7,00
		Produtos de Uso Pessoal	2	6,50	6,00	7,00	2	7,00	7,00	7,00
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza Total		3	5,67	4,00	7,00	3	7,00	7,00	7,00
Consumo não Cíclico Total			15	5,60	2,00	8,00	15	6,53	4,00	8,00
Financeiro e Outros	**Exploração de Imóveis**	Exploração de Imóveis	5	6,40	6,00	7,00	5	6,80	6,00	8,00
		Intermediação Imobiliária	1	5,00	5,00	5,00	1	5,00	5,00	5,00
	Exploração de Imóveis Total		6	6,17	5,00	7,00	6	6,50	5,00	8,00
	Holdings Diversificadas	Holdings Diversificadas	1	4,00	4,00	4,00	1	7,00	7,00	7,00
	Holdings Diversificadas Total		1	4,00	4,00	4,00	1	7,00	7,00	7,00
	Intermediários Financeiros	Bancos	8	5,25	4,00	7,00	8	5,00	4,00	7,00
		Soc. Arrendamento Mercantil	1	5,00	5,00	5,00	1	5,00	5,00	5,00
		Soc. Crédito e Financiamento	1	6,00	6,00	6,00	1	6,00	6,00	6,00
	Intermediários Financeiros Total		10	5,30	4,00	7,00	10	5,10	4,00	7,00
	Outros	Outros	2	6,00	6,00	6,00	2	6,00	6,00	6,00
	Outros Total		2	6,00	6,00	6,00	2	6,00	6,00	6,00
	Previdência e Seguros	Corretoras de Seguros	2	6,00	6,00	6,00	2	7,50	7,00	8,00
		Seguradoras	4	6,75	6,00	7,00	4	7,25	6,00	8,00
	Previdência e Seguros Total		6	6,50	6,00	7,00	6	7,33	6,00	8,00
	Securitizadoras de Recebíveis	Securitizadoras de Recebíveis	1	7,00	7,00	7,00	1	7,00	7,00	7,00

			IQNRA (1º relatório)				IQNRA (2º relatório)			
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
	Securitizadoras de Recebíveis Total		1	7,00	7,00	7,00	1	7,00	7,00	7,00
	Serviços Financeiros Diversos	Gestão de Recursos e Investimentos	1	5,00	5,00	5,00	1	8,00	8,00	8,00
		Serviços Financeiros Diversos	2	5,50	5,00	6,00	2	6,00	5,00	7,00
	Serviços Financeiros Diversos Total		3	5,33	5,00	6,00	3	6,67	5,00	8,00
Financeiro e Outros Total			29	5,79	4,00	7,00	29	6,21	4,00	8,00
Materiais Básicos	**Embalagens**	Embalagens	1	5,00	5,00	5,00	1	6,00	6,00	6,00
	Embalagens Total		1	5,00	5,00	5,00	1	6,00	6,00	6,00
	Madeira e Papel	Madeira	1	7,00	7,00	7,00	1	8,00	8,00	8,00
		Papel e Celulose	2	6,50	6,00	7,00	2	7,50	7,00	8,00
	Madeira e Papel Total		3	6,67	6,00	7,00	3	7,67	7,00	8,00
	Materiais Diversos	Materiais Diversos	1	5,00	5,00	5,00	1	5,00	5,00	5,00
	Materiais Diversos Total		1	5,00	5,00	5,00	1	5,00	5,00	5,00
	Mineração	Minerais Metálicos	3	5,67	3,00	7,00	3	6,33	5,00	7,00
		Minerais Não Metálicos	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Mineração Total		4	5,75	3,00	7,00	4	6,50	5,00	7,00
	Químicos	Fertilizantes e Defensivos	1	6,00	6,00	6,00	1	6,00	6,00	6,00
		Petroquímicos	2	5,00	4,00	6,00	2	6,50	6,00	7,00
		Químicos Diversos	1	7,00	7,00	7,00	1	7,00	7,00	7,00
	Químicos Total		4	5,75	4,00	7,00	4	6,50	6,00	7,00
	Siderurgia e Metalurgia	Artefatos de Cobre	1	6,00	6,00	6,00	1	6,00	6,00	6,00
		Artefatos de Ferro e Aço	1	5,00	5,00	5,00	1	6,00	6,00	6,00
		Siderurgia	5	5,20	4,00	6,00	5	6,60	6,00	7,00
	Siderurgia e Metalurgia Total		7	5,29	4,00	6,00	7	6,43	6,00	7,00
Materiais Básicos Total			20	5,65	3,00	7,00	20	6,55	5,00	8,00
Não classificados	**Não classificado**	Não classificados	6	5,00	3,00	6,00	6	6,17	5,00	7,00
	Não classificado Total		6	5,00	3,00	6,00	6	6,17	5,00	7,00
Não classificados Total			6	5,00	3,00	6,00	6	6,17	5,00	7,00
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	**Petróleo, Gás e Biocombustíveis**	Equipamentos e Serviços	2	6,50	5,00	8,00	2	5,00	4,00	6,00
		Exploração, Refino e Distribuição	9	5,67	5,00	7,00	9	6,22	5,00	8,00

			IQNRA (1º relatório)				IQNRA (2º relatório)			
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
	Petróleo, Gás e Biocombustíveis Total		11	5,82	5,00	8,00	11	6,00	4,00	8,00
Petróleo, Gás e Biocombustíveis Total			11	5,82	5,00	8,00	11	6,00	4,00	8,00
Saúde	**Comércio e Distribuição**	Medicamentos e Outros Produtos	2	6,00	5,00	7,00	2	7,00	7,00	7,00
	Comércio e Distribuição Total		2	6,00	5,00	7,00	2	7,00	7,00	7,00
	Equipamentos	Equipamentos	1	4,00	4,00	4,00	1	5,00	5,00	5,00
	Equipamentos Total		1	4,00	4,00	4,00	1	5,00	5,00	5,00
	Medicamentos e Outros Produtos	Medicamentos e Outros Produtos	1	5,00	5,00	5,00	1	6,00	6,00	6,00
	Medicamentos e Outros Produtos Total		1	5,00	5,00	5,00	1	6,00	6,00	6,00
	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	Serviços Médico - Hospitalares,	4	5,75	5,00	6,00	4	6,00	5,00	7,00
	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos Total		4	5,75	5,00	6,00	4	6,00	5,00	7,00
Saúde Total			8	5,50	4,00	7,00	8	6,13	5,00	7,00
Tecnologia da Informação	**Computadores e Equipamentos**	Computadores e Equipamentos	1	5,00	5,00	5,00	1	5,00	5,00	5,00
	Computadores e Equipamentos Total		1	5,00	5,00	5,00	1	5,00	5,00	5,00
	Programas e Serviços	Programas e Serviços	3	6,67	6,00	7,00	3	6,67	6,00	7,00
	Programas e Serviços Total		3	6,67	6,00	7,00	3	6,67	6,00	7,00
Tecnologia da Informação Total			4	6,25	5,00	7,00	4	6,25	5,00	7,00
Telecomunicações	**Telecomunicações**	Telecomunicações	3	5,67	4,00	7,00	3	5,67	5,00	7,00
	Telecomunicações Total		3	5,67	4,00	7,00	3	5,67	5,00	7,00
Telecomunicações Total			3	5,67	4,00	7,00	3	5,67	5,00	7,00
Utilidade Pública	**Água e Saneamento**	Água e Saneamento	3	5,67	5,00	6,00	3	6,33	5,00	7,00
	Água e Saneamento Total		3	5,67	5,00	6,00	3	6,33	5,00	7,00
	Energia Elétrica	Energia Elétrica	16	5,50	5,00	7,00	16	6,63	4,00	8,00

			IQNRA (1º relatório)				IQNRA (2º relatório)			
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo
	Energia Elétrica Total		16	5,50	5,00	7,00	16	6,63	4,00	8,00
	Gás	Gás	1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
	Gás Total		1	6,00	6,00	6,00	1	7,00	7,00	7,00
Utilidade Pública Total			20	5,55	5,00	7,00	20	6,60	4,00	8,00
Total Geral			189	5,77	2,00	8,00	189	6,34	3,00	8,00

APÊNDICE D – Quantidade média, mínima e máxima de PAAs por reporte, por segmento (empresa auditada)

				# PAAs (1º relatório)			# PAAs (2º relatório)		
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
Bens Industriais	**Comércio**	Material de Transporte	1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
	Comércio Total		1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
	Construção e Engenharia	Construção Pesada	1	4,00	4,00	4,00	2,00	2,00	2,00
		Engenharia Consultiva	1	-	-	-	-	-	-
		Produtos para Construção	1	4,00	4,00	4,00	-	-	-
		Serviços Diversos	1	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	Construção e Engenharia Total		4	3,00	-	4,00	1,50	-	4,00
	Máquinas e Equipamentos	Armas e Munições	1	4,00	4,00	4,00	5,00	5,00	5,00
		Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
		Máq. e Equip. Industriais	2	1,50	1,00	2,00	1,50	1,00	2,00
		Motores, Compressores e Outros	1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Máquinas e Equipamentos Total		5	2,40	1,00	4,00	2,40	1,00	5,00
	Material de Transporte	Material Aeronáutico e de Defesa	1	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
		Material Rodoviário	4	2,50	1,00	4,00	2,75	2,00	4,00
	Material de Transporte Total		5	2,80	1,00	4,00	3,00	2,00	4,00
	Serviços Diversos	Serviços Diversos	1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Serviços Diversos Total		1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Transporte	Exploração de Rodovias	3	4,33	4,00	5,00	3,33	3,00	4,00
		Serviços de Apoio e Armazenagem	1	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	4,00
		Transporte Aéreo	2	4,50	4,00	5,00	4,00	3,00	5,00
		Transporte Ferroviário	2	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
		Transporte Hidroviário	1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
		Transporte Rodoviário	1	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	Transporte Total		10	3,40	2,00	5,00	3,30	2,00	5,00
Bens Industriais Total			26	2,96	-	5,00	2,69	-	5,00
Consumo Cíclico	**Automóveis e Motocicletas**	Automóveis e Motocicletas	2	2,50	2,00	3,00	2,50	2,00	3,00

				# PAAs (1º relatório)			# PAAs (2º relatório)		
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
	Automóveis e Motocicletas Total		2	2,50	2,00	3,00	2,50	2,00	3,00
	Comércio	Eletrodomésticos	2	2,50	2,00	3,00	2,00	2,00	2,00
		Produtos Diversos	3	4,00	3,00	5,00	4,00	3,00	5,00
		Tecidos, Vestuário e Calçados	4	3,00	2,00	4,00	3,25	3,00	4,00
	Comércio Total		9	3,22	2,00	5,00	3,22	2,00	5,00
	Construção Civil	Edificações	9	2,33	-	4,00	2,44	-	4,00
	Construção Civil Total		9	2,33	-	4,00	2,44	-	4,00
	Diversos	Aluguel de carros	3	3,33	3,00	4,00	3,67	3,00	5,00
		Programas de Fidelização	2	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
		Serviços Educacionais	4	3,00	2,00	5,00	2,50	1,00	4,00
	Diversos Total		9	2,89	2,00	5,00	3,00	1,00	5,00
	Hoteis e Restaurantes	Hotelaria	1	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
		Restaurante e Similares	2	2,50	2,00	3,00	2,50	1,00	4,00
	Hoteis e Restaurantes Total		3	2,67	2,00	3,00	2,67	1,00	4,00
	Mídia	Jornais, Livros e Revistas	1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
		Produção e Difusão de Filmes e Programas	1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Mídia Total		2	1,50	1,00	2,00	1,50	1,00	2,00
	Tecidos, Vestuário e Calçados	Acessórios	1	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00
		Calçados	3	2,33	1,00	3,00	2,33	2,00	3,00
		Fios e Tecidos	1	-	-	-	-	-	-
		Vestuário	1	3,00	3,00	3,00	1,00	1,00	1,00
	Tecidos, Vestuário e Calçados Total		6	2,17	-	3,00	2,33	-	6,00
	Utilidades Domésticas	Eletrodomésticos	1	5,00	5,00	5,00	-	-	-
		Móveis	1	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
		Utensílios Domésticos	1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
	Utilidades Domésticas Total		3	3,33	2,00	5,00	1,67	-	3,00
	Viagens e Lazer	Bicicletas	1	2,00	2,00	2,00	1,00	1,00	1,00
		Brinquedos e Jogos	1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
		Produção de Eventos e Shows	1	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00

				# PAAs (1º relatório)			# PAAs (2º relatório)		
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
		Viagens e Turismo	1	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	Viagens e Lazer Total		4	3,00	2,00	4,00	2,50	1,00	4,00
Consumo Cíclico Total			47	2,70	-	5,00	2,62	-	6,00
Consumo não Cíclico	**Agropecuária**	Agricultura	1	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
	Agropecuária Total		1	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
	Alimentos Processados	Açucar e Alcool	1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
		Alimentos Diversos	2	3,00	2,00	4,00	4,00	4,00	4,00
		Carnes e Derivados	4	5,25	4,00	7,00	4,25	3,00	6,00
	Alimentos Processados Total		7	4,29	2,00	7,00	3,86	2,00	6,00
	Bebidas	Cervejas e Refrigerantes	1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Bebidas Total		1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Comércio e Distribuição	Alimentos	2	3,50	3,00	4,00	4,50	4,00	5,00
	Comércio e Distribuição Total		2	3,50	3,00	4,00	4,50	4,00	5,00
	Diversos	Produtos Diversos	1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
	Diversos Total		1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	Produtos de Limpeza	1	4,00	4,00	4,00	3,00	3,00	3,00
		Produtos de Uso Pessoal	2	1,50	-	3,00	1,50	-	3,00
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza Total		3	2,33	-	4,00	2,00	-	3,00
Consumo não Cíclico Total			15	3,40	-	7,00	3,27	-	6,00
Financeiro e Outros	**Exploração de Imóveis**	Exploração de Imóveis	5	2,40	2,00	3,00	2,60	2,00	3,00
		Intermediação Imobiliária	1	3,00	3,00	3,00	1,00	1,00	1,00
	Exploração de Imóveis Total		6	2,50	2,00	3,00	2,33	1,00	3,00
	Holdings Diversificadas	Holdings Diversificadas	1	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00
	Holdings Diversificadas Total		1	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00
	Intermediários Financeiros	Bancos	8	5,13	2,00	7,00	5,00	3,00	7,00
		Soc. Arrendamento Mercantil	1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
		Soc. Crédito e Financiamento	1	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00

				# PAAs (1º relatório)			# PAAs (2º relatório)		
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
	Intermediários Financeiros Total		10	4,50	1,00	7,00	4,40	1,00	7,00
	Outros	Outros	2	-	-	-	-	-	-
	Outros Total		2	-	-	-	-	-	-
	Previdência e Seguros	Corretoras de Seguros	2	2,00	1,00	3,00	2,50	2,00	3,00
		Seguradoras	4	2,25	2,00	3,00	2,25	2,00	3,00
	Previdência e Seguros Total		6	2,17	1,00	3,00	2,33	2,00	3,00
	Securitizadoras de Recebíveis	Securitizadoras de Recebíveis	1	-	-	-	-	-	-
	Securitizadoras de Recebíveis Total		1	-	-	-	-	-	-
	Serviços Financeiros Diversos	Gestão de Recursos e Investimentos	1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
		Serviços Financeiros Diversos	2	3,50	2,00	5,00	3,50	2,00	5,00
	Serviços Financeiros Diversos Total		3	3,00	2,00	5,00	3,00	2,00	5,00
Financeiro e Outros Total			29	2,86	-	7,00	2,86	-	7,00
Materiais Básicos	**Embalagens**	Embalagens	1	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00
	Embalagens Total		1	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00
	Madeira e Papel	Madeira	1	4,00	4,00	4,00	3,00	3,00	3,00
		Papel e Celulose	2	3,00	3,00	3,00	2,50	2,00	3,00
	Madeira e Papel Total		3	3,33	3,00	4,00	2,67	2,00	3,00
	Materiais Diversos	Materiais Diversos	1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Materiais Diversos Total		1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Mineração	Minerais Metálicos	3	2,33	-	5,00	2,33	-	5,00
		Minerais Não Metálicos	1	1,00	1,00	1,00	-	-	-
	Mineração Total		4	2,00	-	5,00	1,75	-	5,00
	Químicos	Fertilizantes e Defensivos	1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
		Petroquímicos	2	2,00	1,00	3,00	1,50	1,00	2,00
		Químicos Diversos	1	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
	Químicos Total		4	2,25	1,00	3,00	1,75	1,00	2,00
	Siderurgia e Metalurgia	Artefatos de Cobre	1	4,00	4,00	4,00	3,00	3,00	3,00

				# PAAs (1º relatório)			# PAAs (2º relatório)		
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
		Artefatos de Ferro e Aço	1	-	-	-	-	-	-
		Siderurgia	5	4,40	4,00	5,00	3,60	3,00	4,00
	Siderurgia e Metalurgia Total		7	3,71	-	5,00	3,00	-	4,00
Materiais Básicos Total			20	2,75	-	5,00	2,30	-	5,00
Não classificados	**Não classificado**	Não classificados	6	1,33	1,00	3,00	1,17	1,00	2,00
	Não classificado Total		6	1,33	1,00	3,00	1,17	1,00	2,00
Não classificados Total			6	1,33	1,00	3,00	1,17	1,00	2,00
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	**Petróleo, Gás e Biocombustíveis**	Equipamentos e Serviços	2	1,50	-	3,00	3,50	2,00	5,00
		Exploração, Refino e Distribuição	9	3,33	1,00	8,00	3,22	1,00	7,00
	Petróleo, Gás e Biocombustíveis Total		11	3,00	-	8,00	3,27	1,00	7,00
Petróleo, Gás e Biocombustíveis Total			11	3,00	-	8,00	3,27	1,00	7,00
Saúde	**Comércio e Distribuição**	Medicamentos e Outros Produtos	2	3,00	3,00	3,00	1,50	-	3,00
	Comércio e Distribuição Total		2	3,00	3,00	3,00	1,50	-	3,00
	Equipamentos	Equipamentos	1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Equipamentos Total		1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Medicamentos e Outros Produtos	Medicamentos e Outros Produtos	1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Medicamentos e Outros Produtos Total		1	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	Serviços Médico - Hospitalares,	4	3,00	2,00	4,00	3,00	2,00	5,00
	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos Total		4	3,00	2,00	4,00	3,00	2,00	5,00
Saúde Total			8	2,50	1,00	4,00	2,13	-	5,00
Tecnologia da Informação	**Computadores e Equipamentos**	Computadores e Equipamentos	1	3,00	3,00	3,00	1,00	1,00	1,00

			# PAAs (1º relatório)				# PAAs (2º relatório)		
Setor econômico	Subsetor	Segmento	# relatórios	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
	Computadores e Equipamentos Total		1	3,00	3,00	3,00	1,00	1,00	1,00
	Programas e Serviços	Programas e Serviços	3	3,33	3,00	4,00	3,00	2,00	4,00
	Programas e Serviços Total		3	3,33	3,00	4,00	3,00	2,00	4,00
Tecnologia da Informação Total			4	3,25	3,00	4,00	2,50	1,00	4,00
Telecomunicações	**Telecomunicações**	Telecomunicações	3	2,00	-	4,00	4,00	3,00	6,00
	Telecomunicações Total		3	2,00	-	4,00	4,00	3,00	6,00
Telecomunicações Total			3	2,00	-	4,00	4,00	3,00	6,00
Utilidade Pública	**Água e Saneamento**	Água e Saneamento	3	3,33	2,00	4,00	3,33	2,00	4,00
	Água e Saneamento Total		3	3,33	2,00	4,00	3,33	2,00	4,00
	Energia Elétrica	Energia Elétrica	16	2,88	1,00	5,00	3,25	1,00	5,00
	Energia Elétrica Total		16	2,88	1,00	5,00	3,25	1,00	5,00
	Gás	Gás	1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
	Gás Total		1	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Utilidade Pública Total			20	2,90	1,00	5,00	3,20	1,00	5,00
Total			189	2,81	-	8,00	2,74	-	7,00

APÊNDICE E – Protocolo de pesquisa

Questão 1:	A seção "Principais Assuntos de Auditoria" atende aos requisitos básicos de formalização definidos pela NBC TA 701?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	A análise desse questionamento foi segregada em seis diferentes subitens, apresentados abaixo. **Em caso de não atendimento a qualquer um dos itens, foi atribuída a nota 0 (zero) – não conformidade.** **Foi feita a análise de cada relatório e cada PAA apresentado. Se houver atendimento parcial ou não atendimento a um único item, é considerado caso "não conforme" (valor 0).** *(i) Caso o auditor defina que não há assuntos a reportar,* *a. Há uma declaração nesse sentido?;* **<u>Conformidade (exemplos):</u>** casos de relatórios com opinião modificada (como ressalva e opinião adversa) - o auditor não precisa reportar assuntos adicionais (além dos que suportam a opinião) na seção de PAAs, mas precisam incluir uma observação informando isso, como abaixo: 4. Principais assuntos de auditoria Com exceção dos assuntos descritos na seção Base para opinião com ressalva, não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação da nossa opinião adversa sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Exceto, pelo assunto descrito na seção "Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Observação: relatórios com abstenção de opinião não apresentam seção de PAAs (como não opina, não há assuntos relevantes a apresentar, apenas parágrafo com base para a abstenção). Como não há problema de qualidade nesses casos, o valor atribuído é 1 (um).

Exceção: Não foram identificados casos de exceção.

(ii) Caso o auditor reporte PAA:

a. *Há um texto de introdução contendo as afirmações requeridas pela norma ((a) que "os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente"; e (b) que "esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos" (CFC, 2016, p. 4))?;*

Conformidade (exemplo):

> Principais assuntos de auditoria
>
> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Exceção: Não foram identificados casos de exceção.

b. *Há um subtítulo adequado para cada PAA apresentado?;*

Conformidade: em geral, os relatórios apresentavam PAAs precedidos por subtítulos adequados – que faziam referência ao tema em questão.

Exceção: foi identificado um caso que não apresentava subtítulo antes da descrição do PAA (para os relatórios dos dois anos).

c. *A descrição faz referência às correspondentes divulgações, se houver, nas demonstrações contábeis?*

Conformidade (exemplos): as referências às demonstrações financeiras poderiam ser apresentadas no subtítulo do PAA, logo após o mesmo ou, ainda, na descrição do tema.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas 3i e 8)

• Avaliação do valor recuperável do ágio

Veja as Notas 2.2, 2.9,11 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos intangíveis, que estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

Exceção: não apresentação de nota explicativa referência (foram identificados alguns casos, mas não serão apresentados exemplos, por entender que esta é uma observação objetiva).

d. É descrito o motivo pelo qual o assunto foi considerado como um dos mais significativos na auditoria?

Conformidade (exemplos): podem ser apresentados na descrição geral do tema ou em tópico/seção/subitem separado.

• Avaliação do valor recuperável do ágio

Veja as Notas 2.2, 2.9,11 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui um montante significativo de ágio por expectativa de rentabilidade futura apurado em combinações de negócios, reconhecido no ativo intangível, originário das diversas aquisições realizadas pela Companhia, o qual, obrigatoriamente, está sujeito a teste anual de redução ao valor recuperável e cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual preparados pela Companhia e que estão suportadas por diversas premissas econômicas e de negócios, tais como taxas de crescimento e de desconto.
Devido à relevância do valor do ágio, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas que formam o valor recuperável, e pelo impacto que eventuais alterações das referidas premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Porque é um PAA

O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos, bem como de prejuízos fiscais, incluindo bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.

A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Exceção (exemplos): não apresentação clara do motivo para o tema ser considerado relevante para a auditoria (foram identificados alguns casos, como o seguinte, em que há a descrição geral do assunto e, em seguida, os procedimentos realizados, mas sem menção ao motivo para ser PAA).

Recuperabilidade dos créditos tributários

Nota explicativa no 7 - Tributos a recuperar

A Companhia e suas controladas possuíam, em 31 de dezembro de 2017, créditos tributários nos montantes de R$ 37.823 mil e R$ 48.296 mil na controladora e no consolidado, respectivamente, relativos a saldos negativos de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei, cuja probabilidade de recuperação depende principalmente de geração futura de lucros tributáveis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

e. *É descrito como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis?*

Conformidade (exemplos): podem ser apresentados na descrição geral do tema ou em seção/subitem separado, descrito em parágrafo ou tópicos.

Em função da relevância do julgamento exercido pela Administração, a avaliação das premissas e metodologias utilizadas no cálculo das referidas provisões técnicas foi considerada um risco significativo para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes do desenho, implementação e efetividade dos controles chave relacionados ao processo de registro e avaliação da provisão de sinistros a liquidar, (ii) testes de exatidão e integridade das bases de dados

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Trata-se de ativo relevante nas demonstrações financeiras, envolvido na incerteza sobre a conclusão do processo de parcelamento de obrigações tributárias, assim procedemos nossos exames na conferência dos cálculos de atualização desses títulos, utilização correta do valor de face de mercado por título adquirido e comprovação da existência e titularidade de tal crédito através de carta de confirmação emitida pela Caixa Econômica Federal, custodiante dos títulos.

	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • para saldo iniciais, revisão dos papéis de trabalho dos auditores anteriores e análise e recálculo da posição em 31 de dezembro de 2016; • análise, com o auxílio de nossos especialistas tributários, da adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. • revisão dos pedidos de compensação dos créditos fiscais e dos processos de restituição do imposto de renda e contribuição social; **Exceção:** Não foram identificados casos de exceção.
Questão 2:	Assuntos que deram origem à opinião modificada (NBC TA 705) ou incerteza relevante relativa a fatos ou a condições capazes de levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade (NBC TA 570) não foram também descritos na seção de PAAs?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	As normas acima mencionadas determinam que assuntos que deram origem à opinião modificada ou incerteza relativa à continuidade operacional devem ser tratados em seção específica e não ser apresentado como PAA. A observação, então, foi feita para os casos com opinião modificada (comparando os temas que suportaram a opinião e os PAAs apresentados – se apresentados nas suas seções, há inconformidade) e com alguma menção à continuidade operacional como PAA (independente se incluída também em seção especifica) – para estes casos, também foi considerada inconformidade. **Exceção (exemplos):** foram verificados casos de apresentação do tema "continuidade operacional" na seção de PAA, quando deveria ser descrito em seção específica; e casos com apresentação de um mesmo tema suportando uma opinião modificada e sendo também apresentado, erroneamente, como PAA. Esses casos foram considerados "não conforme" (valor 0 (zero)).

	Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Continuidade Operacional Consideramos a continuidade operacional como um dos principais assuntos em nossa auditoria pois, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes em suas operações, e cujo passivo a descoberto, em 31 de dezembro de 2017, monta em R$ 435.998 (R$ 392.417 em 2016). Neste exercício houve piora significativa nos resultados, agravando ainda mais a situação patrimonial e financeira e gerando incerteza relevante da capacidade de geração de lucros futuros que possam reverter o quadro atual de prejuízos acumulados. No mesmo relatório, há menção ao tema nas duas seções: 1 – base para opinião com ressalva Base para opinião com Ressalva Conforme exposto na nota explicativa nº 20 dada a exclusão do REFIS I em 01 de outubro de 2017 não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os débitos a serem recalculados, sobre a mudança do indicador TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para Selic - (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) imposta por lei e como também pelas incertezas dos débitos analíticos e não consolidados pelos órgãos federais. 2- PAA Recálculo do REFIS I após exclusão do programa O recálculo da dívida tributária original da exclusão do REFIS I, não pode ser mensurado com certeza, em razão das aberturas individualizadas e não consolidadas pelos órgãos federais da RFB - Receita Federal do Brasil, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e INSS - Instituto Nacional do Seguro Social o que é considerado pela administração o principal assunto em relação ao passivo tributário. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Os procedimentos de auditoria envolveram a revisão analítica dos débitos tributários apresentados, os extratos dos órgãos federais, os indicadores Selic e TJLP e a validação das fórmulas aplicadas de atualização e do montante apurado há incertezas em razão da falta de consolidação dos órgãos federais.
Questão 3:	Os auditores apresentam os possíveis efeitos financeiros e valores relacionados a cada PAA?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	Para análise do quesito, foi feita a leitura dos relatórios, verificando se os valores relacionados e possíveis efeitos financeiros foram mencionados na descrição dos PAAs. Se não houve menção aos valores em qualquer dos PAAs, foi atribuído valor 0 (zero) ao quesito – não conformidade.

	<u>Conformidade (exemplo):</u> foram verificados alguns casos de descrição do PAA com menção aos valores envolvidos, como no exemplo abaixo. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registra os montantes de R$121.553 mil, controladora e consolidado, respectivamente, referentes à provisão para demandas judiciais de processos com probabilidade de perda "provável", e divulga em nota explicativa os valores de R$837.851 mil e R$839.890 mil, controladora e consolidado, respectivamente, relativos a processos com probabilidade de perda "possível", para os quais não há provisão registrada contabilmente. Este assunto está divulgado na Nota Explicativa n° 20 das demonstrações financeiras. **<u>Exceção (exemplo):</u>** na maioria dos casos, porém, os auditores não fizeram menção aos valores envolvidos nos temas. Como exemplo, mostra-se um PAA de tema similar ao apresentado acima (contingência), sem informação dos valores envolvidos. c) Contingências passivas - Individual e Consolidado Conforme notas explicativas nº 13 e 18 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.
Questão 4:	Os auditores apresentam uma indicação do resultado dos procedimentos realizados para cada PAA?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	A indicação do resultado dos procedimentos realizados para cada PAA também foi tema apresentado como tópico desejável pelos usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente. Para a análise do item, foi feita a leitura dos relatórios, com intuito de identificar quais reportes incluíam essa informação. Caso qualquer dos PAAs não tenha a apresentação da conclusão de seus procedimentos, o quesito é avaliado como "não conforme" (valor 0 (zero)). **<u>Exceção (exemplos):</u>** no primeiro ano de implementação, verificou-se que grande parte dos reportes apresentava os procedimentos realizados, porém, não incluíam as conclusões a respeito. A seguir, alguns exemplos.

Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia. As premissas de margem e das taxas de crescimento utilizadas pela Companhia nas projeções foram comparadas com aquelas reportadas ou estimadas por empresas similares em adição a outros procedimentos executados para avaliar a razoabilidade destas premissas e a integridade das informações utilizadas pela Companhia para elaborar os modelos. Focamos também na adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio. Nós envolvemos nossos profissionais de valuation nestes procedimentos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Consideramos o desenho e implementação dos controles internos relacionados, e testamos a sua efetividade operacional para assegurar que as informações relevantes utilizadas no modelo de avaliação do valor recuperável são razoáveis e estão adequadamente suportadas. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o orçamento de receitas e fluxos de caixa, comparamos com os resultados apurados nos últimos anos, analisando o suporte para justificar as tendências e taxas de crescimento utilizadas e, avaliamos as taxas de desconto e valores dos ativos ao final da vida útil, bem como os laudos de avaliação dos ativos utilizados, por meio de comparação com os dados do setor e outras informações disponíveis de fontes externas. Efetuamos recálculos para avaliar a precisão aritmética das fórmulas e cálculos utilizados nos modelos de fluxos de caixa descontado da Companhia e avaliamos a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Conformidade (exemplos): já no segundo ano de implementação, notou-se a inclusão das conclusões sobre os procedimentos realizados (ainda que de forma geral, para o conjuntos de análises realizadas). Para efeito comparativo, os exemplos apresentados abaixo são referentes aos relatórios do 2º ano de implementação das novas nromas, para as mesmas empresas auditadas dos exemplos acima (exceções).

Ao final das descrições dos procedimentos realizados, uma conclusão geral é apresentada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave da Companhia relacionados com a preparação e revisão das análises do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e consistência da metodologia e das premissas utilizadas na preparação das projeções de fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados. Comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados com os saldos contábeis, por unidade geradora de caixa, e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, principalmente as relativas às premissas adotadas no cálculo do valor recuperável dos ágios. Com base no resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos dos ágios sobre as aquisições de negócios no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Entendimento da ação coletiva e do seu estágio processual; • Entrevistas com os assessores jurídicos externos e com os advogados internos da Companhia com o objetivo de entender a impossibilidade de produzir estimativa confiável de potencial perda na ação coletiva; • Confirmação, por escrito, dos assessores jurídicos externos da Companhia sobre: (i) o estágio processual da ação coletiva; e (ii) impossibilidade de se produzir estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota; • Avaliação da competência técnica dos assessores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia; e • Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras sobre a ação coletiva. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o tratamento contábil, incluindo as divulgações em notas explicativas, estão consistentes com a documentação e evidências obtidas, bem como com o atual estágio processual da ação coletiva.
Questão 5:	A quantidade de páginas do relatório é de 4 a 5 páginas?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	Como questionamento objetivo, para essa análise, foi verificada a extensão de cada relatório e registrada a quantidade de páginas. Para garantir a comparabilidade dos relatórios, todos foram extraídos do site da B3. Com os dados compilados, foi feita a análise com relação ao questionamento – identificando os reportes em conformidade (ou não) comparativamente a extensão definida como desejável.
Questão 6:	A quantidade de PAAs do relatório é de 2 a 4?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	Como questionamento objetivo, para essa análise, foi verificada e registrada a quantidade de PAAs de cada relatório. Com os dados compilados, foi feita a análise com relação ao questionamento – identificando os reportes em conformidade (ou não) comparativamente a quantidade de PAAs definida como desejável.
Questão 7:	O auditor não apresenta “fraude em receitas” ou “controles burlados pela administração” como PAA?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	Os riscos de “fraude em receitas” e “controles burlados pela administração” são considerados padrões na realização das auditorias. Apesar disso, há a recomendação de que não devem ser mencionados como um assunto significativo de auditoria das empresas. Foi feita a leitura dos relatórios de auditoria, buscando as menções a esses riscos.

	<u>Exceção (exemplo):</u> foi identificado um único caso de menção aos riscos de "fraude em receitas" e "controles burlados pela administração", ambos em um único PAA. Reconhecimento de receita Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 25 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade da Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.
Questão 8:	O auditor apresenta detalhes sobre a materialidade e escopo de auditoria?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	A apresentação de detalhes sobre a materialidade e escopo de auditoria foi indicada como desejável por usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente. Foi feita a leitura de cada relatório do auditor, buscando a apresentação dessas informações. **<u>Exceção:</u>** não foi identificado nenhum relatório com inclusão de detalhes sobre esses temas.
Questão 9:	A linguagem <u>não</u> apresenta termos incorretos ou muito técnicos (desnecessariamente)?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	Os normativos e usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente salientaram a preocupação e desejo de que os reportes apresentem linguagem simples, sem termos incorretos ou muito técnicos (desnecessariamente). Para análise deste tópico, foi feita a leitura dos relatórios dos auditores independentes. Com a identificação de algum termo considerado incorreto ou muito técnico, o valor atribuído ao quesito é 0 (zero) – não conforme. **<u>Exceções (exemplos):</u>** Dentre os termos considerados incorretos ou excessivamente técnicos estão: (a) uso do termo "provisão" para itens do ativo – como "provisão para créditos de liquidação duvidosa"; (b) *impairment/ impariment test* – termo que poderia ser substituído por outro em linguagem nacional, como "avaliação de perda ao valor recuperável", sem perda de sentido ou valor; e (c) receita *unbilled* – termo que poderia ser substituído por "receita não faturada" ou algo similar.

	Reconhecimento de receita e Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 20 e 9 às demonstrações financeiras, respectivamente) A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades diretamente de pessoas físicas (alunos) matriculados semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos. (b) Impairment de intangíveis de vida útil indefinida (Nota 14 às demonstrações financeiras) Como resultado das combinações de negócios realizadas pela Companhia nos últimos anos, o montante de intangíveis de vida útil indefinida, com requisito de avaliação anual de impairment, representa aproximadamente 52% do saldo total de ativos consolidados nesta data base. Reconhecimento de receita unbilled Conforme Nota Explicativa nº 28 às demonstrações contábeis, o reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de diferentes produtos vendidos e variações de preços durante o ano, que podem mudar a partir dos diferentes planos e ações de marketing. As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (unbilled) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de unbilled é feito a cada mês corrente. Eventuais problemas no cálculo dessa estimativa podem impactar de forma relevante as demonstrações
Questão 10:	O auditor comenta as alterações em PAAs do primeiro para o segundo ano do relatório?
Análise e exemplos (conformidade e exceção):	Os usuários das demonstrações financeiras e relatório do auditor independente indicaram como desejável a inclusão de comentários quanto ao comparativo/alterações em PAAs de um ano a outro. **<u>Conformidade (exemplos):</u>** foram identificados alguns casos com menções comparativas. Em geral, os auditores incluíram um parágrafo logo após a declaração/explicação prévia dos PAAs. Em um caso específico, não houve apresentação de PAA (por ser um relatório com abstenção de opinião), mas o auditor apresentou um parágrafo com comparativo quanto a auditoria do ano anterior – esse caso foi avaliado como "conforme" (valor 1 (um)). Principais Assuntos de Auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

	Auditoria dos valores correspondentes As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 24 de março de 2017, sem ressalvas, continha parágrafo de ênfase semelhante à descrita neste relatório. Adicionalmente, referido relatório continha parágrafo de "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", devido aos prejuízos correntes e acumulados, passivo a descoberto, e incertezas quanto aos desfechos do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, que permanecia pendente de julgamento naquela data. Conforme mencionado na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", os desprovimentos ocorridos (com transito em julgado) no último trimestre de 2017, quanto ao "Recurso especial" e "Agravo de despacho denegatório de recurso especial", interpostos pela Companhia junto ao Superior Tribunal de Justiça, visando a retomada de seu Plano de Recuperação Extrajudicial, configuram, em essência, o encerramento formal deste processo, uma vez que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia não há outros recursos jurídicos a serem adotados para reverter referida decisão. Diante deste cenário, e por não ser possível concluirmos quanto a correta mensuração dos passivos da Companhia, e consequentemente, determinarmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional como base para a elaboração dessas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2017, é apropriado, estamos nos abstendo de emitir nossa opinião no presente relatório.

ANEXO A – Composição do Índice Brasil 50 (IBrX 50): 26 de janeiro de 2019

#	Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
1	ABEV3	AMBEV S/A	ON	4.347.501.920	4,937
2	B3SA3	B3	ON NM	2.044.215.807	4,281
3	BBAS3	BRASIL	ON NM	1.331.530.017	4,313
4	BBDC3	BRADESCO	ON N1	858.754.314	2,198
5	BBDC4	BRADESCO	PN N1	3.226.921.140	9,214
6	BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	671.584.112	1,333
7	BRAP4	BRADESPAR	PN N1	222.122.060	0,515
8	BRDT3	PETROBRAS BR	ON NM	334.937.500	0,591
9	BRFS3	BRF SA	ON NM	811.139.545	1,298
10	BRKM5	BRASKEM	PNA N1	264.632.416	0,866
11	BRML3	BR MALLS PAR	ON NM	847.953.269	0,800
12	BTOW3	B2W DIGITAL	ON NM	167.767.522	0,506
13	CCRO3	CCR SA	ON NM	1.115.695.556	1,054
14	CIEL3	CIELO	ON NM	1.119.341.518	0,791
15	CMIG4	CEMIG	PN N1	969.719.162	0,930
16	CSAN3	COSAN	ON NM	155.785.693	0,448
17	CSNA3	SID NACIONAL	ON	630.161.054	0,432
18	ELET3	ELETROBRAS	ON N1	269.667.840	0,606
19	ELET6	ELETROBRAS	PNB N1	225.964.766	0,553
20	EMBR3	EMBRAER	ON NM	733.692.916	0,955
21	ESTC3	ESTACIO PART	ON NM	300.112.915	0,598
22	GGBR4	GERDAU	PN N1	987.996.350	1,045
23	GOAU4	GERDAU MET	PN N1	569.193.357	0,284
24	GOLL4	GOL	PN N2	133.111.745	0,206
25	HYPE3	HYPERA	ON NM	396.959.288	0,853
26	ITSA4	ITAUSA	PN N1	4.492.854.927	3,925
27	ITUB4	ITAUUNIBANCO	PN N1	4.718.960.710	11,707
28	JBSS3	JBS	ON NM	1.603.247.593	1,535
29	KLBN11	KLABIN S/A	UNT N2	591.009.862	0,737
30	KROT3	KROTON	ON NM	1.470.274.625	1,113
31	LAME4	LOJAS AMERIC	PN N1	685.037.002	0,927
32	LREN3	LOJAS RENNER	ON NM	707.311.512	2,080
33	MGLU3	MAGAZ LUIZA	ON NM	67.597.600	0,749
34	NATU3	NATURA	ON NM	172.442.867	0,530
35	PCAR4	P.ACUCAR-CBD	PN N1	155.389.579	0,975
36	PETR3	PETROBRAS	ON N2	2.708.734.869	5,281
37	PETR4	PETROBRAS	PN N2	4.332.323.046	7,322
38	QUAL3	QUALICORP	ON NM	237.835.371	0,249
39	RADL3	RAIADROGASIL	ON NM	211.224.469	0,871
40	RAIL3	RUMO S.A.	ON NM	1.115.172.711	1,425
41	RENT3	LOCALIZA	ON NM	502.587.736	1,072
42	SANB11	SANTANDER BR	UNT	372.112.887	1,221
43	SUZB3	SUZANO PAPEL	ON NM	576.196.730	1,828
44	TIMP3	TIM PART S/A	ON NM	807.711.660	0,671
45	UGPA3	ULTRAPAR	ON NM	540.494.419	2,064
46	USIM5	USIMINAS	PNA N1	513.232.801	0,333
47	VALE3	VALE	ON NM	3.067.179.982	11,397
48	VIVT4	TELEF BRASIL	PN	415.131.868	1,312
49	VVAR3	VIAVAREJO	ON NM	404.058.312	0,147
50	WEGE3	WEG	ON NM	740.453.283	0,922
	Quantidade Teórica Total			53.945.038.203	100,000
	Redutor			93.245.397,19	

Fonte: site da B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50-composicao-da-carteira.htm)

ANEXO B - Composição do Índice Brasil 100 (IBrX 100): 26 de janeiro de 2019

	Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
1	ABEV3	AMBEV S/A	ON	4.347.501.920	4,241
2	AZUL4	AZUL	PN N2	316.099.188	0,648
3	B3SA3	B3	ON NM	2.044.215.807	3,678
4	BBAS3	BRASIL	ON NM	1.331.530.017	3,705
5	BBDC3	BRADESCO	ON N1	858.754.314	1,889
6	BBDC4	BRADESCO	PN N1	3.226.921.140	7,916
7	BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	671.584.112	1,145
8	BEEF3	MINERVA	ON NM	160.509.190	0,051
9	BRAP4	BRADESPAR	PN N1	222.122.060	0,442
10	BRDT3	PETROBRAS BR	ON NM	334.937.500	0,508
11	BRFS3	BRF SA	ON NM	811.139.545	1,115
12	BRKM5	BRASKEM	PNA N1	264.632.416	0,744
13	BRML3	BR MALLS PAR	ON NM	847.953.269	0,687
14	BRSR6	BANRISUL	PNB N1	200.313.560	0,263
15	BTOW3	B2W DIGITAL	ON NM	167.767.522	0,435
16	CCRO3	CCR SA	ON NM	1.115.695.556	0,906
17	CESP6	CESP	PNB N1	182.017.720	0,225
18	CIEL3	CIELO	ON NM	1.119.341.518	0,680
19	CMIG3	CEMIG	ON N1	238.971.791	0,230
20	CMIG4	CEMIG	PN N1	969.719.162	0,799
21	CPLE6	COPEL	PNB N1	101.013.662	0,205
22	CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	384.424.802	0,438
23	CSAN3	COSAN	ON NM	155.785.693	0,384
24	CSMG3	COPASA	ON NM	62.969.736	0,223
25	CSNA3	SID NACIONAL	ON	630.161.054	0,372
26	CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	144.956.714	0,511
27	CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	261.043.342	0,257
28	DTEX3	DURATEX	ON NM	273.353.922	0,203
29	ECOR3	ECORODOVIAS	ON NM	195.023.762	0,124
30	EGIE3	ENGIE BRASIL	ON NM	254.813.849	0,608
31	ELET3	ELETROBRAS	ON N1	269.667.840	0,521
32	ELET6	ELETROBRAS	PNB N1	225.964.766	0,475
33	EMBR3	EMBRAER	ON NM	733.692.916	0,820
34	ENBR3	ENERGIAS BR	ON NM	295.342.982	0,278
35	ENGI11	ENERGISA	UNT N2	252.446.099	0,597
36	EQTL3	EQUATORIAL	ON NM	198.163.464	0,946
37	ESTC3	ESTACIO PART	ON NM	300.112.915	0,514
38	EZTC3	EZTEC	ON NM	56.418.814	0,089
39	FLRY3	FLEURY	ON NM	309.972.756	0,388
40	GFSA3	GAFISA	ON NM	39.565.969	0,035
41	GGBR4	GERDAU	PN N1	987.996.350	0,898
42	GNDI3	INTERMEDICA	ON NM	282.181.810	0,555
43	GOAU4	GERDAU MET	PN N1	569.193.357	0,244
44	GOLL4	GOL	PN N2	133.111.745	0,177
45	HAPV3	HAPVIDA	ON NM	146.032.921	0,277
46	HGTX3	CIA HERING	ON NM	125.269.294	0,210
47	HYPE3	HYPERA	ON NM	396.959.288	0,733
48	IGTA3	IGUATEMI	ON NM	86.705.835	0,206
49	IRBR3	IRBBRASIL RE	ON NM	135.078.656	0,675
50	ITSA4	ITAUSA	PN N1	4.492.854.927	3,372
51	ITUB4	ITAUUNIBANCO	PN N1	4.718.960.710	10,058
52	JBSS3	JBS	ON NM	1.603.247.593	1,319
53	KLBN11	KLABIN S/A	UNT N2	591.009.862	0,633
54	KROT3	KROTON	ON NM	1.470.274.625	0,956
55	LAME4	LOJAS AMERIC	PN N1	685.037.002	0,797
56	LIGT3	LIGHT S/A	ON NM	97.629.475	0,109
57	LINX3	LINX	ON NM	131.881.056	0,234

	Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
58	LOGG3	LOG COM PROP	ON NM	21.919.216	0,023
59	LREN3	LOJAS RENNER	ON NM	707.311.512	1,787
60	MDIA3	M.DIASBRANCO	ON NM	85.091.852	0,227
61	MGLU3	MAGAZ LUIZA	ON NM	67.597.600	0,644
62	MRFG3	MARFRIG	ON NM	402.731.780	0,134
63	MRVE3	MRV	ON NM	292.037.854	0,247
64	MULT3	MULTIPLAN	ON N2	267.482.247	0,381
65	MYPK3	IOCHP-MAXION	ON NM	136.668.581	0,179
66	NATU3	NATURA	ON NM	172.442.867	0,455
67	ODPV3	ODONTOPREV	ON NM	262.855.524	0,244
68	PCAR4	P.ACUCAR-CBD	PN N1	155.389.579	0,837
69	PETR3	PETROBRAS	ON N2	2.708.734.869	4,537
70	PETR4	PETROBRAS	PN N2	4.332.323.046	6,290
71	POMO4	MARCOPOLO	PN N2	560.410.319	0,132
72	PSSA3	PORTO SEGURO	ON NM	94.313.194	0,293
73	QGEP3	QGEP PART	ON NM	74.055.115	0,051
74	QUAL3	QUALICORP	ON NM	237.835.371	0,214
75	RADL3	RAIADROGASIL	ON NM	211.224.469	0,748
76	RAIL3	RUMO S.A.	ON NM	1.115.172.711	1,224
77	RAPT4	RANDON PART	PN N1	179.922.500	0,102
78	RENT3	LOCALIZA	ON NM	502.587.736	0,921
79	SANB11	SANTANDER BR	UNT	372.112.887	1,049
80	SAPR11	SANEPAR	UNT N2	66.997.178	0,283
81	SBSP3	SABESP	ON NM	305.385.123	0,750
82	SEER3	SER EDUCA	ON NM	58.587.107	0,069
83	SLCE3	SLC AGRICOLA	ON NM	46.643.583	0,119
84	SMLS3	SMILES	ON NM	58.691.428	0,139
85	SMTO3	SAO MARTINHO	ON NM	145.507.303	0,164
86	SULA11	SUL AMERICA	UNT N2	287.683.576	0,507
87	SUZB3	SUZANO PAPEL	ON NM	576.196.730	1,571
88	TAEE11	TAESA	UNT N2	218.568.280	0,321
89	TEND3	TENDA	ON NM	49.598.602	0,102
90	TIET11	AES TIETE E	UNT N2	297.885.382	0,193
91	TIMP3	TIM PART S/A	ON NM	807.711.660	0,576
92	TOTS3	TOTVS	ON NM	134.262.967	0,257
93	TRPL4	TRAN PAULIST	PN N1	98.950.261	0,431
94	TUPY3	TUPY	ON NM	65.947.515	0,074
95	UGPA3	ULTRAPAR	ON NM	540.494.419	1,774
96	USIM5	USIMINAS	PNA N1	513.232.801	0,286
97	VALE3	VALE	ON NM	3.067.179.982	9,791
98	VIVT4	TELEF BRASIL	PN	415.131.868	1,127
99	VLID3	VALID	ON NM	69.037.867	0,081
100	VVAR3	VIAVAREJO	ON NM	404.058.312	0,126
101	WEGE3	WEG	ON NM	740.453.283	0,792
	Quantidade Teórica Total			63.158.472.926	100,000
	Redutor			43.451.291,39	

Fonte: site da B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-100-ibrx-100-composicao-da-carteira.htm)

ANEXO C - Composição do Índice Brasil Amplo (IBrA): 26 de janeiro de 2019

#	Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
1	ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	70.539.839	0,074
2	ABEV3	AMBEV S/A	ON	4.347.501.920	4,056
3	ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	150.462.621	0,165
4	ALSC3	ALIANSCE	ON NM	101.077.922	0,110
5	ALUP11	ALUPAR	UNT N2	150.960.603	0,165
6	AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	53.074.425	0,017
7	ANIM3	ANIMA	ON NM	33.389.309	0,036
8	ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	44.137.306	0,126
9	AZUL4	AZUL	PN N2	316.099.188	0,620
10	B3SA3	B3	ON NM	2.044.215.807	3,518
11	BBAS3	BRASIL	ON NM	1.331.530.017	3,544
12	BBDC3	BRADESCO	ON N1	858.754.314	1,806
13	BBDC4	BRADESCO	PN N1	3.226.921.140	7,571
14	BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	671.584.112	1,095
15	BEEF3	MINERVA	ON NM	160.509.190	0,048
16	BIDI4	BANCO INTER	PN N1	36.492.663	0,082
17	BKBR3	BK BRASIL	ON NM	222.300.771	0,250
18	BPAC11	BTGP BANCO	UNT	172.848.841	0,277
19	BRAP4	BRADESPAR	PN N1	222.122.060	0,423
20	BRDT3	PETROBRAS BR	ON NM	334.937.500	0,486
21	BRFS3	BRF SA	ON NM	811.139.545	1,067
22	BRKM5	BRASKEM	PNA N1	264.632.416	0,712
23	BRML3	BR MALLS PAR	ON NM	847.953.269	0,657
24	BRPR3	BR PROPERT	ON NM	117.775.724	0,055
25	BRSR6	BANRISUL	PNB N1	200.313.560	0,252
26	BTOW3	B2W DIGITAL	ON NM	167.767.522	0,416
27	CAML3	CAMIL	ON NM	160.194.939	0,063
28	CCRO3	CCR SA	ON NM	1.115.695.556	0,866
29	CESP6	CESP	PNB N1	182.017.720	0,216
30	CIEL3	CIELO	ON NM	1.119.341.518	0,650
31	CMIG3	CEMIG	ON N1	238.971.791	0,220
32	CMIG4	CEMIG	PN N1	969.719.162	0,764
33	CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	53.392.655	0,090
34	CPLE6	COPEL	PNB N1	101.013.662	0,196
35	CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	384.424.802	0,418
36	CSAN3	COSAN	ON NM	155.785.693	0,368
37	CSMG3	COPASA	ON NM	62.969.736	0,213
38	CSNA3	SID NACIONAL	ON	630.161.054	0,355
39	CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	144.956.714	0,489
40	CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	261.043.342	0,246
41	DIRR3	DIRECIONAL	ON NM	75.584.315	0,037
42	DMMO3	DOMMO	ON	2.664.726.430	0,12
43	DTEX3	DURATEX	ON NM	273.353.922	0,194
44	ECOR3	ECORODOVIAS	ON NM	195.023.762	0,118
45	EGIE3	ENGIE BRASIL	ON NM	254.813.849	0,582
46	ELET3	ELETROBRAS	ON N1	269.667.840	0,498
47	ELET6	ELETROBRAS	PNB N1	225.964.766	0,454
48	EMBR3	EMBRAER	ON NM	733.692.916	0,785
49	ENBR3	ENERGIAS BR	ON NM	295.342.982	0,266
50	ENEV3	ENEVA	ON NM	314.990.499	0,307
51	ENGI11	ENERGISA	UNT N2	252.446.099	0,571
52	EQTL3	EQUATORIAL	ON NM	198.163.464	0,905
53	ESTC3	ESTACIO PART	ON NM	300.112.915	0,491
54	EVEN3	EVEN	ON NM	206.938.634	0,076
55	EZTC3	EZTEC	ON NM	56.418.814	0,085
56	FESA4	FERBASA	PN N1	38.812.100	0,049
57	FJTA4	FORJA TAURUS	PN N2	16.359.079	0,005

#	Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
58	FLRY3	FLEURY	ON NM	309.972.756	0,371
59	GFSA3	GAFISA	ON NM	39.565.969	0,034
60	GGBR4	GERDAU	PN N1	987.996.350	0,859
61	GNDI3	INTERMEDICA	ON NM	282.181.810	0,531
62	GOAU4	GERDAU MET	PN N1	569.193.357	0,233
63	GOLL4	GOL	PN N2	133.111.745	0,170
64	GRND3	GRENDENE	ON NM	269.062.467	0,130
65	GUAR3	GUARARAPES	ON	7.558.323	0,066
66	HAPV3	HAPVIDA	ON NM	146.032.921	0,264
67	HGTX3	CIA HERING	ON NM	125.269.294	0,201
68	HYPE3	HYPERA	ON NM	396.959.288	0,701
69	IGTA3	IGUATEMI	ON NM	86.705.835	0,197
70	IRBR3	IRBBRASIL RE	ON NM	135.078.656	0,646
71	ITSA4	ITAUSA	PN N1	4.492.854.927	3,225
72	ITUB3	ITAUUNIBANCO	ON N1	387.544.443	0,679
73	ITUB4	ITAUUNIBANCO	PN N1	4.718.960.710	9,619
74	JBSS3	JBS	ON NM	1.603.247.593	1,261
75	KLBN11	KLABIN S/A	UNT N2	591.009.862	0,605
76	KROT3	KROTON	ON NM	1.470.274.625	0,915
77	LAME3	LOJAS AMERIC	ON N1	193.242.835	0,163
78	LAME4	LOJAS AMERIC	PN N1	685.037.002	0,762
79	LCAM3	LOCAMERICA	ON NM	69.254.919	0,146
80	LEVE3	METAL LEVE	ON NM	38.492.519	0,059
81	LIGT3	LIGHT S/A	ON NM	97.629.475	0,104
82	LINX3	LINX	ON NM	131.881.056	0,224
83	LOGG3	LOG COM PROP	ON NM	21.919.216	0,022
84	LREN3	LOJAS RENNER	ON NM	707.311.512	1,709
85	MDIA3	M.DIASBRANCO	ON NM	85.091.852	0,218
86	MEAL3	IMC S/A	ON NM	156.557.124	0,058
87	MGLU3	MAGAZ LUIZA	ON NM	67.597.600	0,616
88	MOVI3	MOVIDA	ON NM	72.348.457	0,038
89	MPLU3	MULTIPLUS	ON NM	43.986.801	0,061
90	MRFG3	MARFRIG	ON NM	402.731.780	0,129
91	MRVE3	MRV	ON NM	292.037.854	0,236
92	MULT3	MULTIPLAN	ON N2	267.482.247	0,365
93	MYPK3	IOCHP-MAXION	ON NM	136.668.581	0,171
94	NATU3	NATURA	ON NM	172.442.867	0,436
95	ODPV3	ODONTOPREV	ON NM	262.855.524	0,234
96	OMGE3	OMEGA GER	ON NM	44.944.030	0,048
97	PARD3	IHPARDINI	ON NM	45.056.596	0,048
98	PCAR4	P.ACUCAR-CBD	PN N1	155.389.579	0,801
99	PETR3	PETROBRAS	ON N2	2.708.734.869	4,339
100	PETR4	PETROBRAS	PN N2	4.332.323.046	6,016
101	POMO4	MARCOPOLO	PN N2	560.410.319	0,126
102	PRIO3	PETRORIO	ON NM	11.988.885	0,073
103	PSSA3	PORTO SEGURO	ON NM	94.313.194	0,280
104	QGEP3	QGEP PART	ON NM	74.055.115	0,048
105	QUAL3	QUALICORP	ON NM	237.835.371	0,205
106	RADL3	RAIADROGASIL	ON NM	211.224.469	0,715
107	RAIL3	RUMO S.A.	ON NM	1.115.172.711	1,171
108	RAPT4	RANDON PART	PN N1	179.922.500	0,097
109	RENT3	LOCALIZA	ON NM	502.587.736	0,880
110	RLOG3	COSAN LOG	ON NM	86.174.110	0,073
111	SANB11	SANTANDER BR	UNT	372.112.887	1,003
112	SAPR11	SANEPAR	UNT N2	66.997.178	0,270
113	SAPR4	SANEPAR	PN N2	335.823.420	0,251
114	SBSP3	SABESP	ON NM	305.385.123	0,717
115	SEER3	SER EDUCA	ON NM	58.587.107	0,066
116	SLCE3	SLC AGRICOLA	ON NM	46.643.583	0,114

#	Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
117	SMLS3	SMILES	ON NM	58.691.428	0,134
118	SMTO3	SAO MARTINHO	ON NM	145.507.303	0,157
119	STBP3	SANTOS BRP	ON NM	661.319.952	0,165
120	SULA11	SUL AMERICA	UNT N2	287.683.576	0,485
121	SUZB3	SUZANO PAPEL	ON NM	576.196.730	1,502
122	TAEE11	TAESA	UNT N2	218.568.280	0,308
123	TEND3	TENDA	ON NM	49.598.602	0,098
124	TGMA3	TEGMA	ON NM	31.296.422	0,050
125	TIET11	AES TIETE E	UNT N2	297.885.382	0,184
126	TIMP3	TIM PART S/A	ON NM	807.711.660	0,551
127	TOTS3	TOTVS	ON NM	134.262.967	0,245
128	TRPL4	TRAN PAULIST	PN N1	98.950.261	0,413
129	TUPY3	TUPY	ON NM	65.947.515	0,071
130	UGPA3	ULTRAPAR	ON NM	540.494.419	1,696
131	UNIP6	UNIPAR	PNB	39.265.478	0,080
132	USIM5	USIMINAS	PNA N1	513.232.801	0,273
133	VALE3	VALE	ON NM	3.067.179.982	9,364
134	VIVT4	TELEF BRASIL	PN	415.131.868	1,078
135	VLID3	VALID	ON NM	69.037.867	0,077
136	VULC3	VULCABRAS	ON NM	74.685.291	0,035
137	VVAR3	VIAVAREJO	ON NM	404.058.312	0,121
138	WEGE3	WEG	ON NM	740.453.283	0,757
139	WIZS3	WIZ S.A.	ON NM	77.099.625	0,032
	Quantidade Teórica Total			70.488.233.298	100,000
	Redutor			489.188.315,78	

Fonte: site da B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-amplo-ibra-composicao-da-carteira.htm)

ANEXO D - Composição do Índice Bovespa (Ibovespa): 26 de janeiro de 2019

#	Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
1	ABEV3	AMBEV S/A	ON	4.347.501.920	4,723
2	B3SA3	B3	ON NM	2.044.215.807	4,096
3	BBAS3	BRASIL	ON NM	1.331.530.017	4,126
4	BBDC3	BRADESCO	ON N1	667.287.514	1,634
5	BBDC4	BRADESCO	PN N1	3.147.257.031	8,598
6	BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	671.584.112	1,275
7	BRAP4	BRADESPAR	PN N1	222.122.060	0,492
8	BRDT3	PETROBRAS BR	ON NM	334.937.500	0,565
9	BRFS3	BRF SA	ON NM	811.139.545	1,243
10	BRKM5	BRASKEM	PNA N1	264.632.416	0,828
11	BRML3	BR MALLS PAR	ON NM	847.953.269	0,765
12	BTOW3	B2W DIGITAL	ON NM	167.767.522	0,484
13	CCRO3	CCR SA	ON NM	1.115.695.556	1,009
14	CIEL3	CIELO	ON NM	1.119.341.518	0,756
15	CMIG4	CEMIG	PN N1	969.719.162	0,890
16	CSAN3	COSAN	ON NM	155.785.693	0,428
17	CSNA3	SID NACIONAL	ON	630.161.054	0,413
18	CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	144.956.714	0,569
19	CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	261.043.342	0,287
20	ECOR3	ECORODOVIAS	ON NM	195.023.762	0,138
21	EGIE3	ENGIE BRASIL	ON NM	254.813.849	0,678
22	ELET3	ELETROBRAS	ON N1	269.667.840	0,580
23	ELET6	ELETROBRAS	PNB N1	225.964.766	0,529
24	EMBR3	EMBRAER	ON NM	733.692.916	0,914
25	ENBR3	ENERGIAS BR	ON NM	295.342.982	0,309
26	EQTL3	EQUATORIAL	ON NM	198.163.464	1,053
27	ESTC3	ESTACIO PART	ON NM	300.112.915	0,572
28	FLRY3	FLEURY	ON NM	309.972.756	0,432
29	GGBR4	GERDAU	PN N1	987.996.350	1,000
30	GOAU4	GERDAU MET	PN N1	569.193.357	0,272
31	GOLL4	GOL	PN N2	133.111.745	0,197
32	HYPE3	HYPERA	ON NM	396.959.288	0,816
33	IGTA3	IGUATEMI	ON NM	86.705.835	0,229
34	ITSA4	ITAUSA	PN N1	4.492.854.927	3,754
35	ITUB4	ITAUUNIBANCO	PN N1	4.339.643.807	10,300
36	JBSS3	JBS	ON NM	1.603.247.593	1,469
37	KLBN11	KLABIN S/A	UNT N2	591.009.862	0,705
38	KROT3	KROTON	ON NM	1.470.274.625	1,065
39	LAME4	LOJAS AMERIC	PN N1	685.037.002	0,887
40	LOGG3	LOG COM PROP	ON NM	21.919.216	0,026
41	LREN3	LOJAS RENNER	ON NM	707.311.512	1,990
42	MGLU3	MAGAZ LUIZA	ON NM	67.597.600	0,717
43	MRFG3	MARFRIG	ON NM	402.731.780	0,150
44	MRVE3	MRV	ON NM	292.037.854	0,275
45	MULT3	MULTIPLAN	ON N2	267.482.247	0,425
46	NATU3	NATURA	ON NM	172.442.867	0,507
47	PCAR4	P.ACUCAR-CBD	PN N1	155.389.579	0,932
48	PETR3	PETROBRAS	ON N2	2.708.734.869	5,052
49	PETR4	PETROBRAS	PN N2	4.332.323.046	7,005
50	QUAL3	QUALICORP	ON NM	237.835.371	0,239
51	RADL3	RAIADROGASIL	ON NM	211.224.469	0,833
52	RAIL3	RUMO S.A.	ON NM	1.115.172.711	1,363
53	RENT3	LOCALIZA	ON NM	502.587.736	1,025
54	SANB11	SANTANDER BR	UNT	372.112.887	1,168
55	SBSP3	SABESP	ON NM	305.385.123	0,835
56	SMLS3	SMILES	ON NM	58.691.428	0,156
57	SUZB3	SUZANO PAPEL	ON NM	576.196.730	1,749

#	Código	Ação	Tipo	Qtde. Teórica	Part. (%)
58	TAEE11	TAESA	UNT N2	218.568.280	0,358
59	TIMP3	TIM PART S/A	ON NM	807.711.660	0,642
60	UGPA3	ULTRAPAR	ON NM	540.494.419	1,975
61	USIM5	USIMINAS	PNA N1	513.232.801	0,318
62	VALE3	VALE	ON NM	3.067.179.982	10,903
63	VIVT4	TELEF BRASIL	PN	415.131.868	1,255
64	VVAR3	VIAVAREJO	ON NM	404.058.312	0,140
65	WEGE3	WEG	ON NM	740.453.283	0,882
	Quantidade Teórica				
	Total			56.607.429.023	100,000
	Redutor			16.171.627,06	

Fonte: site da B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm